

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 31/12/2025	7
DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024	8
DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023	9
Demonstração de Valor Adicionado	10

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
Balanço Patrimonial Passivo	13
Demonstração do Resultado	15
Demonstração do Resultado Abrangente	16
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	17

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 31/12/2025	19
DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024	20
DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023	21
Demonstração de Valor Adicionado	22

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	24
---	----

Notas Explicativas	39
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	141
Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)	145
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	147
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	148

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2025
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.190.097.985
Preferenciais	1.140.951.274
Total	2.331.049.259
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
1	Ativo Total	5.887.466	5.390.007	5.217.421
1.01	Ativo Circulante	651.797	326.619	414.187
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.744	2.659	11.622
1.01.06	Tributos a Recuperar	3.698	384	1.444
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	646.355	323.576	401.121
1.01.08.03	Outros	646.355	323.576	401.121
1.01.08.03.01	Partes relacionadas	45.484	28.461	227.594
1.01.08.03.02	Dividendos a receber	600.443	294.826	173.150
1.01.08.03.03	Outros ativos	428	289	377
1.02	Ativo Não Circulante	5.235.669	5.063.388	4.803.234
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	8.020	13.780	11.814
1.02.01.07	Tributos Diferidos	1.710	1.728	0
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.710	1.728	0
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	38	66	95
1.02.01.09.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	38	66	95
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	6.272	11.986	11.719
1.02.01.10.03	Depósitos judiciais	227	208	192
1.02.01.10.04	Tributos Correntes a Recuperar	6.045	11.778	11.527
1.02.02	Investimentos	5.227.649	5.049.608	4.791.420
1.02.02.01	Participações Societárias	5.227.649	5.049.608	4.791.420
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	5.227.649	5.049.608	4.791.420

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
2	Passivo Total	5.887.466	5.390.007	5.217.421
2.01	Passivo Circulante	531.052	47.592	429.955
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	54.608	45.130	32.961
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	54.608	45.130	32.961
2.01.02	Fornecedores	1.910	1.941	1.466
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.910	1.941	1.466
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.232	521	528
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.232	521	528
2.01.05	Outras Obrigações	473.302	0	395.000
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	0	0	395.000
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	0	0	395.000
2.01.05.02	Outros	473.302	0	0
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	473.302	0	0
2.02	Passivo Não Circulante	946.604	0	0
2.02.02	Outras Obrigações	946.604	0	0
2.02.02.02	Outros	946.604	0	0
2.02.02.02.03	Dividendos a pagar	946.604	0	0
2.03	Patrimônio Líquido	4.409.810	5.342.415	4.787.466
2.03.01	Capital Social Realizado	2.289.529	2.289.529	2.289.529
2.03.02	Reservas de Capital	1.983.054	1.983.054	1.983.054
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	1.983.054	1.983.054	1.983.054
2.03.04	Reservas de Lucros	160.389	1.068.743	531.923
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	160.389	1.068.743	531.923
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-23.162	1.089	-17.040

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	1.390.074	1.643.919	992.512
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	34	0	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.390.040	1.643.919	992.512
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.390.074	1.643.919	992.512
3.06	Resultado Financeiro	3.913	1.371	0
3.06.01	Receitas Financeiras	4.597	1.769	0
3.06.02	Despesas Financeiras	-684	-398	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.393.987	1.645.290	992.512
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-304	-442	0
3.08.01	Corrente	-286	-302	0
3.08.02	Diferido	-18	-140	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.393.683	1.644.848	992.512
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	1.393.683	1.644.848	992.512
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)	0,6	0,71	0,43
3.99.01	Lucro Básico por Ação	0,6	0,71	0,43
3.99.01.01	ON	1,17107	1,38211	0,83398
3.99.01.02	PN	1,22151	1,44165	0,8699
3.99.02	Lucro Diluído por Ação	0,6	0,71	0,43
3.99.02.01	ON	1,17107	1,38211	0,83398
3.99.02.02	PN	1,22151	1,44165	0,8699

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
4.01	Lucro Líquido do Período	1.393.683	1.644.848	992.512
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-24.251	18.129	-29.402
4.02.04	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas	-24.251	18.129	-29.402
4.03	Resultado Abrangente do Período	1.369.432	1.662.977	963.110

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-915	-181.252	1.058.307
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	3.759	1.158	0
6.01.01.01	Lucro líquido do período	1.393.683	1.644.848	992.512
6.01.01.02	Resultado de equivalência patrimonial	-1.390.041	-1.643.919	-992.512
6.01.01.03	Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	140	0
6.01.01.04	Ajuste a valor presente	118	116	0
6.01.01.05	Juros e rendimentos, líquidos	0	-11	0
6.01.01.06	Variações monetárias	-19	-16	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-3.506	-182.205	1.058.307
6.01.02.01	Partes relacionadas	-17.023	-195.867	1.063.888
6.01.02.02	Outros ativos	-109	116	-417
6.01.02.03	Fornecedores	-149	360	-3.133
6.01.02.04	Obrigações trabalhistas e previdenciárias	9.477	12.169	4.793
6.01.02.05	Obrigações tributárias líquido dos impostos a recuperar	4.298	1.017	-6.613
6.01.02.06	Pagamento de contingências	0	0	-19
6.01.02.08	Depósitos Judiciais	0	0	-192
6.01.03	Outros	-1.168	-205	0
6.01.03.01	Imposto de renda e contribuição social pagos	-1.168	-205	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	882.131	1.280.317	614.381
6.02.01	Recebimento de dividendos	882.131	1.280.317	565.454
6.02.04	Juros sobre capital próprio a receber	0	0	48.927
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-882.131	-1.108.028	-1.666.022
6.03.01	Pagamento de dividendos	-882.131	-1.108.028	-1.666.022
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-915	-8.963	6.666
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.659	11.622	4.956
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.744	2.659	11.622

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/12/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.289.529	1.983.054	1.068.743	0	1.089	5.342.415
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.289.529	1.983.054	1.068.743	0	1.089	5.342.415
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-933.040	-1.020.576	0	-1.953.616
5.04.06	Dividendos	0	0	-933.040	-1.020.576	0	-1.953.616
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.393.683	-24.251	1.369.432
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.393.683	0	1.393.683
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-24.251	-24.251
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas	0	0	0	0	-24.251	-24.251
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	24.686	-373.107	0	-348.421
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	24.686	-373.107	0	-348.421
5.07	Saldos Finais	2.289.529	1.983.054	160.389	0	-23.162	4.409.810

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.289.529	1.983.054	531.923	0	-17.040	4.787.466
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.289.529	1.983.054	531.923	0	-17.040	4.787.466
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-396.220	-300.596	0	-696.816
5.04.06	Dividendos	0	0	-396.220	-300.596	0	-696.816
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.644.848	18.129	1.662.977
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.644.848	0	1.644.848
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	18.129	18.129
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas	0	0	0	0	18.129	18.129
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	933.040	-1.344.252	0	-411.212
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	933.040	-1.344.252	0	-411.212
5.07	Saldos Finais	2.289.529	1.983.054	1.068.743	0	1.089	5.342.415

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.289.529	1.983.054	1.031.160	0	12.362	5.316.105
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.289.529	1.983.054	1.031.160	0	12.362	5.316.105
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-945.083	-310.944	0	-1.256.027
5.04.06	Dividendos	0	0	-945.083	-310.944	0	-1.256.027
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	992.512	-29.402	963.110
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	992.512	0	992.512
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-29.402	-29.402
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas	0	0	0	0	-29.402	-29.402
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	445.846	-681.568	0	-235.722
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	445.846	-681.568	0	-235.722
5.07	Saldos Finais	2.289.529	1.983.054	531.923	0	-17.040	4.787.466

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
7.01	Receitas	33	0	0
7.01.02	Outras Receitas	33	0	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	33	0	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	33	0	0
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.394.638	1.645.688	992.512
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.390.041	1.643.919	992.512
7.06.02	Receitas Financeiras	4.597	1.769	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.394.671	1.645.688	992.512
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.394.671	1.645.688	992.512
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	304	442	0
7.08.02.01	Federais	304	442	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	684	398	0
7.08.03.01	Juros	684	398	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.393.683	1.644.848	992.512
7.08.04.02	Dividendos	1.368.997	711.808	546.666
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	24.686	933.040	445.846

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
1	Ativo Total	12.032.349	11.122.604	9.674.125
1.01	Ativo Circulante	3.398.154	3.279.222	2.745.091
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	882.968	891.945	818.760
1.01.02	Aplicações Financeiras	219	195	5.701
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	219	195	5.701
1.01.02.01.02	Títulos Designados a Valor Justo	219	195	5.701
1.01.03	Contas a Receber	1.075.424	858.460	801.532
1.01.03.01	Clientes	1.075.424	858.460	801.532
1.01.04	Estoques	942.226	1.062.021	743.609
1.01.06	Tributos a Recuperar	401.505	326.319	260.879
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	401.505	326.319	260.879
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	95.812	140.282	114.610
1.01.08.03	Outros	95.812	140.282	114.610
1.01.08.03.01	Partes relacionadas	483	3.675	232
1.01.08.03.02	Instrumentos financeiros derivativos	16.123	42.875	25.119
1.01.08.03.03	Outros ativos	79.206	93.732	89.259
1.02	Ativo Não Circulante	8.634.195	7.843.382	6.929.034
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.151.888	1.145.683	771.158
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	8.414	13.724	16.952
1.02.01.01.01	Títulos Designados a Valor Justo	8.414	13.724	16.952
1.02.01.07	Tributos Diferidos	40.951	36.731	53.530
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	40.951	36.731	53.530
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	1.102.523	1.095.228	700.676
1.02.01.10.03	Conta vinculada	19.443	17.394	15.878
1.02.01.10.04	Depósitos judiciais	255.298	234.095	261.963
1.02.01.10.05	Tributos Correntes a Recuperar	745.550	809.944	382.266
1.02.01.10.06	Outros ativos	17.327	9.820	8.077
1.02.01.10.07	Instrumentos financeiros derivativos	64.905	23.975	32.492

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
1.02.02	Investimentos	197.457	176.872	164.221
1.02.02.01	Participações Societárias	197.457	176.872	164.221
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	197.457	176.872	164.221
1.02.03	Imobilizado	4.822.362	4.024.620	3.465.950
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	4.489.998	3.739.597	3.297.954
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	332.364	285.023	167.996
1.02.04	Intangível	2.462.488	2.496.207	2.527.705
1.02.04.01	Intangíveis	2.462.488	2.496.207	2.527.705

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
2	Passivo Total	12.032.349	11.122.604	9.674.125
2.01	Passivo Circulante	4.164.630	3.424.984	2.569.041
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	357.361	334.128	265.697
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	357.361	334.128	265.697
2.01.02	Fornecedores	2.318.363	2.298.182	1.788.126
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	2.318.363	2.298.182	1.788.126
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	1.986.379	1.917.430	1.519.984
2.01.02.01.02	Fornecedores - Risco Sacado	331.984	380.752	268.142
2.01.03	Obrigações Fiscais	396.599	348.530	268.681
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	172.164	158.424	111.307
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	221.901	183.738	154.027
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2.534	6.368	3.347
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	392.355	232.349	130.492
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	283.637	159.060	54.878
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	283.637	159.060	54.878
2.01.04.02	Debêntures	0	0	27.708
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	108.718	73.289	47.906
2.01.05	Outras Obrigações	699.952	211.795	116.045
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	112.939	148.723	40.898
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	112.939	148.723	40.898
2.01.05.02	Outros	587.013	63.072	75.147
2.01.05.02.03	Obrigações por Pagamentos Baseados em Ações	474.255	1.307	916
2.01.05.02.04	Instrumentos financeiros derivativos	60.482	27.592	36.102
2.01.05.02.05	Subvenções governamentais	1.902	2.507	5.224
2.01.05.02.06	Tributos parcelados	754	651	1.487
2.01.05.02.07	Outros passivos	49.620	31.015	31.418
2.02	Passivo Não Circulante	3.455.699	2.349.219	2.313.068
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.379.971	1.264.408	1.301.897

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.126.550	1.035.452	1.172.167
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.126.550	1.035.452	1.172.167
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	253.421	228.956	129.730
2.02.02	Outras Obrigações	1.003.037	44.486	27.671
2.02.02.02	Outros	1.003.037	44.486	27.671
2.02.02.02.03	Subvenções governamentais	3.893	3.983	4.698
2.02.02.02.04	Tributos parcelados	1.163	1.901	6.289
2.02.02.02.05	Obrigações com antigos acionistas	19.443	17.394	15.878
2.02.02.02.06	Outros passivos	31.934	21.208	806
2.02.02.02.07	Dividendos a pagar	946.604	0	0
2.02.03	Tributos Diferidos	593.257	666.757	583.376
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	593.257	666.757	583.376
2.02.04	Provisões	479.434	373.568	400.124
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	479.434	373.568	400.124
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	247.882	139.378	145.473
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	177.501	171.206	167.413
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	54.051	62.984	87.238
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	4.412.020	5.348.401	4.792.016
2.03.01	Capital Social Realizado	2.289.529	2.289.529	2.289.529
2.03.02	Reservas de Capital	1.983.054	1.983.054	1.983.054
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	1.983.054	1.983.054	1.983.054
2.03.04	Reservas de Lucros	160.389	1.068.743	531.923
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	160.389	1.068.743	531.923
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-23.162	1.089	-17.040
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	2.210	5.986	4.550

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	12.619.850	11.511.909	9.656.843
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-7.753.981	-6.984.899	-5.896.615
3.03	Resultado Bruto	4.865.869	4.527.010	3.760.228
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-3.003.405	-2.477.394	-2.366.735
3.04.01	Despesas com Vendas	-2.509.762	-2.265.445	-1.870.410
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-724.209	-646.312	-592.453
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	204.985	415.567	74.114
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	25.581	18.796	22.014
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.862.464	2.049.616	1.393.493
3.06	Resultado Financeiro	-398.004	-119.585	-280.059
3.06.01	Receitas Financeiras	408.761	442.488	262.709
3.06.02	Despesas Financeiras	-806.765	-562.073	-542.768
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.464.460	1.930.031	1.113.434
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-70.216	-283.537	-117.513
3.08.01	Corrente	-127.322	-200.579	-118.660
3.08.02	Diferido	57.106	-82.958	1.147
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.394.244	1.646.494	995.921
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	1.394.244	1.646.494	995.921
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	1.393.683	1.644.848	992.512
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	561	1.646	3.409
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,6	0,71	0,43
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0,6	0,71	0,43

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	1.394.244	1.646.494	995.921
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-24.251	18.130	-29.402
4.02.01	Instrumentos financeiros derivativos - ganhos (perdas) excluído do P.L e incluído no resultado	58.130	-47.493	-23.579
4.02.02	Instrumentos financeiros derivativos - ganhos (perdas) reconhecido no patrimônio líquido	-102.933	84.390	-21.010
4.02.03	Tributos diferidos sobre o resultado com instrumentos financeiros derivativos	20.614	-17.222	15.220
4.02.04	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas	-62	-1.545	-33
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	1.369.993	1.664.624	966.519
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	1.369.432	1.662.978	963.110
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	561	1.646	3.409

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	2.254.114	2.318.369	2.278.307
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	2.348.901	2.191.801	1.783.654
6.01.01.01	Lucro líquido do período	1.394.244	1.646.494	995.921
6.01.01.02	Depreciação e amortização	775.285	643.684	569.853
6.01.01.03	Resultado de equivalência patrimonial	-25.581	-17.950	-22.553
6.01.01.04	Valor residual de baixas do imobilizado	23.262	33.439	19.642
6.01.01.05	Constituição de provisão para contingências	31.311	36.450	42.640
6.01.01.06	Provisão para perdas de imobilizado	16.303	-12.390	-6.728
6.01.01.07	Provisão para perdas de estoque	12.479	-4.819	-24.110
6.01.01.08	Provisão para remuneração de pessoal	15.875	127.824	73.974
6.01.01.09	Ajuste a valor presente/PECLD/descontos grandes redes	25.489	419	2.709
6.01.01.10	Créditos fiscais da exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS	-111.851	-509.258	0
6.01.01.11	Juros e rendimentos, líquidos	143.914	99.973	71.121
6.01.01.12	Variações monetárias	91.007	75.711	61.474
6.01.01.14	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-57.107	82.958	-1.147
6.01.01.15	Reversão da provisão para perdas sobre investimentos	4.935	-1.229	539
6.01.01.16	Ajuste a valor presente	9.336	-9.505	319
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	205.073	435.666	695.423
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-245.774	-58.484	-178.340
6.01.02.02	Partes relacionadas	-32.592	104.382	-37.809
6.01.02.03	Estoques	109.456	-315.350	-43.772
6.01.02.04	Depósitos judiciais	-15.360	33.519	-14.590
6.01.02.05	Outros ativos	7.020	-6.220	-12.736
6.01.02.06	Fornecedores	64.389	407.147	335.888
6.01.02.07	Fornecedores - risco sacado	-48.448	115.999	272.445
6.01.02.08	Obrigações trabalhistas e previdenciárias	7.358	-59.393	-36.023
6.01.02.09	Obrigações tributárias líquido de impostos a recuperar	326.896	287.206	463.876
6.01.02.10	Amortização de tributos parcelados	-635	-5.224	-1.371

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
6.01.02.11	Pagamento de contingências	7.069	-87.915	-47.360
6.01.02.12	Outros passivos	25.694	19.999	-4.785
6.01.03	Outros	-299.860	-309.098	-200.770
6.01.03.01	Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	-112.552	-92.630	-42.731
6.01.03.02	Pagamento de juros sobre debêntures	0	-1.582	-9.589
6.01.03.03	Pagamento de juros sobre subvenções governamentais	-286	-440	-2.588
6.01.03.04	Pagamento de juros sobre passivo de arrendamento	-49.409	-31.107	-15.775
6.01.03.05	Imposto de renda e contribuição social pagos	-137.613	-183.339	-130.087
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.383.027	-974.473	-644.269
6.02.01	Resgates de aplicações financeiras	6.667	10.484	-6.456
6.02.02	Redução de investimentos	0	5.166	0
6.02.03	Aquisição de imobilizado	-1.340.826	-941.916	-600.451
6.02.04	Aquisição de intangível	-48.868	-48.207	-37.362
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-880.064	-1.270.711	-1.723.857
6.03.02	Captações de subvenções governamentais	1.595	1.243	808
6.03.03	Amortização de principal de empréstimos e financiamentos	-188.146	-40.151	-768.903
6.03.04	Amortização de principal de subvenções governamentais	-2.576	-5.232	-13.973
6.03.05	Liquidação de instrumentos financeiros derivativos	-29.452	-39.297	-49.171
6.03.06	Amortização de principal de debêntures	0	-27.750	-55.500
6.03.07	Amortização de principal de passivo de arrendamento	-129.201	-76.651	-47.687
6.03.08	Pagamento de dividendos	-886.821	-1.108.028	-1.666.022
6.03.09	Captações de empréstimos e financiamentos	354.537	25.155	876.591
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-8.977	73.185	-89.819
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	891.945	818.760	908.579
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	882.968	891.945	818.760

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/12/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.289.529	1.983.054	1.068.743	0	1.089	5.342.415	5.986	5.348.401
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.289.529	1.983.054	1.068.743	0	1.089	5.342.415	5.986	5.348.401
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-933.040	-1.020.576	0	-1.953.616	-4.337	-1.957.953
5.04.06	Dividendos	0	0	-933.040	0	0	-933.040	-4.337	-937.377
5.04.08	Dividendos intercalares	0	0	0	-1.020.576	0	-1.020.576	0	-1.020.576
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.393.683	-24.251	1.369.432	561	1.369.993
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.393.683	0	1.393.683	561	1.394.244
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-24.251	-24.251	0	-24.251
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-44.803	-44.803	0	-44.803
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	20.614	20.614	0	20.614
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Coligadas	0	0	0	0	-62	-62	0	-62
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	24.686	-373.107	0	-348.421	0	-348.421
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	24.686	-373.107	0	-348.421	0	-348.421
5.07	Saldos Finais	2.289.529	1.983.054	160.389	0	-23.162	4.409.810	2.210	4.412.020

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.289.529	1.983.054	531.923	0	-17.040	4.787.466	4.550	4.792.016
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.289.529	1.983.054	531.923	0	-17.040	4.787.466	4.550	4.792.016
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-396.220	-300.596	0	-696.816	-391	-697.207
5.04.06	Dividendos	0	0	-396.220	-300.596	0	-696.816	-391	-697.207
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.644.848	18.129	1.662.977	1.646	1.664.623
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.644.848	0	1.644.848	1.646	1.646.494
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	18.129	18.129	0	18.129
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	36.896	36.896	0	36.896
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-17.222	-17.222	0	-17.222
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Coligadas	0	0	0	0	-1.545	-1.545	0	-1.545
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	933.040	-1.344.252	0	-411.212	181	-411.031
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	933.040	-1.344.252	0	-411.212	0	-411.212
5.06.04	Outras Transações	0	0	0	0	0	0	181	181
5.07	Saldos Finais	2.289.529	1.983.054	1.068.743	0	1.089	5.342.415	5.986	5.348.401

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.289.529	1.983.054	1.031.160	0	12.362	5.316.105	2.058	5.318.163
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.289.529	1.983.054	1.031.160	0	12.362	5.316.105	2.058	5.318.163
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-945.083	-310.944	0	-1.256.027	-917	-1.256.944
5.04.06	Dividendos	0	0	-945.083	-310.944	0	-1.256.027	-917	-1.256.944
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	992.512	-29.402	963.110	3.409	966.519
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	992.512	0	992.512	3.409	995.921
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-29.402	-29.402	0	-29.402
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-44.589	-44.589	0	-44.589
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	15.220	15.220	0	15.220
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Coligadas	0	0	0	0	-33	-33	0	-33
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	445.846	-681.568	0	-235.722	0	-235.722
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	445.846	-681.568	0	-235.722	0	-235.722
5.07	Saldos Finais	2.289.529	1.983.054	531.923	0	-17.040	4.787.466	4.550	4.792.016

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
7.01	Receitas	17.420.116	15.993.992	13.092.841
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	17.235.464	15.592.905	13.031.464
7.01.02	Outras Receitas	184.652	401.087	61.377
7.01.02.01	Outras receitas/(despesas) líquidas	205.155	415.570	74.062
7.01.02.02	Provisão de créditos de liquidação duvidosa	-20.503	-14.483	-12.685
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-10.627.785	-9.476.619	-7.808.746
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-9.226.114	-8.211.272	-6.794.357
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.401.671	-1.265.347	-1.014.389
7.03	Valor Adicionado Bruto	6.792.331	6.517.373	5.284.095
7.04	Retenções	-775.285	-643.684	-569.853
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-775.285	-643.684	-569.853
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	6.017.046	5.873.689	4.714.242
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	431.021	460.145	284.723
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	25.581	18.796	22.014
7.06.02	Receitas Financeiras	405.440	441.349	262.709
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	6.448.067	6.333.834	4.998.965
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	6.448.067	6.333.834	4.998.965
7.08.01	Pessoal	1.394.585	1.266.266	1.096.438
7.08.01.01	Remuneração Direta	1.022.720	932.128	796.529
7.08.01.02	Benefícios	302.952	271.407	245.345
7.08.01.03	F.G.T.S.	68.913	62.731	54.564
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.857.890	2.825.169	2.328.035
7.08.02.01	Federais	911.561	1.150.297	1.011.595
7.08.02.02	Estaduais	1.939.229	1.667.819	1.310.771
7.08.02.03	Municipais	7.100	7.053	5.669
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	801.348	595.905	578.571
7.08.03.01	Juros	803.444	560.934	542.768
7.08.03.02	Aluguéis	-2.096	34.971	35.803

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.394.244	1.646.494	995.921
7.08.04.02	Dividendos	1.368.997	711.808	546.666
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	24.686	933.040	445.846
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	561	1.646	3.409



Fortaleza, 26 de março de 2026. O Grupo Solar Bebidas, uma das maiores empresas de bens de consumo do país, anuncia hoje os resultados do quarto trimestre de 2025 (4T25) e do acumulado dos doze meses de 2025 (12M25). As informações financeiras intermediárias consolidadas foram elaboradas conforme as políticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB).

ri.solarbr.com.br

Relatório de Resultados

4T25

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS 4T25 e 12M25

“Em 2025, apresentamos crescimento em nossas principais linhas de resultado e volume, bem como evolução de *market share* das nossas principais categorias. Entramos em 2026 mantendo foco nos projetos de expansão da nossa capacidade produtiva, no fortalecimento de nossas marcas, na nossa execução de mercado e na captura de eficiência em nossas operações” – **André Salles, CEO**

DESTAQUES DO QUARTO TRIMESTRE DE 2025

- +1,0pp de *market share* valor em refrigerantes (Fonte: Nielsen)
- +1,4pp de *market share* valor em energético (Fonte: Nielsen)
- +38,9% de Volume em Coca-Cola sem Açúcar
- +18,4% de Ebitda Ajustado, com Margem Ebitda Ajustada de 26,0% (+2,9pp)

DESTAQUES DO ACUMULADO DOS DOZE MESES DE 2025

- +0,6pp de *market share* valor em refrigerantes (Fonte: Nielsen)
- +1,5% de Volume de Não Alcoólicos
- +64,7% de Volume em Coca-Cola sem Açúcar
- +13,6% de Ebitda Ajustado, com Margem Ebitda Ajustada de 21,7% (+0,8pp)
- +8,3% de Lucro Líquido Ajustado, com Margem Líquida Ajustada de 11,5% (-0,1pp)

Resultado Consolidado recorrente¹ (em R\$ mil, exceto volume em '000 Caixas Unitárias ²)	4T25	4T24	Δ Total %	12M25	12M24	Δ Total %
Volume Total	165.106	167.964	-1,7%	575.465	573.429	0,4%
Não Alcoólicos	157.774	158.858	-0,7%	550.604	542.705	1,5%
Alcoólicos	7.332	9.106	-19,5%	24.862	30.724	-19,1%
Receita Bruta	5.069.301	4.702.636	7,8%	17.254.817	15.552.155	10,9%
Não Alcoólicos	4.577.070	4.178.804	9,5%	15.627.839	13.797.321	13,3%
Alcoólicos	492.231	523.832	-6,0%	1.626.978	1.754.834	-7,3%
Receita Líquida	3.683.568	3.481.320	5,8%	12.619.850	11.511.909	9,6%
Receita Líquida Ajustada	3.683.568	3.504.353	5,1%	12.619.850	11.548.301	9,3%
Lucro Bruto	1.452.478	1.420.321	2,3%	4.865.869	4.527.010	7,5%
% Margem Bruta	39,4%	40,8%	-1,4pp	38,6%	39,3%	-0,8pp
Lucro Bruto Ajustado	1.454.231	1.443.547	0,7%	4.867.622	4.563.595	6,7%
% Margem Bruta Ajustada	39,5%	41,2%	-1,7pp	38,6%	39,5%	-0,9pp
Ebitda	852.724	1.107.081	-23,0%	2.637.749	2.693.300	-2,1%
Margem Ebitda %	23,1%	31,8%	-8,7pp	20,9%	23,4%	-2,5pp
Ebitda Ajustado	956.803	807.834	18,4%	2.742.650	2.414.613	13,6%
Margem Ebitda Ajustada %	26,0%	23,1%	+2,9pp	21,7%	20,9%	+0,8pp
Lucro Líquido	428.687	895.503	-52,1%	1.394.244	1.646.494	-15,3%
Margem Líquida %	11,6%	25,7%	-14,1pp	11,0%	14,3%	-3,3pp
Lucro Líquido Ajustado	515.013	566.147	-9,0%	1.450.329	1.339.188	8,3%
Margem Líquida Ajustada %	14,0%	16,2%	-2,2pp	11,5%	11,6%	-0,1pp

(1) Resultado ajustado excluindo itens não recorrentes (extraordinários). Conciliação no “Detalhamentos dos Itens não Recorrentes” deste documento.

(2) 01 Caixa Unitária corresponde a 5,678 Litros.

Mensagem da Administração

Encerramos o 4T25 com crescimento de 5,1% na Receita Líquida Ajustada, Ebitda Ajustado de R\$ 956,8 milhões (+18,4% vs 4T24) e margem Ebitda Ajustada de 26,0% (+2,9pp vs 4T24). Nos 12M25, a Receita Líquida Ajustada cresceu 9,3%, alcançando um Ebitda Ajustado de R\$ 2,7 bilhões (+13,6% vs 12M24), com uma margem Ebitda Ajustada de 21,7% (+0,8pp vs 12M24).

O volume de não alcoólicos reduziu em -0,7% versus o 4T24. O trimestre foi impactado pelo desempenho de stills (-1,4% vs 4T24) e refrigerantes (-0,8% vs 4T24), que foram parcialmente compensados pelo desempenho de energético (+5,4% vs 4T24) e água (+2,0% vs 4T24). Já no período dos 12M25, o volume total cresceu 0,4% e o volume de não alcoólicos cresceu +1,5% versus 12M24, impactado pelo desempenho de refrigerantes (+2,0% vs 12M24) e energético (+5,0% vs 12M24).

Já o segmento de alcoólicos teve uma queda de -19,5% em relação ao mesmo período do ano anterior (-19,1% vs 12M24), em função basicamente do desempenho da categoria de cervejas (-20,0% vs 4T24). Alguns fatores contribuíram para essa redução, principalmente a mudança no escopo de atendimento de algumas áreas geográficas (PB e PE) e canais (*off-premise*), que deixaram de ser atendidos diretamente com 100% do portfólio da Heineken pela Solar. Tal queda foi parcialmente compensada pelo desempenho da categoria de destilados, que cresceu +31,1% vs 4T24 (+22,4% vs 12M24), além do avanço de duplo dígito de Campari e Aperol.

O Lucro Bruto Ajustado cresceu 0,7%, porém, a Margem Bruta Ajustada contraiu 1,7pp, alcançando 39,5% no 4T25, como reflexo de custos mais altos em função do impacto cambial e maiores gastos com fretes devido às limitações de capacidade produtiva.

O Lucro Líquido atingiu R\$ 429 milhões no 4T25 (-52,1% vs 4T24), registrando retração na Margem Líquida de -14,1pp. Essa variação reflete, principalmente, o efeito não recorrente do reconhecimento, no 4T24, de créditos tributários relacionados à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. No acumulado do ano, o Lucro Líquido atingiu R\$ 1,4 bilhão (-15,3% vs 12M24), registrando retração de -3,3pp na margem líquida, ainda influenciada pelo reconhecimento dos créditos de PIS e COFINS ao longo de 2024.

Conquistamos pela primeira vez o rating AAA.br da Moody's Brasil e tivemos a renovação do rating AAA(bra) da Fitch Ratings. Ambos os ratings estão ancorados no nosso sólido perfil de negócios, na consistente geração de caixa e na nossa estrutura de capital conservadora.

Continuamos focados nos projetos de expansão de nossa capacidade produtiva e armazenagem. Realizamos um investimento de R\$ 1,4 bilhão no 12M25 (+40,4% vs 12M24) e inauguramos no 4T25 mais uma linha de PET em Maceió (AL), reforçando nosso compromisso com o aumento da eficiência operacional. Mesmo assim, conseguimos manter o baixo endividamento, 0,32x dívida líquida sobre o Ebitda Ajustado dos últimos doze meses.

Na frente tecnológica, seguimos acelerando nossa agenda de transformação digital com foco em escalabilidade e inteligência de dados. Consolidamos plataformas integradas para gestão de operações e experiência do cliente, ampliamos a automação em processos críticos na indústria e logística, e evoluímos em *Advanced Analytics* para suportar decisões em tempo real. Nossos canais digitais já representam 43,7% do faturamento acumulado dos 12 meses de 2025, impulsionados por soluções de *e-commerce* e integração omnicanal. Além disso, avançamos em infraestrutura *cloud* e segurança cibernética, garantindo resiliência e performance para sustentar o crescimento e novos modelos de negócio da companhia.

Na agenda estratégica de valorização de pessoas, a Solar consolidou-se como uma das principais referências do país. Em 2025, a companhia foi reconhecida pelo ranking nacional do Great Place to Work (GPTW) como uma das 10 maiores e melhores empresas para trabalhar no Brasil, reforçando a consistência de sua cultura organizacional e de suas práticas de gestão de pessoas. Além do destaque nacional, a Solar obteve resultados expressivos nas premiações regionais do GPTW, conquistando o 1º lugar nos estados de Alagoas, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe, além da Região Norte, evidenciando a capilaridade e a solidez de sua atuação em diferentes mercados.

Esse reconhecimento é sustentado por uma governança de pessoas robusta, o clima organizacional e gestão estruturada de sucessão, elemento central para a continuidade e sustentabilidade do negócio. Na Solar, sucessão é tratada como um processo contínuo, planejado e alinhado à cultura, com foco no desenvolvimento

de lideranças internas e na mitigação de riscos organizacionais. Adicionalmente, a Solar foi eleita Top of Mind de RH na categoria Atração de Talentos pelo quarto ano consecutivo, reforçando sua reputação como empregadora de referência. Pelo segundo ano consecutivo, a empresa também foi reconhecida como a melhor empresa de Alimentos e Bebidas do Nordeste pelo anuário Valor 1000, do Jornal Valor Econômico.

Esses reconhecimentos refletem o compromisso contínuo da Solar com uma gestão de pessoas integrada à governança corporativa, orientada para a perenidade do negócio, geração de valor no longo prazo e desenvolvimento sustentável.

Por último, não podemos deixar de mencionar as Caravanas de Natal, que percorreram mais de 16 mil quilômetros em cerca de 60 cidades de 16 estados brasileiros das regiões Norte, Nordeste e em parte do Centro-Oeste. Com caminhões iluminados e a presença do Papai e da Mamãe Noel, o projeto levou a magia do Natal para milhares de pessoas em todo o país.

Sustentabilidade – Agenda

A agenda ESG é parte importante de nosso negócio. Dada a dimensão e a abrangência de nossa empresa, temos a capacidade de impactar positivamente nossa cadeia produtiva e a comunidade ao nosso redor. Como signatários do Pacto Global da ONU, reconhecemos nosso dever de agir de forma exemplar e, nos principais aspectos de nosso negócio, impulsionar avanços ou até mesmo transformações significativas em questões importantes. Nesse contexto, destacamos os seguintes pontos:

- Em parceria com o Instituto Coca-Cola Brasil, a Solar atua com o Coletivo Online, programa que oferece curso online e gratuito destinado a jovens de menor renda de 16 a 25 anos que finalizaram ou estão concluindo o Ensino Médio. O objetivo é facilitar o entendimento sobre o mercado de trabalho e direcionar a juventude a vagas de trabalho e primeiro emprego. No 4T25, o programa formou mais de 12 mil jovens.
- Estamos avançando em direção a uma economia circular. Em 2025, aumentamos a quantidade de PET retirada das ruas, alcançando aproximadamente 47,0% do PET consumido pela Solar. Também encerramos o ano com 13 agregadores em nossa área de atuação, reforçando nosso compromisso com o desenvolvimento de uma economia mais sustentável. Nos estados da Bahia, Ceará, Pará, Pernambuco e Rio Grande do Norte já coletamos mais resina PET do que consumimos em nossas operações.
- O Projeto de Acesso à Água, desenvolvido em parceria com o SDW (Sustainable Development & Water for All) na Bahia, prevê a instalação das tecnologias de purificação de água em comunidades quilombolas de Vitória da Conquista, Simões Filho e outros municípios. A iniciativa beneficiará quase 9.000 pessoas, contribuindo para a redução de doenças relacionadas à falta de acesso à água potável, com impactos positivos na saúde e na qualidade de vida dessas comunidades.
- O Programa Solar Qualifica tem como foco o fomento ao empreendedorismo feminino e qualificação profissional de pessoas em situação de vulnerabilidade social. O programa oferece capacitação e cursos nas áreas de autonomia, autoestima, independência financeira e gastronomia, de modo a contribuir para o empreendedorismo e a geração de renda. Em 2025, o programa formou aproximadamente 1.900 pessoas.

Encerramos 2025 com orgulho de nossas entregas, impulsionados por uma estratégia consistente, pela sólida capacidade de execução no mercado, pela força de nossas marcas e pela dedicação incansável de mais de 21 mil colaboradores, além do apoio fundamental de nossos parceiros de negócio. Mantemos nosso propósito de atender com excelência cada um dos nossos 380 mil pontos de venda e de ser referência em qualidade e execução, gerando retorno sustentável aos acionistas, parceiros e meio-ambiente. Seguimos confiantes na trajetória de crescimento sustentável.

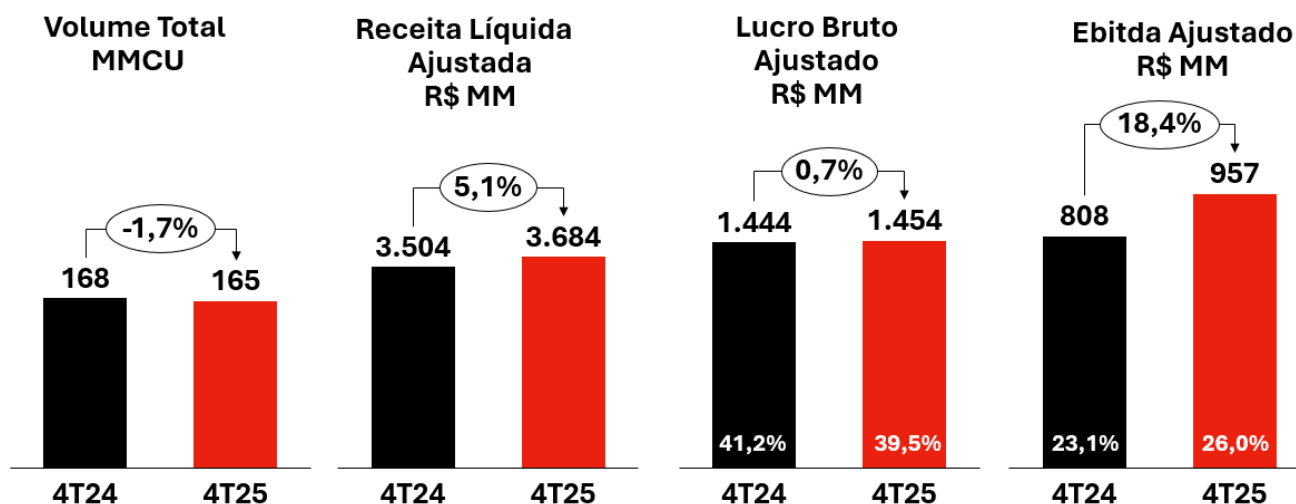
Relatório de Resultados

4T25

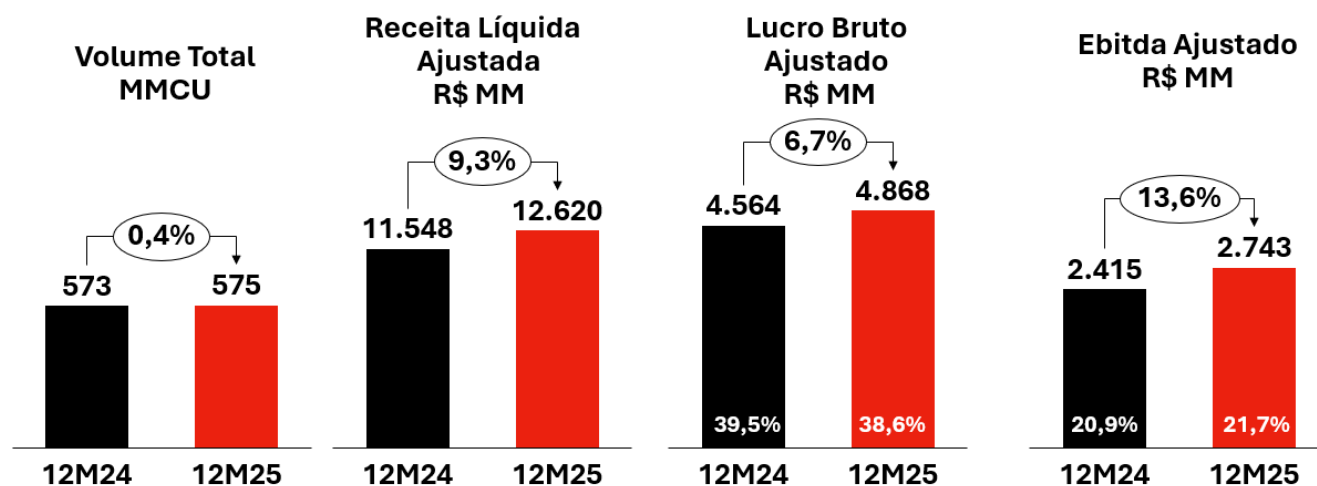
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

SOLAR^{BR} 

RESULTADOS CONSOLIDADOS NO QUARTO TRIMESTRE 2025



RESULTADOS CONSOLIDADOS DOS DOZE MESES DE 2025



Volume de não alcóolicos encerrou o 4T25 com queda de 0,7% vs 4T24. As principais categorias que impactaram o resultado foram stills (-1,4%) e refrigerantes (-0,8%), parcialmente compensados pelo desempenho de energético (+5,4% vs 4T24) e água (+2,0% vs 4T24). Já no 12M25, o volume de não alcóolicos cresceu 1,5% vs 12M24, por conta do desempenho de refrigerantes (+2,0%) e energético (+5,0%).

Apesar da queda de volume de refrigerantes no 4T25, destacamos o avanço do *market share* de +1,0pp no 4T25 (+0,6pp 12M25) e no avanço do mix de produtos de baixas calorias de +5,7pp no 4T25 (+6,7pp 12M25). Além disso, seguimos evoluindo com nossa estratégia de migração do modelo de atendimento nas áreas servidas por Distribuidores Autorizados - o *mix* de canal com atendimento direto cresceu +2,9pp no 4T25 (+2,8pp 12M25).

Relatório de Resultados

4T25

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Já o volume de alcoólicos apresentou uma queda de -19,5% vs 4T24 (-19,1% vs 12M24), impactado diretamente pelo desempenho de cerveja, que apresentou uma redução de -20,0% vs 4T24 (-20,8% vs 12M24), conforme os tópicos já mencionados na mensagem de administração. Esse desempenho foi parcialmente compensado pela performance de destilados +31,1% vs 4T24 (+22,4% vs 12M24).

Receita Bruta avançou 7,8% no 4T25 (+10,9% 12M25), enquanto a Receita Bruta unitária de não alcoólicos avançou 10,3% no 4T25 (+11,6% 12M25). Esse crescimento foi impulsionado pelos seguintes fatores: i) nossa execução disciplinada de preços em todos os canais e regiões; ii) o *mix* favorável, estimulado pelo avanço das embalagens individuais; iii) a estratégia de mudança de modelo de atendimento em áreas de Distribuidores Autorizados e iv) crescimento das categorias de energético e de destilados.

Lucro Bruto Ajustado apresentou crescimento de +0,7% no 4T25 (+6,7% 12M25), com redução na margem bruta ajustada de -1,7pp (-0,9pp 12M25). Nossos custos foram afetados pelo avanço do dólar frente ao real e por transferências de produtos entre fábricas em virtude de restrições de capacidade produtiva. Esses impactos foram parcialmente compensados por ganhos advindos de mix em embalagens, categorias e canais e pelos menores preços de açúcar e PET.

Ebitda Ajustado avançou 18,4% no 4T25, com aumento de 2,9pp na margem, apesar dos impactos mencionados na Margem Bruta. Já nos 12M25, o Ebitda Ajustado cresceu 13,6% e a margem Ebitda Ajustada ficou em 21,7%, registrando um aumento de 0,8pp em relação ao mesmo período do ano anterior. As Despesas Operacionais Ajustadas atingiram 20,0% sobre a Receita Líquida Ajustada no 4T25 (23,2% 12M25), redução de -3,1pp vs 4T24 (-1,2pp vs 12M24), devido às ações para ganhos de produtividade.

Lucro Líquido Ajustado caiu 9,0%, alcançando 14,0% de margem líquida ajustada, com redução de 2,2pp em relação ao 4T24. Já nos 12M25, o Lucro Líquido Ajustado expandiu 8,3%, alcançando 11,5% de margem líquida ajustada, com redução de 0,1pp em relação ao mesmo período do ano anterior.

Fluxo de Caixa

(em R\$ mil)	12M25	12M24	Δ R\$	Δ %
Lucro Líquido Contábil	1.394.244	1.646.494	(252.250)	-15,3%
Itens não monetários	954.657	545.307	409.350	75,1%
Working Capital	205.073	435.666	(230.593)	-52,9%
Juros Pagos	(162.247)	(125.759)	(36.488)	29,0%
Imposto de Renda e Contr.Social	(137.613)	(183.339)	45.726	-24,9%
Caixa Operacional	2.254.114	2.318.369	(64.255)	-2,8%
% Caixa operacional / Receita Líquida	17,9%	20,1%		
Capex	(1.389.694)	(990.123)	(399.571)	40,4%
Atividades de Financiamento	13.424	(147.033)	160.457	-109,1%
Dividendos	(886.821)	(1.108.028)	221.207	-20,0%
Variação de Caixa	(8.977)	73.185	(82.162)	-112,3%
Caixa Início Período	891.945	818.760	73.185	8,9%
Caixa e Equivalentes	882.968	891.945	(8.977)	-1,0%

A Geração de Caixa Operacional continua resiliente chegando a R\$ 2,2 bilhões no acumulado do ano.

Atingimos a marca de R\$ 1,4 bilhão de investimento nos 12M25 (+40,4% vs 12M24). Estamos progredindo na execução de nosso plano de investimentos, focados em aumentar a capacidade de produção de nossas fábricas, evoluir na digitalização do negócio e expandir a área de armazenagem em nossos centros de distribuição.

Relatório de Resultados

4T25

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Liquidez e Endividamento

(em R\$ mil)	12M25	12M24
Caixa e equivalentes de caixa	882.968	891.945
Dívida bruta (R\$ MM)	1.757.575	1.463.989
Dívida líquida	874.607	572.044
% da dívida no curto prazo	25,0%	15,0%
% da dívida no longo prazo	75,0%	85,0%
EBITDA Ajustado	2.742.650	2.414.614
Dívida Líquida / EBITDA Ajustado	0,32x	0,24x

Terminamos o 4T25 com uma estrutura de dívida equilibrada, com 25,0% no curto prazo e 75,0% no longo prazo, refletindo nossa capacidade de gerenciar compromissos financeiros de forma eficaz. Além disso, mantivemos o baixo endividamento, como demonstrado pela nossa relação de dívida líquida sobre Ebitda Ajustado dos últimos doze meses de 0,32x.

Relatório de Resultados

4T25

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Detalhamento dos itens não-recorrentes para o 4T25 e 12M25

Os Itens não recorrentes são receitas ou despesas que não ocorrem no curso normal das atividades da Companhia e são apresentadas conforme tabelas abaixo:

Conciliação das Receita Líquida e Receita Líquida Ajustada e Lucro Bruto e Lucro Bruto Ajustado

(em R\$ mil, exceto %)	4T25	4T24	Δ Total %	12M25	12M24	Δ Total %
Receita líquida	3.683.568	3.481.320	5,8%	12.619.850	11.511.909	9,6%
(+/-) Baixas Diversas	-	23.033	-	-	36.392	-
Receita Líquida Ajustada	3.683.568	3.504.353	5,1%	12.619.850	11.548.301	9,3%
Custo de produtos vendidos	(2.231.090)	(2.060.999)	8,3%	(7.753.981)	(6.984.899)	11,0%
% sobre a Receita Líquida	60,6%	59,2%	+1,4pp	61,4%	60,7%	+0,8pp
Custo de produtos vendidos ajustado	(2.229.337)	(2.060.806)	8,2%	(7.752.228)	(6.984.706)	11,0%
% sobre a Receita Líquida ajustada	60,5%	58,8%	+1,7pp	61,4%	60,5%	+0,9pp
Lucro Bruto	1.452.478	1.420.321	2,3%	4.865.869	4.527.010	7,5%
% sobre a Receita Líquida	39,4%	40,8%	-1,4pp	38,6%	39,3%	-0,8pp
Lucro Bruto Ajustado	1.454.231	1.443.547	0,7%	4.867.622	4.563.595	6,7%
% sobre a Receita Líquida Ajustada	39,5%	41,2%	-1,7pp	38,6%	39,5%	-0,9pp

Conciliação das Despesas Operacionais e Despesas Operacionais Ajustadas

(em R\$ mil, exceto %)	4T25	4T24	Δ Total %	12M25	12M24	Δ Total %
Despesas gerais e administrativas	(219.401)	(185.424)	18,3%	(724.209)	(646.312)	12,1%
Despesas com vendas	(731.397)	(669.242)	9,3%	(2.509.762)	(2.265.445)	10,8%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	111.290	364.666	-69,5%	204.985	415.567	-50,7%
Total Despesas Operacionais	(839.508)	(490.000)	71,3%	(3.028.986)	(2.496.190)	21,3%
% s/ Receita Líquida Ajustada	22,8%	14,1%	+8,7pp	24,0%	21,7%	+2,3pp
(+/-) Crédito Reintegra	(3.785)	-	-	(48.322)	-	-
(+/-) Contingências Fiscais / Honorários de Êxito	32.873	-	-	79.734	-	-
(+/-) Baixas Diversas ⁽¹⁾	73.238	(318.809)	-	73.230	(323.453)	-
Total Despesas Operacionais Ajustadas	(737.182)	(808.809)	-8,9%	(2.924.344)	(2.819.643)	3,7%
% s/ Receita Líquida Ajustada	20,0%	23,1%	-3,1pp	23,2%	24,4%	-1,2pp

(1) Baixas Diversas 2024 inclui impacto da Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS.

Conciliação Ebitda e Ebitda Ajustado

(em R\$ mil, exceto %)	4T25	4T24	Δ Total %	12M25	12M24	Δ Total %
Lucro Líquido	428.687	895.503	-52,1%	1.394.244	1.646.494	-15,3%
(+/-) Resultado financeiro	134.790	(67.260)	-300,4%	398.004	119.585	232,8%
(+) Depreciação e amortização	225.790	170.989	32,0%	775.285	643.684	20,4%
(+/-) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	63.457	107.849	-41,2%	70.216	283.537	-75,2%
Ebitda	852.724	1.107.081	-23,0%	2.637.749	2.693.300	-2,1%
% Margem Ebitda	23,1%	31,8%	-8,7pp	20,9%	23,4%	-2,5pp
(+/-) Crédito Reintegra	(3.785)	-	-	(48.322)	-	-
(+/-) Contingências Fiscais / Honorários de Êxito	32.873	-	-	79.734	-	-
(+/-) Baixas Diversas ⁽¹⁾	74.991	(299.247)	-	73.489	(278.687)	-
Ebitda Ajustado	956.803	807.834	18,4%	2.742.650	2.414.613	13,6%
% Margem Ebitda Ajustada	26,0%	23,1%	+2,9pp	21,7%	20,9%	+0,8pp

(1) Baixas Diversas 2024 inclui impacto da Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS.

Relatório de Resultados

4T25

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Conciliação Lucro Líquido e Lucro Líquido Ajustado

(em R\$ mil, exceto %)	4T25	4T24	Δ Total %	12M25	12M24	Δ Total %
Lucro Líquido	428.687	895.503	-52,1%	1.394.244	1.646.494	-15,3%
% Margem Líquida	11,6%	25,7%	-14,1pp	11,0%	14,3%	-3,3pp
(+/-) Crédito Reintegra	(9.301)	-	-	(88.881)	59.402	-
(+/-) Contingências Fiscais / Honorários de Êxito	41.618	-	-	94.062	-	-
(+/-) Baixas Diversas ⁽¹⁾	54.008	(329.356)	-	50.904	(366.708)	-
Lucro Líquido Ajustado	515.013	566.147	-9,0%	1.450.329	1.339.188	8,3%
% Margem Líquida Ajustada	14,0%	16,2%	-2,2pp	11,5%	11,6%	-0,1pp

(1) Baixas Diversas 2024 inclui impacto da Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS.

Informações Contábeis

Balanço Patrimonial Consolidado

<i>(em R\$ mil)</i>	31.12.2025	31.12.2024
Ativo		
Ativo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	882.968	891.945
Aplicações financeiras	219	195
Contas a receber de clientes	1.075.424	858.460
Estoques	942.226	1.062.021
Impostos a recuperar	401.505	326.319
Partes relacionadas	483	3.675
Instrumentos financeiros derivativos	16.123	42.875
Outros ativos	79.206	93.732
Total do ativo circulante	3.398.154	3.279.222
Ativo não circulante		
Aplicações financeiras	8.414	13.724
Conta vinculada	19.443	17.394
Depósitos judiciais	255.298	234.095
Impostos a recuperar	745.550	809.944
Imposto de renda e contribuição social diferidos	40.951	36.731
Instrumentos financeiros derivativos	64.905	23.975
Outros ativos	17.327	9.820
Investimentos	197.457	176.872
Imobilizado	4.489.998	3.739.597
Direito de uso	332.364	285.023
Intangível	2.462.488	2.496.207
Total do ativo não circulante	8.634.195	7.843.382
Total do ativo	12.032.349	11.122.604

Relatório de Resultados

4T25

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

SOLAR^{BR} 

Balanço Patrimonial Consolidado (continuação)

<i>(em R\$ mil)</i>	31.12.2025	31.12.2024
Passivo circulante		
Fornecedores	1.986.379	1.917.430
Fornecedores - risco sacado	331.984	380.752
Empréstimos e financiamentos	283.637	159.060
Passivo de arrendamento	108.718	73.289
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	357.361	334.128
Obrigações tributárias	396.599	348.530
Tributos parcelados	754	651
Instrumentos financeiros derivativos	60.482	27.592
Subvenções governamentais	1.902	2.507
Partes relacionadas	112.939	148.723
Dividendos propostos	474.255	1.307
Outros passivos	49.620	31.015
Total do passivo circulante	4.164.630	3.424.984
Passivo não circulante		
Empréstimos e financiamentos	1.126.550	1.035.452
Passivo de arrendamento	253.421	228.956
Tributos parcelados	1.163	1.901
Subvenções governamentais	3.893	3.983
Obrigações com antigos acionistas	19.443	17.394
Provisão para contingências	479.434	373.568
Imposto de renda e contribuição social diferidos	593.257	666.757
Dividendos propostos	946.604	-
Outros passivos	31.934	21.208
Total do passivo não circulante	3.455.699	2.349.219
Patrimônio líquido		
Capital social	2.289.529	2.289.529
Reservas de capital	1.983.054	1.983.054
Ajustes de avaliação patrimonial	(23.162)	1.089
Reservas de lucros	160.389	1.068.743
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia	4.409.810	5.342.415
Participação dos acionistas não controladores	2.210	5.986
Total do patrimônio líquido	4.412.020	5.348.401
Total do passivo e patrimônio líquido	12.032.349	11.122.604

Relatório de Resultados

4T25

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Demonstrações dos Resultados Consolidados

(em R\$ mil)	4T25	4T24	12M25	12M24
Receita operacional líquida	3.683.568	3.481.320	12.619.850	11.511.909
Custo de produtos vendidos	(2.231.090)	(2.060.999)	(7.753.981)	(6.984.899)
Lucro bruto	1.452.478	1.420.321	4.865.869	4.527.010
Despesas operacionais	(839.508)	(490.000)	(3.028.986)	(2.496.190)
Despesas gerais e administrativas	(219.401)	(185.424)	(724.209)	(646.312)
Despesas com vendas	(731.397)	(669.242)	(2.509.762)	(2.265.445)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	111.290	364.666	204.985	415.567
Lucro operacional antes do resultado de equivalência patrimonial e resultado financeiro	612.970	930.321	1.836.883	2.030.820
Resultado de equivalência patrimonial	13.964	5.771	25.581	18.796
Lucro antes do resultado financeiro e impostos de renda e contribuição social	626.934	936.092	1.862.464	2.049.616
Resultado financeiro	(134.790)	67.260	(398.004)	(119.585)
Despesas financeiras	(207.739)	(177.636)	(806.765)	(562.073)
Receitas financeiras	72.949	244.896	408.761	442.488
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	492.144	1.003.352	1.464.460	1.930.031
Imposto de renda e contribuição social	(63.457)	(107.849)	(70.216)	(283.537)
Lucro líquido do exercício	428.687	895.503	1.394.244	1.646.494

Relatório de Resultados

4T25

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Demonstrações do Fluxo de Caixa Consolidado

(em R\$ mil)

31/12/2025 31/12/2024

Fluxo de caixa das atividades operacionais

Lucro líquido do período **1.394.244** **1.646.494**

Ajustes para reconciliar o lucro líquido:

Depreciação e amortização 775.285 643.684

Resultado de equivalência patrimonial (25.581) (17.950)

Reversão da provisão para perdas sobre investimentos 4.935 (1.229)

Valor residual de baixas do imobilizado 23.262 33.439

Constituição de provisão para contingências 31.311 36.450

Provisão para perdas de imobilizado e intangível 16.303 (12.390)

Provisão para perdas de estoque 12.479 (4.819)

Provisão para remuneração pessoal 15.875 127.824

Ajuste a valor presente 9.336 (9.505)

Provisão para perdas esperadas com contas a receber/descontos grandes redes 25.489 419

Créditos fiscais (111.851) (509.258)

Juros e rendimentos, líquidos 143.914 99.973

Variações monetárias 91.007 75.711

Imposto de renda e contribuição social diferidos (57.107) 82.958

2.348.901 2.191.801

Contas a receber de clientes (245.774) (58.484)

Partes relacionadas (32.592) 104.382

Estoques 109.456 (315.350)

Depósitos judiciais (15.360) 33.519

Outros créditos 7.020 (6.220)

Fornecedores 64.389 407.147

Fornecedores - risco sacado (48.448) 115.999

Obrigações trabalhistas e previdenciárias 7.358 (59.393)

Obrigações tributárias líquido dos impostos a recuperar 326.896 287.206

Amortização de tributos parcelados (635) (5.224)

Provisão para contingências 7.069 (87.915)

Outros passivos 25.694 19.999

2.553.974 2.627.467

Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos (112.552) (92.630)

Pagamento de juros sobre debêntures - (1.582)

Pagamento de juros sobre subvenções governamentais (286) (440)

Pagamento de juros sobre passivo de arrendamento (49.409) (31.107)

Imposto de renda e contribuição social pagos (137.613) (183.339)

Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais **2.254.114 2.318.369**

Aplicações financeiras 6.667 10.484

Aumento de investimentos - 5.166

Aquisição de imobilizado (1.340.826) (941.916)

Aquisição de intangível (48.868) (48.207)

Relatório de Resultados

4T25

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de investimento	(1.383.027)	(974.473)
Captações de empréstimos e financiamentos	354.537	25.155
Captações de subvenções governamentais	1.595	1.243
Captações de debêntures	-	-
Amortização de principal de empréstimos e financiamentos	(188.146)	(40.151)
Amortização de principal de subvenções governamentais	(2.576)	(5.232)
Liquidação de instrumentos financeiros derivativos	(29.452)	(39.297)
Amortização de principal de debêntures	-	(27.750)
Amortização de principal de passivo de arrendamento	(129.201)	(76.651)
Pagamento de dividendos	(886.821)	(1.108.028)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	(880.064)	(1.270.711)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	891.945	818.760
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	882.968	891.945
Aumento (Redução) em caixa e equivalentes de caixa	(8.977)	73.185

Notas Explicativas

Solar Bebidas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Solar Bebidas S.A. ("Companhia") é o segundo maior fabricante da Coca-Cola no Brasil e um dos 15 maiores fabricantes do Sistema Coca-Cola no mundo. Está entre as dez maiores empresas do Nordeste e uma das maiores empresas de bens de consumo do país.

Com capacidade para produzir aproximadamente quatro bilhões de litros de bebida/ano para atender a mais de 380 mil pontos de venda, possui mais de 21 mil colaboradores distribuídos por 12 fábricas e 67 centros de distribuição nos 18 Estados de atuação.

Área de atuação



A Solar Bebidas S.A. é a controladora direta da Norsa Refrigerantes S.A. ("Norsa") e Refrescos Guararapes Ltda. ("Regua").

A Norsa é uma sociedade anônima de capital fechado que tem como investidas a Solar Energia Ltda. e a Tocantins Refrigerantes Ltda. ("Tocref" - empresa não operacional), sendo que essa possui investimentos na Solarpay Instituição de Pagamentos S.A. ("SolarPay"). A Norsa possui ainda investimento na 4H (Holding investidora das operacionais Brasil Norte Bebidas ("BNB"), Companhia Paraense de Refrigerantes ("Compar") e Benevides Águas ("Benevides"), controlada indireta da Solar Bebidas S.A. O objetivo social principal da Norsa é a industrialização e comercialização de bebidas, notadamente de refrigerantes e produtos conexos atuando nos estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Piauí, Pernambuco, Bahia, Alagoas e Mato Grosso.

A Norsa consolida as informações da Tocref, da Solar Energia e da SolarPay, assim como possui participação avaliadas pelo método de equivalência patrimonial na Crystal Águas do Nordeste Ltda., UBI3 Participações Ltda. e Leão Alimentos e Bebidas Ltda.

Notas Explicativas

Solar Bebidas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

A Regua é uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada cujo objetivo social é a industrialização e comercialização de bebidas, notadamente de refrigerantes e produtos conexos e atua nos estados de Paraíba, Sergipe e Maranhão. A Regua possui ainda investimentos na 4H (Holding investidora das operacionais BNB, Compar e Benevides).

A BNB é uma sociedade anônima de capital fechado que tem como objeto social a industrialização e comercialização de bebidas, notadamente de refrigerantes e produtos conexos e atua no estado do Amazonas.

A Compar é uma sociedade por ações de capital fechado que tem como objeto social a industrialização e comercialização de bebidas, notadamente de refrigerantes e produtos conexos e atua nos estados do Pará, Rondônia e Acre. E possui participação avaliada pelo método de equivalência patrimonial na UBI3 Participações Ltda. e Leão Alimentos e Bebidas Ltda.

A Benevides é uma sociedade por ações de capital fechado que tem como objeto social a industrialização e comercialização da água mineral "Belágua" e atua nos estados do Pará e Amapá. Adicionalmente, também operacionaliza a comercialização de bebidas, notadamente de refrigerantes e produtos conexos nos estados do Pará, Amapá e Roraima.

Principais eventos até 31 de dezembro de 2025

1ª Emissão de Nota Comercial da Norsa Refrigerantes S.A.

No quarto trimestre, a Companhia, por meio de sua controlada Norsa Refrigerantes S.A., captou o montante de R\$360.000 por meio da 1ª (primeira) emissão de Notas Comerciais Escriturais, em série única, para colocação privada, nos termos da Lei nº 14.195/2021.

A emissão foi realizada em 26 de dezembro de 2025, com valor nominal unitário de R\$1.000,00, vencimento final em 26 de dezembro de 2031, remuneração correspondente a 100% da variação acumulada da taxa DI, com pagamentos semestrais, sem carência, e cronograma de amortização do principal iniciado a partir de junho de 2030, com pagamentos semestrais, conforme estabelecido no respectivo Termo de Emissão.

As Notas Comerciais contam com garantia fidejussória, na forma de aval, outorgada pela Solar Bebidas S.A., garantindo o fiel, integral e pontual cumprimento de todas as obrigações principais e acessórias assumidas pela Norsa Refrigerantes S.A. no âmbito da emissão.

A operação está enquadrada no Programa Eco Invest Brasil, instituído pela Lei nº 14.995, de 10 de outubro de 2024, sob a modalidade de *blended finance*, com destinação dos recursos ao financiamento de projetos de expansão e modernização industrial, contemplando a implantação de novas linhas de produção com ganhos de eficiência energética, localizadas nos estados de Pernambuco (Suape) e Mato Grosso (Várzea Grande).

Notas Explicativas

Solar Bebidas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

Principais eventos até 31 de dezembro de 2025--Continuação

Os *covenants* financeiros pactuados são apurados anualmente com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, conforme segue:

- Dívida Líquida / EBITDA (ajustado): igual ou inferior a 3,50.

O não cumprimento do índice financeiro acima caracteriza evento de inadimplemento, que poderá ensejar o vencimento antecipado das Notas Comerciais, nos termos previstos no respectivo Termo de Emissão.

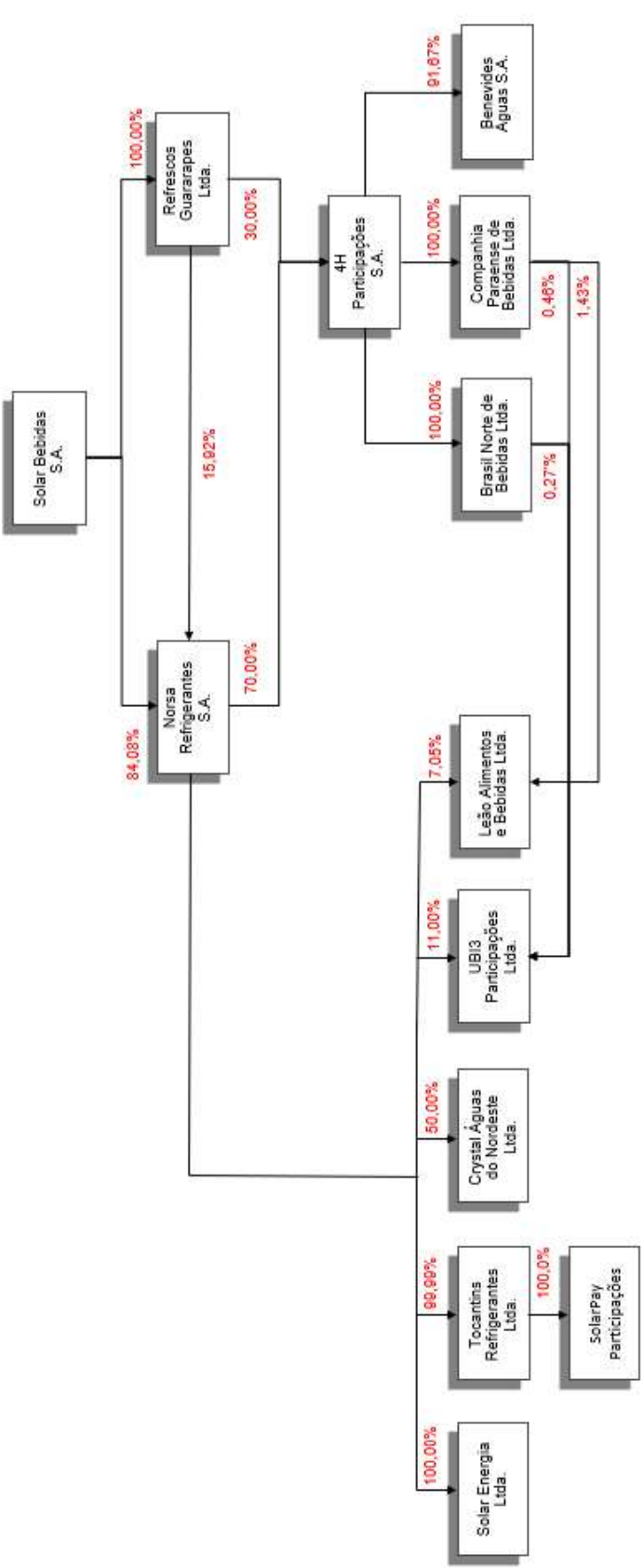
Notas Explicativas

Solar Bebidas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

a) Organograma em 31 de dezembro de 2025



Notas Explicativas

Solar Bebidas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Declaração de conformidade e base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico como base de valor, geralmente baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos, exceto para determinados ativos e passivos financeiros que são mensurados pelo valor justo. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para perdas esperadas com contas a receber, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que elas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela CVM e as normas e orientações expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de demonstrações financeiras.

A Administração considerou as orientações emanadas da orientação OCPC 07, emitidas pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Notas Explicativas

Solar Bebidas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

A Administração avaliou a capacidade da Companhia e de suas controladas em continuar operando normalmente e está convencida de que ele possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia e de suas controladas não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas em relação à sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

A Administração da Companhia aprovou a emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 26 de março de 2026.

3. Políticas contábeis

a) Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as controladas diretas Norsa, Regua e as controladas indiretas 4H Participações S.A. (holding controladora das operacionais BNB, COMPAR e Benevides), Tocref, Solar Energia, SolarPay e BNB, Compar e Benevides.

O controle é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

Especificamente, a Companhia controla uma investida se, e apenas se, tiver:

- Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida);
- Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e
- A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos.

Notas Explicativas

Solar Bebidas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Políticas contábeis--Continuação

a) Base de consolidação

Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulte em controle. Para dar suporte a essa presunção e quando a Companhia tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive:

- O acordo contratual entre o investidor e outros titulares de direitos de voto;
- Direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e
- Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto da Companhia (investidor).

A Companhia e suas controladas avaliam se exercem controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle anteriormente mencionados. A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando a Companhia deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver controle até a data em que a Companhia deixar de exercer o controle sobre a controlada.

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta, a data na qual a Companhia obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, são eliminados por completo.

Se a Companhia perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ágio) e os passivos da controlada. A baixa é efetuada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido (incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas). Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido. Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos da Companhia e suas controladas são contabilizados com base no método de equivalência patrimonial.

Notas Explicativas

Solar Bebidas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Políticas contábeis--Continuação

b) Investimentos

Investimento em coligadas

Os investimentos da Companhia e de suas controladas são contabilizados com base no método de equivalência patrimonial.

O ágio relacionado às coligadas é incluído no valor contábil do investimento e não é amortizado. Já que o ágio é fundamentado em rentabilidade futura (*goodwill*), o valor contábil do investimento nas coligadas é integrado e não é reconhecido separadamente; portanto, ele não é testado separadamente em relação ao seu valor recuperável.

A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações das investidas. Os ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre a Companhia e suas coligadas são eliminados de acordo com a participação mantida nas coligadas quando for aplicável.

A participação societária nas coligadas é demonstrada na Nota 1.

As demonstrações financeiras das coligadas são elaboradas no mesmo exercício de divulgação que a Companhia. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com aquelas adotadas pela Companhia. Após a aplicação do método de equivalência patrimonial, a Companhia e suas controladas

Notas Explicativas

Solar Bebidas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Políticas contábeis--Continuação

b) Investimentos--Continuação

Investimento em coligadas--Continuação

determinam se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em suas coligadas.

Em cada data de fechamento do balanço patrimonial, a Companhia e suas controladas determinam se há evidência objetiva de que o investimento nas coligadas sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia e suas controladas calculam o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da coligada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado.

Investimento em "joint ventures"

"Joint venture" é um negócio em conjunto por meio do qual as partes que tenham controle conjunto sobre o acordo têm direitos aos ativos líquidos da "joint venture". Controle conjunto é o compartilhamento de um controle estabelecido em contrato, existente apenas quando as decisões sobre as atividades pertinentes exigirem o consentimento unânime das partes que estiverem o compartilharem.

A análise efetuada na apuração de influência significativa ou controle conjunto é semelhante à análise necessária para determinar o controle em relação à uma controlada.

Os investimentos da Companhia e de suas controladas em suas "joint ventures" são contabilizados com base no método de equivalência patrimonial e as operações não são consolidadas.

Com base no método de equivalência patrimonial, o investimento em uma coligada ou "joint venture" é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para reconhecer as variações na participação da Companhia e de suas controladas no patrimônio líquido da coligada ou da "joint venture" a partir da data de aquisição. O ágio relativo à coligada ou "joint venture" é incluído no valor contábil do investimento, não sendo, no entanto, amortizado nem separadamente testado para fins de redução no valor recuperável dos ativos.

Notas Explicativas

Solar Bebidas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Políticas contábeis--Continuação

b) Investimentos--Continuação

Investimento em “*joint ventures*”--Continuação

A demonstração do resultado reflete a participação da Companhia e de suas controladas nos resultados operacionais da coligada ou “*joint venture*”. Eventual variação em outros resultados abrangentes das investidas é apresentada como parte de outros resultados abrangentes da Companhia e de suas controladas. Adicionalmente, quando houver variação reconhecida diretamente no patrimônio líquido da coligada ou na “*joint venture*”, a

Companhia e suas controladas reconhecerão sua participação em quaisquer variações (quando aplicável) na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

Ganhos e perdas não realizados em decorrência de transações entre a Companhia e a coligada ou “*joint venture*” são eliminados em proporção à participação na coligada ou “*joint venture*”.

A soma da participação da Companhia e suas controladas nos resultados de uma coligada ou “*joint venture*” apresentada na demonstração do resultado representa o resultado após os tributos e as participações na coligada ou “*joint venture*”.

As demonstrações financeiras da coligada ou “*joint venture*” são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação que as da Companhia e de suas controladas. Após a aplicação do método de equivalência patrimonial, a Companhia e suas controladas determinam se é necessário reconhecer perda adicional sobre o valor recuperável do investimento da Companhia e de suas controladas em sua coligada ou “*joint venture*”.

Ao perder influência significativa sobre a coligada ou controle conjunto sobre a “*joint venture*”, a Companhia e suas controladas mensuram e reconhecem qualquer investimento retido ao valor justo. No momento da perda de influência significativa, a eventual diferença entre o valor contábil da coligada ou “*joint venture*” e o valor justo do investimento retido e dos resultados da alienação são reconhecidos no resultado.

c) Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. Os valores foram arredondados para o milhar mais próximo em todas as informações financeiras apresentadas em reais, exceto quando indicado de outra forma.

Notas Explicativas

Solar Bebidas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Políticas contábeis--Continuação

c) Conversão de moeda estrangeira--Continuação

Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são contabilizadas utilizando a taxa de câmbio vigente na data da respectiva transação. Os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data do balanço patrimonial. As variações cambiais são reconhecidas na demonstração do resultado quando incorridas.

d) Classificação corrente versus não corrente

A Companhia e suas controladas apresentam ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante.

Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e
- É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa) a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e
- A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia e suas controladas classificam todos os demais passivos no não circulante.

Notas Explicativas

Solar Bebidas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Políticas contábeis--Continuação

d) Classificação corrente versus não corrente--Continuação

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

e) Mensuração do valor justo

A Companhia e suas controladas mensuram instrumentos financeiros (como, por exemplo, derivativos) ao valor justo em cada data de reporte. O valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; e
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia e suas controladas.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso.

A Companhia e suas controladas utilizam técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;

Notas Explicativas

Solar Bebidas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Políticas contábeis--Continuação

e) Mensuração do valor justo--Continuação

- Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e
- Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ao valor justo de forma recorrente, a Companhia e suas controladas determinam se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação.

A Companhia e suas controladas determinam as políticas e os procedimentos para mensuração do valor justo e ativos financeiros não cotados.

Em cada data de reporte, a Companhia e suas controladas analisam as movimentações nos valores dos ativos e passivos que devem ser mensurados ou reavaliados de acordo com as políticas contábeis da Companhia e de suas controladas.

Para fins dessa análise, a Companhia e suas controladas confirmam as principais informações utilizadas na última avaliação confrontando as informações constantes no cálculo da avaliação com os contratos e demais documentos relevantes.

A Companhia e suas controladas, em conjunto com os avaliadores externos, também comparam cada movimentação no valor justo de cada ativo e passivo com as respectivas fontes externas com o objetivo de determinar se a movimentação é aceitável.

As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas explicativas.

Para fins de divulgações do valor justo, a Companhia e suas controladas determinaram classes de ativos e passivos com base na natureza, nas características e nos riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme explicado acima. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas explicativas.

Notas Explicativas

Solar Bebidas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Políticas contábeis--Continuação

f) Receita de contrato com cliente

A NBC TG 47 - Receita de Contrato com Cliente, equivalente ao IFRS 15, estabelece um modelo que evidencia se os critérios para a contabilização foram satisfeitos observando as seguintes etapas: (i) a identificação do contrato com o cliente; (ii) a identificação das obrigações de desempenho; (iii) a determinação do preço da transação; (iv) a alocação do preço da transação; e (v) o reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho.

Considerando esses aspectos, as receitas são registradas pelo valor que reflete a expectativa da Companhia e de suas controladas receberem pela contrapartida dos produtos oferecidos aos clientes. A receita bruta é apresentada deduzindo os tributos, abatimentos, descontos e devoluções. A Companhia e suas controladas avaliam as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos a seguir devem também ser satisfeitos antes do reconhecimento de receita:

Venda de produtos e mercadorias

A receita de venda de produtos é reconhecida quando a obrigação de desempenho for satisfeita, ou seja, quando houver a transferência física dos produtos vendidos e o cliente obtiver o controle desses bens, o que, geralmente ocorre no momento da entrega dos produtos.

A Companhia e suas controladas consideram se há outras promessas no contrato com cliente que são obrigações de desempenho distintas, às quais uma parcela do preço da transação precisaria ser alocada (exemplos dessas obrigações de desempenho distintas seriam garantias, pontos de fidelização do cliente, entre outras, as quais não se aplicam ao modelo de negócios da Companhia e de suas controladas). Ao determinar o preço de transação para a venda de produtos a Companhia e suas controladas consideram, quando aplicável, os efeitos da contraprestação variável, a existência de componentes de financiamento significativos, a contraprestação não monetária e a contraprestação devida ao cliente.

Notas Explicativas

Solar Bebidas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Políticas contábeis--Continuação

f) Receita de contrato com cliente--Continuação

Contraprestação variável

Acréscimos e penalidades por atraso

A Companhia e suas controladas cobram de seus clientes acréscimos e penalidades por atrasos na liquidação do valor a receber sobre as vendas. Devido ao grau de incerteza no recebimento desses montantes (contraprestação variável), a Companhia e suas controladas reconhecem as receitas de acréscimos e penalidades por atraso apenas no momento do recebimento efetivo de tais valores.

Descontos por volume e pontualidade no pagamento

A Companhia e suas controladas oferecem descontos por pontualidade no pagamento e por volume de forma retrospectiva para determinados clientes quando a quantidade de produtos adquiridos durante o período excede um limite especificado em contrato. Os descontos são compensados com valores a pagar pelo cliente. Para estimar a contraprestação variável dos descontos futuros esperados, a Companhia e suas controladas aplicam o método do valor mais provável para contratos com um limite de volume único, e o método do valor esperado para contratos com mais de um limite de volume e para os contratos que preveem descontos por pontualidade no pagamento. O método selecionado que melhor prediz o montante de contraprestação variável é impulsionado principalmente pelo número de limites de volume constantes do contrato. Em seguida, a Companhia e suas controladas aplicam os requisitos sobre estimativas restritivas de contraprestação variável e reconhece uma provisão redutora no contas a receber de clientes para os descontos futuros esperados.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou um período mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica "receita financeira" na demonstração do resultado.

Notas Explicativas

Solar Bebidas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Políticas contábeis--Continuação

g) Impostos

Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço. Atualmente, as provisões para imposto de renda e contribuição social foram constituídas às alíquotas de 15%, mais adicional de 10%, e 9%, respectivamente, sobre o lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões admitidas.

O imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. O imposto diferido da Companhia e de suas controladas se referem às diferenças temporárias, ao prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizados, somente na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizadas.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que se espera que seja aplicada no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, baseado nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos caso exista um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeita à mesma autoridade tributária.

Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Contas a receber de clientes e a pagar apresentadas juntamente com o valor dos impostos sobre vendas.

Notas Explicativas

Solar Bebidas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Políticas contábeis--Continuação

g) Impostos--Continuação

Impostos sobre vendas--Continuação

O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

h) Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa ele é reconhecido como receita ao longo do exercício do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo ele é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

Quando a Companhia e suas controladas recebem benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem em prestações anuais iguais.

i) Instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados no reconhecimento inicial e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

Notas Explicativas

Solar Bebidas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Políticas contábeis--Continuação

i) Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos e passivos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

Reconhecimento inicial e mensuração--Continuação

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia e de suas controladas para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia e suas controladas tenham aplicado o expediente prático, a Companhia e suas controladas inicialmente mensuram um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia e suas controladas tenham aplicado o expediente prático são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com a NBC TG 47 - Receita de Contrato com Cliente.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

O modelo de negócios da Companhia e de suas controladas que tem como objetivo administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia e suas controladas se comprometem a comprar ou vender o ativo.

Notas Explicativas

Solar Bebidas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Políticas contábeis--Continuação

i) Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos e passivos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- (i) Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- (ii) Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);
- (iii) Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); ou
- (iv) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

A categoria ativos financeiros ao custo amortizado é a mais relevante para a Companhia e suas controladas. A Companhia e suas controladas mensuram os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e
- Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos à redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Notas Explicativas

Solar Bebidas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Políticas contábeis--Continuação

i) Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos e passivos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

Os ativos financeiros da Companhia e de suas controladas ao custo amortizado incluem caixa e equivalentes de caixa, conta vinculada, contas a receber de clientes e de partes relacionadas. Aplicações financeiras que não são equivalentes de caixa estão apresentados ao seu valor justo corrigidos pelos indicadores vigentes em cada aplicação.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram.

A Companhia e suas controladas transferem seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse transferindo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transfere o controle do ativo.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia e suas controladas reconhecem uma provisão para perdas esperadas para todos os instrumentos financeiros não registrados pelo valor justo por meio do resultado.

Notas Explicativas

Solar Bebidas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Políticas contábeis--Continuação

i) Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos e passivos financeiros--Continuação

Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

No reconhecimento inicial os passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado, custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado. Para os passivos financeiros que não sejam registrados ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia e de suas controladas incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures, financiamento de subvenções governamentais, passivo de arrendamento e contas a pagar a partes relacionadas e são classificados na categoria de passivos financeiros ao custo amortizado.

Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, os passivos financeiros da Companhia e de suas controladas são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva (quando estão sujeitos a juros). Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Notas Explicativas

Solar Bebidas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Políticas contábeis--Continuação

i) Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos e passivos financeiros--Continuação

Passivos financeiros--Continuação

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia e suas controladas consideram equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata e sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento normalmente se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos a contar da data da contratação.

j) Contabilidade de *hedge*

A Companhia e suas controladas utilizam instrumentos financeiros derivativos para proteção contra o risco de variações de taxas de câmbio, preço de "*commodities*" e contra a exposição das variações de câmbio atribuíveis a empréstimos obtidos em moeda estrangeira.

Para operações que foram designadas para contabilidade de *hedge*, a Companhia e suas controladas formalmente designam e documentam: a relação de *hedge*, o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco da Companhia e de suas controladas para assumir o *hedge*.

A documentação inclui a identificação: i) do instrumento de cobertura; ii) o item protegido; iii) a natureza do risco coberto e como a Companhia e suas controladas avaliam se a relação de *hedge* atende aos requisitos de efetividade (incluído a análise de fontes de inefetividade de *hedge* e determinação do índice de *hedge*).

Notas Explicativas

Solar Bebidas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Políticas contábeis--Continuação

j) Contabilidade de *hedge*--Continuação

Uma relação de *hedge* se qualifica para contabilidade de cobertura se satisfizer todos os requisitos de eficácia:

- Existência de uma "relação econômica" entre o item coberto e o instrumento de cobertura.
- O efeito do risco de crédito não influencia as alterações no valor que resultam relação econômica.
- O índice da relação de *hedge* é o mesmo que aquele resultante da quantidade do item protegido que a entidade efetivamente protege e a quantidade do instrumento de *hedge* que a entidade efetivamente utiliza para proteger essa quantidade de item protegido.

A Companhia e suas controladas possuem as seguintes relações de *hedge*:

- *Hedge* de valor justo, ao fornecer proteção contra a exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido, ou de parte identificada de tal ativo, passivo ou compromisso firme, que seja atribuível a um risco particular e possa afetar o resultado.
- *Hedge* de fluxo de caixa, ao fornecer proteção contra a variação nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável e que possa afetar o resultado.

k) Instrumentos Financeiros e Mensuração de Dívidas a Valor Justo

A Companhia classifica seus passivos financeiros conforme o CPC 48 (IFRS 9 - Instrumentos Financeiros). Algumas dívidas são classificadas como passivos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (FVTPL - Fair Value Through Profit or Loss), enquanto outras são reconhecidas pelo custo amortizado.

A decisão de mensurar determinados passivos a valor justo se baseia na estratégia de gestão de riscos financeiros da Companhia, considerando fatores como volatilidade de mercado e exposição a variações de taxas de juros.

l) Distribuição de dividendos

A Companhia e suas controladas reconhecem um passivo para pagamento de dividendos quando essa distribuição é autorizada e deixa de ser uma opção da Companhia ou ainda quando previsto em Lei.

Conforme a legislação societária vigente, uma distribuição é autorizada quando aprovada pelos acionistas e o montante correspondente é diretamente reconhecido no patrimônio líquido. A legislação societária estabelece ainda o requerimento de pagamento de um

Notas Explicativas

Solar Bebidas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

dividendo mínimo obrigatório, após efetuados os ajustes ao lucro auferido no exercício e destinação das reservas também previstas no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

m) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado e somente registrado se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

Notas Explicativas

Solar Bebidas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Políticas contábeis--Continuação

m) Ajuste a valor presente de ativos e passivos--Continuação

O ajuste a valor presente relativo às operações de compra de matérias-primas e outros materiais para produção é registrado na rubrica "Fornecedores" com contrapartida na conta de "Estoques". Sua reversão é registrada no custo dos produtos vendidos de acordo com a venda dos estoques e despesas financeiras com fruição dos prazos de pagamentos com fornecedores.

O ajuste a valor presente das operações de venda de produtos tem como contrapartida a rubrica "Contas a receber de clientes". Sua realização é registrada na rubrica "receitas financeiras" pela fruição de prazo dos recebíveis.

n) Imobilizado

O ativo imobilizado é apresentado ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia e suas controladas reconhecem essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado quando incorridos.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo imobilizado; as taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, estão demonstradas na Nota 13.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Notas Explicativas

Solar Bebidas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Políticas contábeis--Continuação

o) Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos diretamente relacionados à aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda, quando aplicável, são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no exercício em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos relativos a empréstimos, financiamentos e debêntures.

p) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Os ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso e são tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Notas Explicativas

Solar Bebidas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Políticas contábeis--Continuação

q) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

A Administração da Companhia e suas controladas revisam anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída a provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo ou quando não há contrato de venda firme com base no preço de mercado de um mercado ativo ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil no nível da unidade geradora de caixa.

r) Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

Matérias-primas - custo de aquisição segundo o custo médio.

Produtos acabados e em elaboração - custo dos materiais diretos e mão de obra e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal, mas excluindo custos de empréstimos.

Notas Explicativas

Solar Bebidas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Políticas contábeis--Continuação

r) Estoques--Continuação

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos as despesas estimadas de vendas.

s) Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia e suas controladas esperam que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para contingências

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos ocorra para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

Programa de participação nos resultados

A Companhia e suas controladas possuem programa de participação nos resultados baseados em metas de curto e longo prazo.

t) Segmento operacional

A Companhia e suas controladas atuam no segmento de produção e comercialização de bebidas, sendo um único segmento operacional.

u) Arrendamentos

A Companhia e suas controladas avaliam, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Aplica-se uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para curto prazo e de baixo valor.

Notas Explicativas

Solar Bebidas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Políticas contábeis--Continuação

u) Arrendamentos--Continuação

Direito de uso

A Companhia e suas controladas reconhecem os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração do passivo de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor do passivo de arrendamento reconhecido, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, conforme abaixo:

	Taxas médias ponderadas de depreciação (ao ano)
Frotas	39%
Imóveis	49%
Máquinas e equipamentos	49%

Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia ou a suas controladas ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos à redução ao valor recuperável. Vide políticas contábeis para a redução ao valor recuperável de ativos não financeiros na Nota 14.

Passivo de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia e suas controladas reconhecem o passivo de arrendamento mensurado pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de período de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e suas controladas, bem como pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia e suas controladas exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Notas Explicativas

Solar Bebidas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Políticas contábeis--Continuação

u) Arrendamentos--Continuação

Passivo de arrendamento--Continuação

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia e suas controladas usam a sua taxa incremental de empréstimo na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados.

Além disso, o valor contábil do passivo de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

A Companhia e suas controladas aplicam a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). A concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor também é aplicada aos arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

v) Questões climáticas

A Companhia e suas controladas consideram questões climáticas em estimativas e pressupostos, quando apropriado. Essa avaliação inclui uma ampla gama de possíveis impactos na Companhia e suas controladas devido a riscos tanto físicos quanto de transição. Mesmo que a Companhia e suas controladas acreditem que seu modelo de negócios e produtos ainda serão viáveis após a transição para uma economia de baixo carbono, questões climáticas aumentam a incerteza nas estimativas e pressupostos subjacentes a vários itens nas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Solar Bebidas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Políticas contábeis--Continuação

v) Questões climáticas--Continuação

Mesmo que os riscos relacionados às mudanças climáticas atualmente possam não ter um impacto significativo na mensuração, a Companhia e suas controladas estão monitorando de perto mudanças e desenvolvimentos relevantes, como novas legislações relacionadas às mudanças climáticas. Os itens e considerações mais diretamente afetados pelas questões climáticas são:

- Vida útil do imobilizado: ao revisar os valores residuais e as vidas úteis esperadas dos ativos, a Companhia e suas controladas consideram questões climáticas, como legislações e regulamentações relacionadas às mudanças climáticas que podem restringir o uso de ativos ou exigir despesas de capital significativas. Vide Nota 13 para mais informações.
- Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: o valor em uso pode ser afetado de várias maneiras diferentes pelo risco de transição, como legislações e regulamentações relacionadas às mudanças climáticas e mudanças na demanda pelos produtos da Companhia e de suas controladas. Mesmo que a Companhia e suas controladas tenham concluído que nenhuma premissa relacionada às mudanças climáticas seja uma premissa-chave para o teste de goodwill para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas consideraram expectativas de aumento nos custos de emissões, aumento na demanda por bens vendidos pela unidade geradora de caixa de equipamentos de prevenção de incêndio da Companhia e suas controladas e aumento de custos devido a requisitos mais rígidos de reciclagem nas projeções de fluxo de caixa ao avaliar os valores em uso. Vide a Nota 15 para mais informações.

x) Novas normas, alterações e interpretações

Com exceção do CPC 51 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis (IFRS 18), cuja adoção deverá resultar em alterações relevantes na forma de apresentação da demonstração do resultado, uma vez que exige a segregação consistente de receitas e despesas entre atividades operacionais, de investimento e de financiamento, além de introduzir a obrigatoriedade de divulgação de medidas de desempenho definidas pela Administração (MPMs), acompanhadas de reconciliações ao subtotal IFRS mais comparável, descrição da metodologia de cálculo e justificativa de relevância, a Companhia não espera impactos significativos decorrentes da adoção das demais normas em suas Demonstrações Financeiras.

Notas Explicativas

Solar Bebidas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Políticas contábeis--Continuação

x) Novas normas, alterações e interpretações--Continuação

Vigentes em 2027 referente ao exercício social de 2026:

IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras--Continuação

Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões.

O IFRS 18 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.

A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras e notas explicativas às demonstrações financeiras.

IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS.

O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

Notas Explicativas

Solar Bebidas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Políticas contábeis--Continuação

x) Novas normas, alterações e interpretações--Continuação

Vigentes em 2026 referente ao exercício social de 2025

Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Financeiras Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB. A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Financeiras Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Financeiras Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas.

A ICPC 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-lo a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

Em setembro de 2024, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

Notas Explicativas

Solar Bebidas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Políticas contábeis--Continuação

x) Novas normas, alterações e interpretações--Continuação

Vigentes em 2026 referente ao exercício social de 2025--Continuação

Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade--Continuação

As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa.

O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações financeiras compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

Notas Explicativas

Solar Bebidas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas às fontes de incertezas nas estimativas futuras e outras importantes estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste contábil dos ativos e passivos no próximo exercício são discutidas a seguir.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo líquido de despesas de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo líquido de despesas de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos despesas adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia e suas controladas ainda não tenham se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e a taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável da unidade geradora de caixa são detalhadas na Nota 15.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e o valor e época de resultados tributáveis futuros. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia e de suas controladas.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social não utilizados somente na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Notas Explicativas

Solar Bebidas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

Para obter mais detalhes sobre impostos diferidos, vide Nota 24.

Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial é obtido por meio de mercados ativos.

Provisões para contingências

A Companhia e suas controladas reconhecem a provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta as alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuam cláusulas de opção de renovação ou rescisão (Companhia e suas controladas como arrendatárias)

A Companhia e suas controladas determinam o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa.

A Companhia e suas controladas possuem vários contratos de arrendamento que incluem opções de renovação e rescisão. A Companhia e suas controladas aplicam julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o arrendamento. Nessa avaliação, considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o período da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial, a Companhia e suas controladas reavaliam o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir (por exemplo, realização de benfeitorias ou customizações significativas no ativo arrendado).

Notas Explicativas

Solar Bebidas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuam cláusulas de opção de renovação ou rescisão (Companhia e suas controladas como arrendatárias)--Continuação

A Companhia e suas controladas incluíram o período de renovação como parte do prazo do arrendamento de instalações e máquinas com um período não cancelável contratual mais curto (os quais variam de três a cinco anos). Historicamente, a Companhia e suas controladas têm exercido a opção de renovação para esses arrendamentos uma vez que haveria um efeito negativo significativo na produção da Companhia e de suas controladas se um ativo equivalente de reposição não estiver prontamente disponível.

Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuam cláusulas de opção de renovação ou rescisão (Companhia e suas controladas como arrendatárias)--Continuação

Os períodos de renovação de arrendamentos de instalações e máquinas com períodos não canceláveis mais longos (os quais variam de 10 a 15 anos) não são incluídos como parte do prazo do arrendamento, pois esses não são avaliados pela Administração como razoavelmente certos. Além disso, as opções de renovação para locações de veículos não são incluídas como parte do prazo do arrendamento uma vez que a Companhia e suas controladas normalmente os alugam por não mais de cinco anos e, portanto, não exerce nenhuma opção de renovação. Ademais, os períodos cobertos pelas opções de rescisão são incluídos como parte do prazo do arrendamento apenas quando são avaliados como razoavelmente certos de não serem exercidos.

Provisão para perdas esperadas com contas a receber de clientes

A Companhia e suas controladas utilizam uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber de clientes. As taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso para agrupamentos de vários segmentos de clientes que apresentam padrões de perda semelhantes (como por exemplo por região geográfica, tipo de produto ou tipo de cliente e risco de crédito, entre outros).

A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pela Companhia e suas controladas. A Companhia e suas controladas revisam a matriz de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito. Por exemplo, se há expectativa de deterioração de condições econômicas previstas no próximo ano (por exemplo, o produto interno bruto) - o que pode levar a um aumento na inadimplência no setor, as taxas de perda históricas são ajustadas. Em todas as datas de relatórios, as taxas de perda histórica observadas são atualizadas e as mudanças nas estimativas prospectivas são analisadas.

Notas Explicativas

Solar Bebidas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

A avaliação da correlação entre as taxas de perda histórica observadas, as condições econômicas previstas e as perdas de crédito esperadas são uma estimativa significativa. A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas.

A experiência histórica de perda de crédito da Companhia e de suas controladas, bem como a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro. As informações sobre as perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber de clientes estão divulgadas na Nota 7.

Arrendamentos - Estimativa da taxa de juros incremental

A Companhia e suas controladas não são capazes de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a sua taxa incremental sobre empréstimos para mensurar o passivo de arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia e suas controladas teriam de pagar ao pedir emprestado os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar por prazo semelhante e com garantia semelhante. Dessa forma, essa avaliação requer que a Administração considere estimativas quando não há taxas observáveis disponíveis (como por exemplo, subsidiárias que não realizam operações de financiamento) ou quando elas precisam ser ajustadas para refletir os termos e condições de um arrendamento (por exemplo, quando os arrendamentos não estão na moeda funcional de uma subsidiária). A Companhia e suas controladas estimam a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado) quando disponíveis e considera aspectos que são específicos da Companhia e de suas controladas (como o *rating* de crédito da subsidiária) nesta estimativa.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa	147	192	24.878	163.363
Equivalentes de caixa	1.597	2.467	858.090	728.582
	1.744	2.659	882.968	891.945

Notas Explicativas**Solar Bebidas S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

5. Caixa e equivalentes de caixa--Continuação

Os equivalentes de caixa correspondem às operações realizadas junto às instituições financeiras que operam no mercado financeiro nacional e possuem baixo risco de crédito, são remuneradas pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) com um percentual médio de 94,5% do CDI em 31 de dezembro de 2025 (99% em 31 de dezembro de 2024) e possuem liquidez imediata para utilização nas operações da Companhia e de suas controladas. Segue abaixo a composição:

Equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
CDB	221	58	146.245	294.537
Equivalentes de caixa - Letras Financeiras	-	-	64.007	203.699
Debêntures compromissadas	1.309	2.303	539.381	226.295
Automáticas	67	106	43.384	4.051
Fundos de liquidez imediata	-	-	65.073	-
	1.597	2.467	858.090	728.582

6. Aplicações financeiras

	Taxa média (CDI)		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fundos de investimentos				
Itaú	101%	105%	116	103
Banco do Brasil	102%	103%	83	74
Santander	89%	87%	20	18
Circulante			219	195
BASA	100%	100%	3.730	3.262
Banco do Nordeste	100%	100%	4.684	10.462
Não circulante			8.414	13.724

Notas Explicativas**Solar Bebidas S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

7. Contas a receber de clientes

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Partes relacionadas	1.036	919
Contas a receber de clientes	1.144.454	898.797
	1.145.490	899.716
(-) Ajuste a valor presente	(8.705)	(5.384)
(-) Abatimentos	(39.978)	(22.153)
	1.096.807	872.179
(-) Provisão para perdas esperadas com contas a receber	(21.383)	(13.719)
Circulante	1.075.424	858.460

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o vencimento do saldo de contas a receber de clientes por idade de vencimento está demonstrado abaixo:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
A Vencer	1.053.762	837.640
Vencidos (dias):		
01 a 30	54.066	42.163
31 a 60	5.213	3.428
61 a 90	2.046	1.086
91 a 120	1.416	828
121 a 150	3.508	635
151 a 180	585	117
> 180	3.511	100
	1.124.107	885.997
(-) Ajuste a valor presente	(8.705)	(5.384)
(-) Abatimentos	(39.978)	(22.153)
	1.075.424	858.460

Vide a seguir as movimentações na provisão para perdas esperadas:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	(13.719)	(15.248)
Provisões	(20.503)	(13.875)
Reversões	12.839	15.404
Saldo final	(21.383)	(13.719)

Em 31 de dezembro de 2025 o prazo médio de recebimento era de 31 dias (27 dias em 31 de dezembro de 2024).

Notas Explicativas

Solar Bebidas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

7. Contas a receber de clientes--Continuação

A política de provisão para perdas esperadas com contas a receber considera as perdas esperadas para a determinação do aumento do risco de crédito de acordo com o ciclo operacional e comercial do negócio. O risco de crédito de ativos financeiros aumenta desde o reconhecimento inicial quando os pagamentos contratuais estiverem vencidos há mais de 30 dias. Por conta disso, a Companhia e suas controladas classificaram os títulos vencidos mais antigos em uma matriz de provisão de perdas esperadas que foi definida tendo como base:

- Taxas de inadimplência históricas sobre a vida esperada do contas a receber;
- A classificação das operações de crédito de cliente sendo definida considerando o título que apresentasse maior risco (vencido a maior tempo).

No caso dos títulos renegociados (confissão de dívida), a provisão será revertida mediante o efetivo recebimento do título.

Para determinar a recuperação do contas a receber, a Companhia e suas controladas consideram qualquer mudança na qualidade de crédito do cliente da data em que o crédito foi inicialmente concedido até a data de encerramento do exercício.

8. Estoques

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Produtos acabados	226.792	209.884
Matérias primas e embalagens	187.140	198.102
Materiais auxiliares	5.520	2.247
Mercadorias para revenda	278.048	303.679
Almoxarifado	147.575	123.856
Estoque de vasilhames	8.160	4.365
Produtos em processo	3.723	4.190
Estoque em poder de terceiros	138.053	258.144
	995.011	1.104.467
Provisão para perdas de estoques	(30.696)	(18.217)
(-) Ajuste a valor presente (a)	(22.089)	(24.229)
	942.226	1.062.021

(a) O ajuste a valor presente foi calculado com base no giro de estoque de 18 dias em 31 de dezembro de 2025 (23 dias em 31 de dezembro de 2024), com taxa média de desconto de 14,90% a.a. (12,15% a.a. em 2024), e foi contabilizado em contrapartida do ajuste realizado no contas a pagar a fornecedores. Quando ocorre a venda do estoque ele transita para o resultado.

Notas Explicativas**Solar Bebidas S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

8. Estoques--Continuação

Demonstramos a seguir a movimentação da provisão para perda de estoques:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	(18.217)	(23.036)
Provisões	(58.353)	(27.507)
Reversões	45.874	32.326
Saldo final	(30.696)	(18.217)

A política de provisão para perdas de estoque considera as perdas esperadas com base na realização. Por conta disso, a Companhia e suas controladas classificaram os seus estoques de baixo giro uma matriz de provisão que foi definida tendo como base:

- Giro superior a 365 dias;
- Não classificados como itens estratégicos.

9. Impostos a recuperar e obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativo circulante				
ICMS a recuperar	-	-	51.134	55.008
ICMS a recuperar sobre ativo fixo (b)	-	-	88.586	77.718
IPI a recuperar	-	-	13.562	17.235
PIS/COFINS a recuperar (c)	-	21	112.739	88.067
Outros impostos a recuperar	-	-	-	40
IRPJ/CSLL a recuperar	3.698	363	135.484	88.251
	3.698	384	401.505	326.319
Ativo não circulante				
ICMS a recuperar (a)	-	-	195.847	154.013
ICMS a recuperar sobre ativo fixo (b)	-	-	93.772	84.999
IPI a recuperar	-	-	7.590	9.142
PIS/COFINS a recuperar (c)	-	-	321.299	531.711
IRPJ/CSLL a recuperar	6.045	11.778	19.993	30.077
Outros impostos a recuperar (d)	-	-	107.049	2
	6.045	11.778	745.550	809.944
Passivo circulante				
ICMS a recolher	-	-	215.056	178.251
IRRF a recolher	912	485	8.385	6.743
IRPJ/CSLL a recolher	286	-	111.499	63.106
PIS/COFINS a recolher	3	3	48.534	83.840
IPI a recolher	-	-	1.718	2.406
Outros impostos a recolher	31	33	11.407	14.184
	1.232	521	396.599	348.530

Notas Explicativas

Solar Bebidas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

9. Impostos a recuperar e obrigações tributárias--Continuação

- (a) ICMS a recuperar no longo prazo - processos de restituições e ressarcimento em esfera administrativa.
- (b) ICMS a recuperar sobre ativo fixo - a utilização do saldo é estimada em até aproximadamente 4 anos, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Apropriação	31/12/2025	31/12/2024
Menos de 1 ano	88.586	77.718
Entre 1 e 2 anos	44.372	44.552
Entre 2 e 3 anos	36.056	30.190
Entre 3 e 4 anos	13.344	10.257
	182.358	162.717

- (c) Exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS.

Em 15 de março de 2017, o Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu o julgamento do mérito do Recurso Extraordinário nº574.706, com efeitos de repercussão geral, no qual foi assegurado aos contribuintes o direito à exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições do PIS e COFINS.

Como é de conhecimento público, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu por maioria, em julgamento com repercussão geral no dia 13 de maio de 2021, que o ICMS não compõe a base de cálculo do PIS e COFINS, sendo a decisão válida a partir de 15 de março de 2017, data em que foi fixada a tese de repercussão geral, quando do julgamento do recurso extraordinário (RE) 574.706, ressalvadas as ações judiciais e administrativa protocoladas até a data da sessão em que for proferido o julgamento. O estabelecido nessa decisão também esclareceu que a tese trata do ICMS destacado em nota fiscal.

Em 13 de dezembro de 2023, a 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ), por unanimidade de votos, no julgamento dos REsp's n.ºs 1.896.678/RS e 1.958.265/SP, sob a sistemática dos recursos repetitivos, fixou a tese: "O ICMS-ST não compõe a base de cálculo da contribuição ao PIS e COFINS devidos pelo contribuinte substituído no regime de substituição tributária progressiva".

Em 26 de junho de 2024, foi publicado o acórdão proferido pela 1ª Seção do STJ que, por unanimidade de votos, acolheu parcialmente os Embargos de Declaração (EDcl) opostos pelo contribuinte contra o acórdão proferido no julgamento do REsp nº1.958.265 para "...para esclarecer que a modulação dos efeitos da presente tese (Tema 1.125 do STJ) terá como marco 15/03/2017 - data do julgamento do Tema 69 do STF (RE nº 574.706) -, "ressalvadas as ações judiciais e administrativas protocoladas até a data da sessão em que proferido o julgamento".

Como resultado das ações judiciais relacionadas ao tema acima, em 31 de dezembro de 2024, as empresas do Grupo Solar possuem saldo de PIS e COFINS a recuperar decorrentes da exclusão do ICMS, inclusive na modalidade de substituição tributária, das bases de cálculo das referidas contribuições.

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo no ativo é de R\$434.038 que será utilizado conforme demonstrado abaixo:

Apropriação	31/12/2025	31/12/2024
Menos de 1 ano	112.739	88.067
Entre 1 e 2 anos	44.048	472.581
Entre 2 e 3 anos	277.250	2.975
Entre 3 e 5 anos	-	56.155
	434.037	619.778

- (d) Crédito Reintegra

O Mandado de Segurança nº 1000941-09.2016.4.01.3200 foi impetrado com o objetivo principal de garantir o direito da sua BNB de incluir na base de cálculo do REINTEGRA o faturamento referente às vendas de produtos manufaturados destinados a clientes estabelecidos na Zona Franca de Manaus (ZFM) e demais áreas de livre comércio, considerando que tais operações se equiparam à exportação.

Em 23/10/2024 tivemos o trânsito em julgado da decisão que reconheceu direito à inclusão das vendas para a ZFM na base de cálculo do REINTEGRA e o direito à compensação com a aplicação da taxa SELIC a partir do encerramento do trimestre-calendário em que ocorreu a venda da mercadoria de origem nacional na Zona Franca de Manaus, ou, se o caso, a exportação e a averbação do embarque, até o efetivo aproveitamento dos créditos.

Após levantamento dos créditos, a empresa protocolou o Pedido de Habilitação do Crédito junto a RFB e obteve decisão de deferimento.

Notas Explicativas

Solar Bebidas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

10. Partes relacionadas

As tabelas a seguir apresentam os saldos em aberto, bem como o valor total das transações realizadas com partes relacionadas nos exercícios findos naquelas datas.

	31 de dezembro de 2025			31 de dezembro de 2024		
	Controladora			Controladora		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado 31/12/2024
Norsa Refrigerantes S.A. (a)						
Reembolsos de despesas	41.791	-	53.328	26.828	-	49.024
	41.791	-	53.328	26.828	-	49.024
Refrescos Guararapes LTDA. (a)						
Reembolsos de despesas	3.693	-	12.126	1.633	-	11.345
Venda de participação	-	-	-	-	-	-
	3.693	-	12.126	1.633	-	11.345
Total	45.484	-	65.454	28.461	-	60.369

Notas Explicativas

Solar Bebidas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

10. Partes relacionadas--Continuação

	31 de dezembro de 2025			31 de dezembro de 2024		
	Consolidado			Consolidado		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
						31/12/2024
Recofarma Indústria do Amazonas Ltda. (b) Compra de insumo Investimentos de mercado	-	65.766	(1.774.753)	-	86.730	(1.530.574)
	-	106.878	135.055	-	148.723	55.871
	-	172.644	(1.636.698)	-	235.453	(1.474.703)
Leão Alimentos e Bebidas Ltda. (c) Compra de produtos de Revenda	-	14	-	-	-	-
	-	14	-	-	-	-
Crystal Águas do Nordeste Ltda. (d) Compra de produtos de Revenda Venda de insumos Reembolsos de despesas Arrendamento	-	71.020	(241.064)	-	67.633	(308.962)
	1.036	-	187.613	919	-	173.396
	114	6.061	(13.946)	3.472	-	(30.274)
	-	13.355	(3.750)	-	15.584	(3.579)
	1.150	90.436	(71.147)	4.391	83.217	(169.419)
Gás Carbônico de Manaus Ltda. (e) Compra de insumo Reembolsos de despesas	-	6.499	(28.237)	-	5.657	(25.034)
	369	-	-	203	-	-
	369	6.499	(28.237)	203	5.657	(25.034)
Guarany Imobiliária Ltda. (f) Arrendamento	-	8.911	(3.048)	-	10.240	(2.981)
	-	8.911	(3.048)	-	10.240	(2.981)
Shopping Centers Iguatemi S/A (g) Arrendamento	-	1.758	(702)	-	2.216	(333)
	-	1.758	(702)	-	2.216	(333)
Total	1.518	280.262	(1.739.832)	4.594	336.783	(1.672.470)
Partes relacionadas	483	112.939	-	3.675	148.723	-
Contas a receber	1.036	-	-	919	-	-
Fornecedores	-	143.299	-	-	160.020	-
Passivo de arrendamento	-	24.024	-	-	28.040	-
	1.519	280.262	-	4.594	336.783	-

Notas Explicativas

Solar Bebidas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

10. Partes relacionadas--Continuação

Termos e condições de transações com partes relacionadas

As vendas e compras envolvendo partes relacionadas são efetuadas a preços contratados entre as partes e não sofrem atualização monetária.

- (a) *Norsa Refrigerantes S.A. e Refrescos Guararapes Ltda.: Empresas controladas pela Companhia para pleno desempenho de suas atividades mercantis que compartilham de uma mesma estrutura administrativa/comercial denominada de Escritório central e corporativo, gerenciado e mantido pela Companhia, que repassa mensalmente estes títulos de despesas por meio de rateio. As despesas não se limitam à estrutura mencionada acima de gastos com pessoal e seus respectivos reflexos, mas também, aluguéis, materiais e manutenção de bens e equipamentos, serviços terceirizados, auditorias, consultorias e outras despesas necessárias para manutenção do escritório. Adicionalmente, em 30 de novembro de 2022, aconteceu uma operação de compra e venda de ações, entre a controladora e operacionais num montante de R\$914.925 (R\$698.694 quitados até setembro de 2023 e R\$216.231 quitados até março de 2024). Não foi considerada taxa de juros na operação.*
- (b) *Recofarma Indústria do Amazonas Ltda.: é uma empresa do grupo "The Coca-Cola Company" que produz e vende os concentrados para a elaboração das bebidas do portfólio da Coca-Cola. Em 31 de dezembro de 2025, a Recofarma possuía indiretamente, por intermédio da MAA investimentos, 27,4% de participação do capital social da controladora da Companhia. Fornecedor exclusivo do principal insumo da Companhia e de suas controladas, qual seja o concentrado, matéria-prima para fabricação de refrigerantes e outras bebidas. O prazo de pagamento vigente é de 30 dias. Adicionalmente dentro do plano anual de negócios a Companhia alinhou com a Recofarma planos estratégicos no sentido de desenvolver pontos de venda com a colocação de geladeiras (multimarcas) e investimentos em grandes clientes "Key accounts" nacionais, na qual a Recofarma negocia nacionalmente as condições contratuais e efetua o pagamento de forma centralizada, repassando posteriormente a parcela relativa à participação dos Fabricantes de acordo com seus respectivos territórios, realizando encontro de contas com os gastos com vendas.*
- (c) *Leão Alimentos e Bebidas Ltda.: é uma empresa da Norsa junto com Recofarma e as demais engarrafadoras do sistema Coca Cola Brasil. É um dos principais fornecedores dos produtos não carbonatados (sucos, chás e refrescos) para revenda. O prazo de pagamento vigente é de 44 dias.*

Notas Explicativas

Solar Bebidas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

10. Partes relacionadas--Continuação

Termos e condições de transações com partes relacionadas--Continuação

- (d) Crystal Águas do Nordeste Ltda.: Fabricante de águas envasadas, cuja Norsa Refrigerantes S.A. detém 50% do seu controle. Refere-se às transações de venda de produtos acabados com a Norsa Refrigerantes S.A. e Refrescos Guararapes Ltda. Adicionalmente ocorre o reembolso de despesas da operação com os produtos de águas minerais e refrescos por meio de rateio e da locação (arrendamento) de uma linha de produção em Maceió/AL para produção de Kapo. Em dezembro de 2021 houve a migração da produção de Kapo para Norsa Refrigerantes S.A. O prazo de pagamento vigente é de 150 dias.
- (e) Gás Carbônico de Manaus Ltda.: Empresa controlada pelas *holdings* dos antigos controladores do Grupo Simões e atuais acionistas da Solar Bebidas S.A. que foca na produção de gás carbônico. Até 31 de dezembro de 2025, a empresa compartilhou de gastos com pessoal e seus respectivos reflexos, além de aluguéis, materiais e manutenção de bens e equipamentos, serviços terceirizados, auditorias, consultorias e outras despesas necessários para manutenção do escritório.
- (f) Guarany Imobiliária Ltda.: empresa controlada pelas *holdings* do Grupo Simões que são os atuais acionistas da Solar Bebidas S.A. que foca na locação de imóveis. Referem-se a transações de locação de três centros de distribuições localizados Ji-paraná (RO), Macapá (AP) e Rio Branco (AC) e uma unidade de print house em Manaus (AM).
- (g) Shopping Centers Iguatemi S/A.: empresa controlada pelas *holdings* do Grupo Jereissati que são os atuais acionistas da Solar Bebidas S.A. que foca na locação de espaços em shopping centers. Refere-se à transação de locação de um ambiente de backoffice para o corporativo.

Remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia

i) *Remuneração dos administradores*

A remuneração dos administradores e do Conselho de Administração da Companhia totalizou R\$45.095 em 31 de dezembro de 2025 (R\$30.887 em dezembro de 2024). A Companhia não possui política de benefícios pós-emprego.

O Conselho de Administração da Companhia aprovou em 1º de fevereiro de 2023 um novo modelo de phantom shares visando (i) promover a criação de valor no longo prazo; (ii) assegurar o alinhamento de interesses entre acionistas e executivos, fomentando retornos sustentáveis à comunidade, meio ambiente, colaboradores e parceiros; (iii) reforçar uma cultura meritocrática de alta performance; e (iv) preservar a capacidade da Companhia em atrair, reter e motivar os melhores talentos de mercado.

Notas Explicativas

Solar Bebidas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

10. Partes relacionadas--Continuação

Remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia--Continuação

i) *Remuneração dos administradores--Continuação*

Estrutura do programa

Instrumento: *Phantom shares*

Ciclo de Outorga: Anual

Vesting: 3 anos

Tipo de Vesting: Cliff

Indicadores de Performance: EVA% (50%) e CAGR EBITDA per Share (50%)

Mecânica de funcionamento

Anualmente o Conselho de Administração outorgará aos elegíveis as *phantom shares* com base na política de remuneração executiva vigente. Nessa ocasião determinará os critérios de performance vinculados à referida outorga. Passado o período de vesting (3 anos), os parâmetros de performance são apurados e auditados. A partir dos resultados obtidos será verificada a quantidade de *phantom shares* a serem efetivamente transferidas a cada executivo.

Após transferidas a cada executivo, este terá até o 10º ano, a contar da data de outorga, para efetuar o resgate. Entende-se como “resgate” a conversão em dinheiro do valor monetário correspondente ao montante de *phantom shares* disponíveis para o executivo.

Como a liquidação ocorre com ativos monetários o plano é considerado como remuneração de empregados e não como benefício baseado em ações e, desta forma, é registrado como passivo contra o resultado do exercício.

Regras de saída

- (a) No caso de desligamento por justa causa, ou pedido de demissão, perderá as *phantom shares* que não tenham cumprido o período de vesting, as quais serão automaticamente canceladas, sem que o participante receba indenização ou benefício de qualquer natureza.

Notas Explicativas

Solar Bebidas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

10. Partes relacionadas--Continuação

Remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia--Continuação

i) Remuneração dos administradores--Continuação

Regras de saída--Continuação

(b) Nas hipóteses de demissão imotivada (por iniciativa da Companhia), aposentadoria compulsória ou não compulsória, invalidez permanente, interdição (decorrente da incapacidade mental para os atos da vida civil) e morte, o participante ou seu legítimo curador/dependente/sucessor, conforme o caso, (i) deverá resgatar todas as *phantom shares* que tenham cumprido o período de vesting e estejam, portanto, aptas a serem resgatadas, seguindo a janela de resgate definida pelo Conselho de Administração e comunicada pela área de recursos humanos; e (ii) no caso de ciclo de metas em aberto, o participante ou seu legítimo curador/dependente/sucessor, em caso de óbito, ou não, deverá resgatar as *phantom shares* a que o participante eventualmente faria jus após o encerramento do ciclo de metas, de forma proporcional ao período trabalhado, desde que o participante tenha trabalhado na Companhia por, no mínimo, 18 (dezoito) meses dentro do referido ciclo de metas, sendo que o pagamento somente será devido e realizado dentro da janela de resgate correspondente, respeitados os trâmites estabelecidos no regulamento.

Como a liquidação ocorre com ativos monetários o plano é considerado como remuneração de empregados e não como benefício baseado em ações e, desta forma, é registrado como passivo contra o resultado do exercício.

Em 31 de dezembro de 2025, o valor do passivo era de R\$49.948 (R\$58.574 em 31 de dezembro de 2024) registrado em obrigações trabalhistas e previdenciárias. As despesas com as *phantom shares* em 31 de dezembro de 2025 foram de R\$15.875 (R\$17.667 em 31 de dezembro de 2024).

11. Conta vinculada e obrigações com antigos acionistas

Conta vinculada

	31/12/2025	31/12/2024
Conta garantida com o Grupo Lago (i)	806	806
Conta garantida com o Grupo Vieira (ii)	18.637	16.588
	19.443	17.394

Notas Explicativas

Solar Bebidas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

11. Conta vinculada e obrigações com antigos acionistas--Continuação

Obrigações com antigos acionistas

	31/12/2025	31/12/2024
Conta garantida com o Grupo Lago (i)	806	806
Conta garantida com o Grupo Vieira (i)	18.637	16.588
	19.443	17.394

- (i) Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a Norsa possuía R\$806 referente à conta vinculada (Escrow) contratada junto ao Banco Citibank S.A. (depositário), quando da aquisição do controle acionário da CMR em maio de 2006, junto ao antigo controlador. A expectativa de liquidação desses valores ou sua liberação vai depender dos prazos prescricionais dos processos.
- (ii) Em 31 de dezembro de 2025, a Norsa possuía R\$18.637 (R\$16.588 em 31 de dezembro de 2024) aplicados em CDB e fundos de investimento no Banco Bradesco referente à conta vinculada (Escrow) contratada quando da aquisição do controle acionário da CBA em junho de 2011. A expectativa de liquidação desses valores ou sua liberação ao antigo acionista se dará dependendo dos prazos prescricionais dos processos.

Esses valores servem para garantir processos cíveis, tributários, trabalhistas e outras contingências de responsabilidade dos antigos acionistas que porventura venham a surgir contra a Companhia e suas controladas.

Notas Explicativas

Solar Bebidas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

12. Investimentos

a) Composição dos investimentos

Em 31 de dezembro de 2025

Controladora								
	Participação %	Patrimônio líquido	Investimento	Ágio	Total de investimento	Resultado do exercício	Lucro nos estoques	Resultado da equivalência patrimonial
Norsa Refrigerantes S.A.	84,08%	4.909.781	4.128.143	160.305	4.288.448	1.067.885	-	897.877
Refrescos Guararapes Ltda.	100,00%	915.775	908.812	30.353	939.165	489.698	2.466	492.163
Outros investimentos	0,00%	-	36	-	36	-	-	-
		5.825.556	5.036.991	190.658	5.227.649	1.557.583	2.466	1.390.040

Em 31 de dezembro de 2024

Controladora								
	Participação %	Patrimônio líquido	Investimento	Ágio	Total de investimento	Resultado do exercício	Lucro nos estoques	Resultado da equivalência patrimonial
Norsa Refrigerantes S.A.	84,08%	4.780.295	4.019.273	160.305	4.179.578	1.252.330	-	1.052.959
Refrescos Guararapes Ltda.	100,00%	849.070	839.641	30.353	869.994	594.385	(3.425)	590.960
Outros investimentos	0,00%	-	36	-	36	-	-	-
		5.629.365	4.858.950	190.658	5.049.608	1.846.715	(3.425)	1.643.919

Notas Explicativas

Solar Bebidas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

12. Investimentos--Continuação

a) Composição dos investimentos--Continuação

Em 31 de dezembro de 2025

Consolidado					
	Participação %	Patrimônio líquido	Investimento	Ágio	Total de investimento
Leão Alimentos e Bebidas Ltda.	8,48%	627.870	53.234	10.137	63.371
Crystal Águas do Nordeste Ltda.	50,00%	267.523	133.762	-	133.762
Outros investimentos	0%	-	324	-	324
		895.393	187.320	10.137	197.457
					108.731
					25.581

Em 31 de dezembro de 2024

Consolidado						
Participação %	Patrimônio líquido	Investimento	Ágio	Total de investimento	Resultado da equivalência patrimonial	
					Resultado do exercício	Equivalência do exercício
8,48%	559.299	47.432	15.071	62.503	(82.674)	(6.998)
50,00%	228.089	114.045	-	114.045	54.639	27.320
-	-	-	-	-	(36.426)	846
0%	-	324	-	324	-	-
	787.388	161.801	15.071	176.872	(64.461)	17.950
						846

Notas Explicativas

Solar Bebidas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

12. Investimentos--Continuação

b) Movimentações dos investimentos

	Controladora			Consolidado				
	Norsa	Regua	Outros investimentos	Total	Leão	Crystal	Trop	
							Frutas(a)	Outros investimentos
Saldos em 31 de dezembro de 2023	4.039.129	752.255	36	4.791.420	69.350	86.725	7.822	324
Equivalência patrimonial	1.052.959	590.960	-	1.643.919	(6.998)	27.320	(2.372)	-
Reversão de provisão para perda de investimento	-	-	-	-	-	-	539	-
Perda de investimento	-	-	-	-	-	-	307	-
Redução de investimento	-	-	-	-	-	-	(5.166)	-
Alteração de participação	-	-	-	-	-	-	566	-
Ajuste de avaliação patrimonial	15.299	2.830	-	18.129	151	-	(1.696)	-
Recebimento de dividendos	(720.113)	(387.054)	-	(1.107.167)	-	-	-	-
Dividendos a receber	(206.126)	(88.700)	-	(294.826)	-	-	-	-
Outros	(1.570)	(297)	-	(1.867)	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	4.179.578	869.994	36	5.049.608	62.503	114.045	-	324
Equivalência patrimonial	897.877	492.163	-	1.390.040	5.864	19.717	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial	(20.388)	(3.863)	-	(24.251)	(61)	-	-	-
Recebimento de dividendos	(285.488)	(301.817)	-	(587.305)	-	-	-	-
Dividendos a receber	(483.131)	(117.312)	-	(600.443)	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	(4.935)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	4.288.448	939.165	36	5.227.649	63.371	133.762	-	324

(a) Em 2024, houve a venda da participação na empresa Trop Frutas.

Notas Explicativas**Solar Bebidas S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

13. Imobilizadoa) Composição do imobilizado (Consolidado)

31/12/2025				
	Taxas médias ponderadas de amortização (a.a.)	Custo	Depreciação	Líquido
Terrenos	-	245.948	-	245.948
Benfeitorias em imóveis de terceiros	2,2%	55.053	(18.967)	36.086
Edificações	2,1%	1.150.577	(369.122)	781.455
Máquinas e equipamentos	7,1%	2.928.987	(1.539.526)	1.389.461
Móveis e utensílios	7,1%	60.560	(34.864)	25.696
Garrafas e embalagens	20,0%, 25,0% e 50,0%	1.239.789	(937.460)	302.329
Geladeiras	14,3%	837.758	(558.182)	279.576
Computadores e periféricos	20,0%	105.539	(67.536)	38.003
Veículos	10,0% e 20,0%	447.733	(202.790)	244.943
Instalações	3,6%	439.376	(144.822)	294.554
Outras imobilizações	9,1%, 10,0% e 20,0%	72.440	(33.358)	39.082
Imobilizado em andamento	-	828.086	-	828.086
Provisão para perdas	-	(33.450)	-	(33.450)
Imobilizado em trânsito	-	18.229	-	18.229
		8.396.625	(3.906.627)	4.489.998

31/12/2024				
	Taxas médias ponderadas de amortização (a.a.)	Custo	Depreciação	Líquido
Terrenos	-	245.948	-	245.948
Benfeitorias em imóveis de terceiros	2,2%	50.653	(16.716)	33.937
Edificações	2,1%	1.008.835	(347.513)	661.322
Máquinas e equipamentos	7,1%	2.489.521	(1.304.474)	1.185.047
Móveis e utensílios	7,1%	51.062	(29.912)	21.150
Garrafas e embalagens	20,0%, 25,0% e 50,0%	1.100.616	(844.621)	255.995
Geladeiras	14,3%	794.529	(493.845)	300.684
Computadores e periféricos	20,0%	82.928	(56.341)	26.587
Veículos	10,0% e 20,0%	332.010	(188.130)	143.880
Instalações	3,6%	362.395	(128.925)	233.470
Post-mix	10,0%	39.162	(24.672)	14.490
Outras imobilizações	9,1% e 20,0%	13.421	(1.784)	11.637
Imobilizado em andamento	-	578.794	-	578.794
Provisão para perdas	-	(17.147)	-	(17.147)
Imobilizado em trânsito	-	43.803	-	43.803
		7.176.530	(3.436.933)	3.739.597

Notas Explicativas**Solar Bebidas S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

13. Imobilizado--Continuação**b) Movimentação do imobilizado (Consolidado)**

	31/12/2024	Adição	Depreciação	Baixa	Transferências	Outros	31/12/2025
Terrenos	245.948	-	-	-	-	-	245.948
Benfeitorias em imóveis de terceiros	33.937	1.880	(2.256)	-	2.525	-	36.086
Edificações	661.322	53.578	(22.691)	(2.712)	91.958	-	781.455
Máquinas e equipamentos	1.185.047	322.650	(255.170)	(9.571)	146.459	46	1.389.461
Móveis e utensílios	21.150	9.173	(5.027)	(71)	471	-	25.696
Garrafas e embalagens	255.995	161.166	(112.177)	(2.655)	-	-	302.329
Geladeiras	300.684	71.673	(88.232)	(4.838)	289	-	279.576
Computadores e periféricos	26.587	19.740	(11.247)	(17)	(290)	3.230	38.003
Veículos	143.880	136.544	(33.078)	(2.403)	-	-	244.943
Instalações	233.470	30.969	(16.086)	(650)	46.851	-	294.554
Outras imobilizações	26.127	20.371	(7.803)	(175)	562	-	39.082
Imobilizado em andamento	578.794	502.430	-	(170)	(252.599)	(369)	828.086
Imobilizado em trânsito (i)	43.803	10.652	-	-	(36.226)	-	18.229
Provisão para perdas (ii)	(17.147)	-	-	-	-	(16.303)	(33.450)
	3.739.597	1.340.826	(553.767)	(23.262)	-	(13.396)	4.489.998
	31/12/2023	Adição	Depreciação	Baixa	Transferências	Outros	31/12/2024
Terrenos	245.876	72	-	-	-	-	245.948
Benfeitorias em imóveis de terceiros	23.556	7.767	(1.486)	-	4.100	-	33.937
Edificações	592.769	42.801	(20.396)	(78)	46.226	-	661.322
Máquinas e equipamentos	1.200.428	146.654	(202.961)	(15.732)	56.655	3	1.185.047
Móveis e utensílios	21.114	4.687	(4.669)	(10)	28	-	21.150
Garrafas e embalagens	211.325	141.914	(93.586)	(4.242)	584	-	255.995
Geladeiras	348.798	34.415	(100.597)	(12.001)	30.069	-	300.684
Computadores e periféricos	26.700	11.289	(11.243)	(216)	50	7	26.587
Veículos	165.079	9.750	(30.458)	(491)	-	-	143.880
Instalações	222.302	11.726	(14.123)	(127)	13.675	17	233.470
Post-mix	8.539	8.684	(2.391)	(341)	-	-	14.491
Outras imobilizações	11.567	364	(358)	51	12	-	11.636
Imobilizado em andamento	182.983	516.837	-	(252)	(120.486)	(288)	578.794
Imobilizado em trânsito (i)	69.760	4.956	-	-	(30.913)	-	43.803
Provisão para perdas	(32.842)	-	-	-	-	15.695	(17.147)
	3.297.954	941.916	(482.268)	(33.439)	-	15.434	3.739.597

(i) Notas fiscais compromissadas com os fornecedores, com entrega futura.

(ii) Nos últimos anos a Companhia e suas controladas realizaram uma reestruturação logística entre suas fábricas e centros de distribuição, resultando na realocação de produção e alteração de unidades que anteriormente eram fábricas para centros de distribuição

Garantias

Há bens dos imobilizados dados em garantia de financiamentos num montante de R\$240.748 (R\$235.817 em 31 de dezembro de 2024). Para o FNO (Fundo Constitucional de Financiamento do Norte), foram oferecidos terrenos, benfeitorias e máquinas e equipamentos. Para o FINAME (Financiamento de Máquinas e Equipamentos), os bens classificados como máquinas e equipamentos, freezers e veículos são aqueles financiados nos respectivos contratos.

Notas Explicativas**Solar Bebidas S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

13. Imobilizado--Continuação**b) Movimentação do imobilizado (Consolidado)--Continuação***Imobilizado em andamento*

O saldo do imobilizado em andamento refere-se a máquinas e equipamentos e obras civis que entrarão em uso no exercício seguinte.

Custos de empréstimos capitalizados

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, não houve custos de empréstimos capitalizados.

c) Provisão para redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

A Companhia e suas controladas analisam periodicamente a possibilidade de existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável. Após análise interna da Administração, o ativo imobilizado da Companhia e de suas controladas não apresentou indício de perda, desvalorização ou dano fixo que pudesse comprometer o fluxo de caixa futuro da Companhia e de suas controladas. Dessa forma, a administração não identificou a necessidade de testar esse grupo de ativos ao valor recuperável nos termos da NBC TG 01 (R4) para 31 de dezembro de 2025.

14. Direito de uso e passivo de arrendamento**a) Direito de uso (Consolidado)**

	Frotas	Imóveis	Máquinas Equipamentos	Total
Taxas médias ponderadas (a.a.)	39%	49%	49%	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	105.020	34.302	28.674	167.996
Adição	167.532	14.538	20.494	202.564
Depreciação	(60.888)	(15.510)	(8.357)	(84.755)
Baixa	(373)	(6.285)	-	(6.658)
Remensuração	5.863	(510)	523	5.876
Saldo em 31 de dezembro de 2024	217.154	26.535	41.334	285.023
Adição	33.042	109.229	49.990	192.261
Depreciação	(75.688)	(45.441)	(20.709)	(141.838)
Baixa	-	(552)	-	(552)
Remensuração	1.693	(3.051)	(1.172)	(2.530)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	176.201	86.720	69.443	332.364

Notas Explicativas**Solar Bebidas S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

14. Direito de uso e passivo de arrendamento--Continuação**b) Passivo de arrendamento (Consolidado)**

	Frotas	Imóveis	Imóveis (Nota 10)	Máquinas e equipamentos	Máquinas e equipamentos (Nota 10 - Partes relacionadas)	Total
Taxa de juros incremental (média ponderada) (a.a.)	13,70%	14,34%	15,01%	14,52%	7,01%	
Saldos em 31 de dezembro de 2023	108.902	37.800	-	13.607	17.327	177.636
Circulante	31.523	10.169	-	3.751	2.463	47.906
Não Circulante	77.379	27.631	-	9.856	14.864	129.730
Aquisições	167.532	11.945	2.593	20.494	-	202.564
Remensuração	5.863	(960)	450	38	485	5.876
Juros apropriados	23.437	2.632	1.696	2.322	1.020	31.107
Pagamento principal	(54.144)	(13.730)	(1.317)	(5.232)	(2.228)	(76.651)
Pagamento de juros	(23.437)	(2.632)	(1.696)	(2.322)	(1.020)	(31.107)
Baixas	-	(10.730)	10.730	-	-	-
	(408)	(6.772)	-	-	-	(7.180)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	227.745	17.553	12.456	28.907	15.584	302.245
Circulante	51.690	8.428	1.981	8.427	2.763	73.289
Não circulante	176.055	9.125	10.475	20.480	12.821	228.956
Adições	33.042	109.229	-	49.990	-	192.261
Remensuração	1.693	(3.060)	9	(1.459)	287	(2.530)
Juros apropriados	27.791	11.024	1.613	8.093	888	49.409
Pagamentos principal	(68.928)	(40.518)	(1.795)	(15.443)	(2.517)	(129.201)
Pagamento de juros	(27.791)	(11.024)	(1.613)	(8.093)	(888)	(49.409)
Baixas	-	(636)	-	-	-	(636)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	193.552	82.568	10.670	61.995	13.354	362.139
Circulante	51.545	38.383	2.330	13.380	3.080	108.718
Não circulante	142.007	44.185	8.340	48.615	10.274	253.421

c) Cronograma de vencimentos do passivo de arrendamento

Vencimentos	31/12/2025	31/12/2024
Em anos:		
≤ 01	143.715	104.118
01 - 02	117.101	80.387
02 - 05	180.043	170.780
> 05	43.870	55.692
Valores não descontados	484.729	410.977
Ajuste a valor presente	(122.590)	(108.732)
Total do passivo de arrendamento	362.139	302.245

Notas Explicativas

Solar Bebidas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

14. Direito de uso e passivo de arrendamento--Continuação

d) Crédito de PIS e COFINS potencial

A Companhia e suas controladas possuem direito a crédito de PIS e COFINS nos contratos de aluguel na ocorrência de seus pagamentos. Apresentamos abaixo os valores potenciais desses impostos considerando o saldo dos contratos e o seu ajuste a valor presente.

Parte dos contratos de arrendamento de imóveis da Companhia e de suas controladas não geram direito a créditos de PIS e COFINS, pois são firmados com arrendadores pessoas físicas; logo, o crédito é vedado pela legislação tributária.

	31/12/2025		31/12/2024	
	Fluxo nominal	Valor presente	Fluxo nominal	Valor presente
Contraprestação do arrendamento	269.823	204.454	452.075	302.245
PIS e COFINS potencial (9,25%)	24.959	18.912	41.817	27.958

Em conformidade com o OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/Nº02/2019, a Companhia e suas controladas adotaram como política contábil os requisitos do CPC 06 (R2) na mensuração e remensuração do seu direito de uso, procedendo o uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação.

Para resguardar a representação fidedigna da informação frente aos requerimentos do CPC 06 (R2) e para atender as orientações das áreas técnicas da CVM, são fornecidos os saldos dos passivos sem inflação, efetivamente contabilizados (fluxo real x taxa nominal) e a estimativa dos saldos inflacionados nos períodos de comparação (fluxo nominal x taxa nominal).

Notas Explicativas**Solar Bebidas S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

14. Direito de uso e passivo de arrendamento--Continuação**d) Crédito de PIS e COFINS potencial--Continuação**

	31/12/2025	31/12/2024
<u>Fluxo real</u>		
Direito de uso	484.730	448.077
Depreciação acumulada	(152.366)	(163.054)
	332.364	285.023
 Passivos de arrendamento	 484.730	 410.977
Ajuste a valor presente	(122.590)	(108.732)
	362.140	302.245
 <u>Fluxo nominal</u>		
Direito de uso	499.272	492.885
Depreciação acumulada	(156.937)	(179.359)
	342.335	313.526
 Passivos de arrendamento	 499.272	 452.075
Ajuste a valor presente	(126.268)	(108.732)
	373.004	343.343

As demais premissas, assim como o cronograma de vencimento das obrigações e as taxas de juros utilizadas no cálculo estão divulgadas em outros itens desta mesma nota explicativa, assim como os índices de inflação são observáveis no mercado, de forma que os fluxos nominais possam ser elaborados pelos usuários das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Provisão para redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

A Companhia e suas controladas analisam periodicamente a possibilidade de existência de indicadores de que determinados ativos de direito de uso poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável. Após análise interna da Administração, o ativo de direito de uso da Companhia e de suas controladas não apresentou indício de perda, desvalorização ou dano fixo que pudesse comprometer o fluxo de caixa futuro da Companhia e de suas controladas. Dessa forma, a administração não identificou a necessidade de testar esse grupo de ativos ao valor recuperável nos termos da NBC TG 01 (R4) para 31 de dezembro de 2025.

Notas Explicativas

Solar Bebidas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

15. Intangível

a) Composição do intangível (Consolidado)

	Taxas médias ponderadas (a.a.)	Custo	Amortização	31/12/2025 Líquido	31/12/2024 Líquido
Ágio na aquisição de investimentos	-	1.519.790	-	1.519.790	1.519.790
Direito de uso da marca	5%	1.013.065	(188.314)	824.751	881.499
Softwares e sistemas informatizados	20%	270.421	(202.761)	67.660	69.551
Softwares em desenvolvimento	-	50.287	-	50.287	25.367
		2.853.563	(391.075)	2.462.488	2.496.207

Notas Explicativas

Solar Bebidas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

15. Intangível--Continuação

b) Movimentação do intangível (Consolidado)

	31/12/2024	Adições	Amortização	Transferências	Outros	31/12/2025
Ágio na aquisição de investimentos	1.519.790	-	-	-	-	1.519.790
Direito de uso da marca	881.499	-	(56.748)	-	-	824.751
Softwares e sistemas informatizados	69.551	7.707	(22.932)	12.918	416	67.660
Softwares em desenvolvimento	25.367	41.161	-	(12.918)	(3.323)	50.287
	2.496.207	48.868	(79.680)	-	(2.907)	2.462.488

	31/12/2023	Adições	Amortização	Baixas	Transferências	Outros	31/12/2024
Ágio na aquisição de investimentos	1.520.450	-	-	-	-	(660)	1.519.790
Direito de uso da marca	938.247	-	(56.748)	-	-	-	881.499
Softwares e sistemas informatizados	41.197	18.392	(19.913)	3.157	29.314	(2.596)	69.551
Softwares em desenvolvimento	27.811	29.815	-	(3.157)	(29.314)	212	25.367
	2.527.705	48.207	(76.661)	-	-	(3.044)	2.496.207

c) Teste de redução ao valor recuperável do ágio

A Companhia avaliou com base em 31 de dezembro de 2025 a recuperação do valor contábil do ágio, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado alocado à unidade geradora de caixa que deu origem ao respectivo ágio. O valor recuperável (valor em uso) da unidade geradora de caixa foi de R\$14.433.234, superando o valor contábil da mesma em 31 de dezembro de 2025.

O valor recuperável da unidade geradora de caixa foi determinado por meio de cálculo baseado no valor em uso a partir de projeções de fluxo de caixa aprovadas pela administração do Grupo Solar ao longo de cinco anos, mais perpetuidade. O fluxo de caixa projetado foi sensibilizado com as melhores estimativas de volume, baseada nas previsões de crescimento da economia da região, na participação de mercado do Grupo Solar e na tendência do consumo de bebidas. No longo prazo, esses itens foram ajustados em consonância com a inflação projetada e crescimento do PIB da região.

Notas Explicativas

Solar Bebidas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

15. Intangível--Continuação

c) Teste de redução ao valor recuperável do ágio--Continuação

No que se refere às despesas operacionais, essas foram divididas em fixas e variáveis, em que as primeiras foram objetos de variação pela inflação projetada enquanto as variáveis sofrem o efeito da inflação e variação de volume. Em 31 de dezembro de 2025, a taxa de desconto antes dos impostos aplicada às projeções de fluxo de caixa é de 15,46% e os fluxos de caixa que excedem o período de cinco anos são extrapolados utilizando uma taxa de crescimento de 7,9%, considerando IPCA e uma taxa de crescimento real. Não foi identificada perda por redução ao valor recuperável como resultado dessa análise.

d) Principais premissas utilizadas em cálculos com base no valor em uso

O cálculo do valor em uso tanto para a unidade geradora de caixa é mais sensível às seguintes premissas:

Receita de vendas - previsão dos reajustes dos preços das mercadorias vendidas ocorrem em linha com a estimativa da inflação geral. As premissas adotadas nos testes de redução ao valor recuperável estão de acordo com as projeções internas para o período de 5 anos e após esse período aplica-se a extrapolação de perpetuidade de 7,9%, em modelo nominal.

Margens brutas - as margens brutas são calculadas com base no planejamento do Grupo Solar. Essas margens possuem suave crescimento devido ao ganho de eficiência, que é parcialmente compensado por pressões de custos provenientes de commodities, fator cambial e aumento de tributos.

Inflação de preços de matérias-primas - as estimativas são obtidas a partir de índices publicados para os países que fornecem as matérias-primas, bem como dados relativos às commodities em específico. Os valores estimados são utilizados se os dados estiverem publicamente disponíveis (principalmente para o Brasil e os Estados Unidos).

Premissas de participação no mercado - essas premissas são importantes, uma vez que, além de utilizar dados do segmento para taxas de crescimento, possibilitam que a Administração avalie a posição de mercado da unidade em relação aos seus concorrentes e o reflexo disso no plano financeiro. Estima-se que a participação do Grupo Solar no mercado de bebidas não alcoólicas tenha crescimento ao longo do período orçamentário.

e) Estimativas de taxas de crescimento

As taxas são baseadas em pesquisas e estudos publicados sobre o setor.

Notas Explicativas**Solar Bebidas S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

15. Intangível--Continuaçãof) Sensibilidade a mudanças nas premissas

No que se refere à avaliação do valor em uso da referida unidade geradora de caixa, estima-se que nenhuma mudança razoavelmente possível em qualquer uma das principais premissas acima mencionada levaria o valor contábil da unidade a exceder seu montante recuperável.

O Grupo Solar realizou a análise de sensibilidade da sua unidade geradora de caixa e concluiu que não resultaria no reconhecimento de redução do valor recuperável do ágio. As análises foram consideradas:

- Aumento na taxa de desconto antes de tributo (WACC) para 16,23% em 2025; e
- Redução na Taxa de Crescimento Perpétuo para 7,5% em 2025.

16. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores nacionais	1.914	1.949	1.879.353	1.801.880
Partes relacionadas	-	-	143.299	160.020
Ajuste a valor presente	(4)	(8)	(36.273)	(44.470)
	1.910	1.941	1.986.379	1.917.430

Notas Explicativas**Solar Bebidas S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

17. Fornecedores - risco sacado

	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores - Risco Sacado	339.997	388.445
Ajuste a valor presente	(8.013)	(7.693)
	331.984	380.752
Montante a vencer (a)	-	3.321
Montante já recebido pelos fornecedores	339.997	385.124

A Companhia possui operação de risco sacado com seus fornecedores, com a participação de uma instituição financeira (atualmente Santander, Itaú e Bradesco), onde o fornecedor tem a opção de antecipar seus recebíveis relacionados às compras de bens e serviços realizadas pela Companhia. Ressalta-se que não existe extensão do prazo e que a Companhia tem direito a rebate por cada operação fechada pelos fornecedores em contrapartida da contraprestação de seção de risco de crédito e controle do saldo de fornecedores para a instituição financeira. Os rebates serão recebidos no mês subsequente da liquidação da operação juntamente à instituição financeira. Essas receitas são reconhecidas como "Outras receitas" na demonstração do resultado e totalizaram R\$15.178 em 31 de dezembro de 2025 (R\$15.273 em 31 de dezembro de 2024). A Companhia não possui operações de risco sacado com saldo vencido.

Termos e condições do passivo de fornecedores - risco sacado:

- O prazo médio de pagamento da Companhia para seus fornecedores é de 92 dias (99 dias em 31 de dezembro de 2024). Mesmo prazo médio quando há a solicitação de antecipação pelo fornecedor junto ao banco, destacando que não há alteração no prazo.
- O prazo médio do desconto dos títulos pelos fornecedores junto ao banco é de 90 dias (80 dias em 31 de dezembro de 2024).

Não houve alterações não monetárias significativas no valor contábil de fornecedores incluídas no acordo de financiamento de fornecedores.

- (a) Títulos a serem liquidados pelas instituições financeiras junto aos fornecedores da Companhia que solicitaram a antecipação de seus recebíveis. Os títulos originários a pagar da Companhia não sofrem alteração de prazo mediante as solicitações de antecipação.

Notas Explicativas**Solar Bebidas S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

18. Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Taxas médias ponderadas (a.a.)		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Circulante				
Banco do Nordeste S.A - FNE (a)	6,79% a.a.	7,19% a.a.	3.028	10.366
Basa - FNO (a)	10,14% a.a.	8,19% a.a.	789	5.057
FINAME/BNDES (a)	3,38% a.a.	3,70% a.a.	4.778	8.847
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA (b)	Vide item b	vide item b	275.460	134.790
Nota Comercial (c)			(418)	-
			283.637	159.060
Não Circulante				
Banco do Nordeste S.A - FNE (a)	6,79% a.a.	7,19% a.a.	4.771	7.784
Basa - FNO (a)	10,14% a.a.	8,19% a.a.	910	1.690
FINAME/BNDES (a)	3,38% a.a.	3,70% a.a.	152	4.307
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA (b)	Vide item b	vide item b	764.794	1.021.671
Nota Comercial (c)			355.923	-
			1.126.550	1.035.452
Total de empréstimos e financiamentos			1.410.187	1.194.512

- (a) O FNE é garantido por fiança bancária, conta reserva com valor equivalente a três parcelas do financiamento e aval do controlador; já o FNO e o FINAME são garantidos por alienação fiduciária e aval cruzado.
- (b) Na 2ª Emissão de CRA, que ocorreu em abril de 2022 as garantias são asseguradas por meio de Aval da Controladora Solar Bebidas S.A., sendo a remuneração sobre o valor nominal unitário do saldo devedor. A liquidação da operação começa no 4º ano e segue até o 10º ano da operação. Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 as taxas médias ponderadas (a.a.) eram: 1ª série = CDI+0,22%; 2ª série CDI+0,46% e 3ª série CDI+0,67%. Na 3ª emissão de CRA, que ocorreu em novembro de 2023 as garantias são asseguradas por meio de Aval da Controladora Solar Bebidas S.A., sendo a remuneração sobre o valor nominal unitário do saldo devedor. A liquidação da operação começa no 3º ano e segue até o 7º ano da operação. Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 as taxas médias ponderadas (a.a.) eram 1ª série CDI+0,29%; 2ª série 102,9% CDI; 3ª série CDI+0,48%; 4ª série pré de 11,13%.
- (c) Na 1ª Emissão de Notas Comerciais Escriturais, realizada em dezembro de 2025, as garantias são asseguradas por meio de Aval da Controladora Solar Bebidas S.A., sendo a remuneração calculada sobre o valor nominal unitário do saldo devedor. A liquidação da operação começa no 5º ano e segue até o 6º ano da operação. A taxa pactuada (a.a.) foi 100% da taxa DI, conforme previsto no Termo de Emissão. Não há séries adicionais nem remuneração prefixada dado que a emissão já foi estruturada com indexador DI. A operação está enquadrada no Programa Eco Invest Brasil, instituído pela Lei nº 14.995/2024, com destinação dos recursos para projetos de expansão industrial. Os investimentos serão direcionados à implantação de novas linhas de envase, que proporcionarão modernização das unidades, aumento da competitividade e ganhos comprovados em eficiência energética. A implementação dessas novas linhas está prevista para ocorrer até o final do exercício social de 2026, abrangendo as regiões de Mato Grosso e Pernambuco.

Notas Explicativas**Solar Bebidas S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

18. Empréstimos e financiamentos--Continuação

A movimentação de empréstimos e financiamentos está demonstrada abaixo:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	1.194.512	1.227.045
Captação de empréstimos	354.537	25.155
Juros apropriados	129.178	15.416
Atualização monetária	29.362	56.454
Amortização de principal	(188.146)	(40.132)
Amortização - risco sacado	-	(19)
Juros pagos	(112.552)	(92.630)
Despesas de captação	3.296	3.223
Saldo final	1.410.187	1.194.512

Os empréstimos e financiamentos têm o seguinte cronograma de vencimentos:

Vencimentos	31/12/2025	31/12/2024
≤ 01	283.646	159.060
01 - 02	199.113	267.709
02 - 03	244.424	198.700
03 - 05	439.198	438.360
05 - 10	243.806	130.683
	1.410.187	1.194.512

Dívidas Classificadas a Valor Justo

A tabela a seguir apresenta a movimentação dos passivos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado:

	31/12/2025	31/12/2024
Valor custo amortizado	1.077.217	1.208.777
Ajuste a valor justo	(36.963)	(52.316)
Saldo final	1.040.254	1.156.461

Os ajustes a valor justo refletem as variações de mercado, incluindo mudanças em taxas de juros e variações cambiais.

Os ajustes a valor justo das dívidas geraram um impacto líquido de R\$15.353 no resultado do exercício de 2025, reconhecido na linha "Receitas (Despesas) Financeiras - Variação do Valor Justo".

A Companhia continuará monitorando suas exposições financeiras e pode reavaliar a classificação de seus passivos conforme necessário.

Notas Explicativas**Solar Bebidas S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

18. Empréstimos e financiamentos--ContinuaçãoCláusulas restritivas

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas efetuaram a análise de cláusulas restritivas e não possui conhecimento de fatos ou circunstâncias que indicassem situação de não cumprimento ou desconformidade. As cláusulas restritivas dos empréstimos e financiamentos estão principalmente relacionadas à inadimplência, medidas judiciais ou extrajudiciais que comprometam a capacidade de pagamento, insolvência e comprometimento de garantias oferecidas. As operações de CRA e Nota Comercial possuem índices financeiros que medem a relação entre a dívida líquida consolidada e o EBITDA ajustado nos últimos 12 meses devidamente apresentado pela Companhia que deverá ser menor que 3,5 x EBITDA ajustado. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia registrou o índice de 0,32 x EBITDA ajustado (0,24 x EBITDA ajustado em 31 de dezembro de 2024).

Garantias

Garantias	31/12/2025	31/12/2024
Aval	1.395.759	1.156.462
Alienação	1.699	6.747
Fiança bancária	12.729	31.303
Total	1.410.187	1.194.512

19. Obrigações trabalhistas e previdenciárias

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Salário a pagar	3.362	2	26.180	13.972
Benefício a pagar	3	13	5.034	4.999
Encargos a pagar	865	436	46.069	41.126
Férias e encargos sobre férias a pagar	2.160	1.978	126.240	113.463
Prêmio por desempenho a pagar	48.218	42.701	153.684	160.290
Outros	-	-	154	278
	54.608	45.130	357.361	334.128

Notas Explicativas

Solar Bebidas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

20. Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas classificam seus ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias, dependendo da finalidade para a qual foram adquiridos ou contratados: (i) mensurados pelo custo amortizado, (ii) ao valor justo por meio do resultado e (iii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os passivos financeiros não derivativos são mensurados pelo custo amortizado por meio do método da taxa efetiva de juros, quando aplicável.

Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados ao valor justo e são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo dos derivativos durante o exercício são registrados diretamente na demonstração do resultado, exceto quando qualificados como *hedge* de fluxo de caixa, em que são reconhecidos no patrimônio líquido como outros resultados abrangentes e, no momento de sua liquidação, os ganhos e perdas acumulados são ajustados no item objeto de *hedge*, sensibilizando o resultado no momento da realização do item protegido.

Os instrumentos financeiros ativos são representados principalmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, conta vinculada, contas a receber de clientes, instrumentos financeiros derivativos e saldos a receber de partes relacionadas. E os instrumentos financeiros passivos são representados principalmente por empréstimos e financiamentos, debêntures, subvenções governamentais, instrumentos financeiros derivativos, passivo de arrendamento, fornecedores, fornecedores - risco sacado.

A administração desses instrumentos se dá por meio de estratégias operacionais, visando garantir liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as taxas vigentes no mercado.

Notas Explicativas**Solar Bebidas S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

20. Instrumentos financeiros--Continuação**20.1. Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros**

		Saldo	Valor justo	Saldo	Valor justo
	Níveis	31/12/2025	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2024
Ativos financeiros					
Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa	-	882.968	882.968	891.945	891.945
Contas a receber de clientes	-	1.075.424	1.075.424	858.460	858.460
Partes relacionadas	-	483	483	3.675	3.675
Conta vinculada	-	19.443	19.443	17.394	17.394
		1.978.318	1.978.318	1.771.474	1.771.474
Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras	2	8.633	8.633	13.919	13.919
		8.633	8.633	13.919	13.919
Instrumentos financeiros derivativos por meio de outros resultados abrangentes					
Contratos a termo de mercadorias	2	1.895	1.895	6.617	6.617
Contratos a termo de moeda	2	1.089	1.089	36.135	36.135
Contratos a termo de alumínio	2	813	813	123	123
Contratos de swap	2	77.231	77.231	23.975	23.975
		81.028	81.028	66.850	66.850
Passivos financeiros					
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado					
Fornecedores	-	1.986.379	1.986.379	1.917.430	1.917.430
Fornecedor - risco sacado	-	331.984	331.984	380.752	380.752
Empréstimos e financiamentos	-	369.933	372.480	38.051	54.665
Subvenções governamentais	-	5.795	5.795	6.490	6.490
Partes relacionadas	-	112.939	112.939	148.723	148.723
Passivo de arrendamento	-	362.139	362.140	302.245	302.245
		4.209.423	4.211.971	3.950.152	3.966.766
Passivos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado					
Empréstimos e financiamentos	2	1.040.254	1.040.254	1.156.461	1.156.461
		1.040.254	1.040.254	1.156.461	1.156.461
Instrumentos financeiros derivativos por meio de outros resultados abrangentes					
Contratos a termo de mercadorias	2	18.156	18.156	8.043	8.043
Contratos a termo de moeda	2	7.776	7.776	6	6
Contratos a termo de alumínio	2	-	-	32	32
Contratos de swap	2	34.550	34.550	19.511	19.511
		60.482	60.482	27.592	27.592

Notas Explicativas

Solar Bebidas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

20. Instrumentos financeiros--Continuação

20.2. Valor justo

Em relação ao valor justo dos ativos e passivos financeiros, são considerados os seguintes métodos e premissas para estimar o valor justo:

- Caixa e equivalentes de caixa, conta vinculada, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores, fornecedores - risco sacado, contas a receber e a pagar a partes relacionadas se aproximam de seu respectivo valor contábil devido ao prazo e natureza do ativo.
- Aplicações financeiras estão apresentadas ao seu valor justo, corrigidas pelos indicadores vigentes em cada aplicação.
- O valor justo dos empréstimos e financiamentos atrelados à CDI e taxas-pré foi determinado pelos fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa média das operações vigentes, apresentando 6,02% a.a. (6,36% a.a. em 31 de dezembro de 2024). No caso do CRA e Nota Comercial, atreladas ao CDI, ele foi determinado pelos fluxos de caixa futuros descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas apresentando 15,28% a.a. (12,61% a.a. em 31 de dezembro de 2024).

A Companhia e suas controladas contratam instrumentos financeiros derivativos junto a algumas contrapartes, sobretudo instituições financeiras com classificações de crédito de grau de investimento. Tais derivativos são avaliados com base na mensuração técnica, bem como com base em dados observáveis no mercado e referem-se principalmente a contratos a termo. As técnicas de avaliação aplicadas com maior frequência incluem modelos de precificação de contratos a termo, opções e “swaps”, com cálculos a valor presente. Os modelos incorporam diversos dados, inclusive a qualidade de crédito das contrapartes, as taxas de câmbio à vista e a termo, curvas das taxas de juros e curvas da taxa a termo da “commodity” objeto.

20.3. Operações com derivativos

Risco em moeda estrangeira

A política de gestão de risco da Companhia e de suas controladas é efetuar *hedge* da sua exposição em moeda estrangeira para empréstimos e financiamentos contratando “swaps” de fluxo de caixa onde na ponta passiva está moeda nacional indexado a CDI e na ponta ativa moeda estrangeira e custo do contrato, tais contratos são designados como *hedge* de fluxo de caixa.

Notas Explicativas

Solar Bebidas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

20. Instrumentos financeiros--Continuação

20.3. Operações com derivativos--Continuação

Risco em moeda estrangeira--Continuação

A Companhia e suas controladas determinam a existência de relação econômica entre o instrumento de *hedge* e o item protegido com base na moeda, no valor e no momento dos respectivos fluxos de caixa, avaliando as mudanças no fluxo de caixa do item protegido que possam ser compensadas pelas variações do fluxo de caixa do derivativo de *hedge*. O método utilizado é o critério dos termos críticos - o método prospectivo. O teste de efetividade é feito no momento inicial da contabilização, constatando se todos os termos do derivativo estão alinhados com os termos do objeto de *hedge* em relação a prazos, amortizações, “*notional*” contratado e pagamento de juros, garantindo a efetividade do fluxo de caixa em 100%.

20.4. Gerenciamento de riscos financeiros

A Companhia e suas controladas estão expostas aos riscos de mercado (taxa de juros, câmbio e preço de *commodities*), risco de crédito e risco de liquidez.

A gestão destes riscos é supervisionada pela Companhia e suas controladas de acordo com a estrutura de governança apropriada para que as atividades que resultem em riscos financeiros da Companhia e de suas controladas sejam regidas por práticas e procedimentos apropriados.

i) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de crédito em suas atividades operacionais principalmente com relação ao caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras, conta vinculada, contas a receber de clientes e instrumentos financeiros derivativos ativos.

Com o objetivo de mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas possuem operações financeiras ativas somente com bancos de primeira linha, que possuem classificação de risco (*rating*) de “Grau de Investimento”. Na gestão de suas contas a receber de clientes a Companhia e suas controladas adotam monitoramento ativo de clientes, revisão periódica de limites de clientes e controle rígido de prazos e modalidades de recebimento.

Notas Explicativas**Solar Bebidas S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

20. Instrumentos financeiros--Continuação**20.4. Gerenciamento de riscos financeiros--Continuação****ii) Riscos de mercado**

Os riscos de mercado são riscos de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os riscos de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço de “*commodities*”. Os instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas que são afetados pelos riscos de mercado incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, conta vinculada, empréstimos e financiamentos, e debêntures, e estão sujeitos basicamente ao risco de taxa de juros e variação cambial.

iii) Risco de câmbio

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição da Companhia e de suas controladas ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se principalmente ao Custo de matéria prima e CapEx exposto à moeda estrangeira.

A Companhia e suas controladas gerenciam seus riscos de câmbio por meio de transações de hedge designados em estruturas de “*hedge accounting*”. Dessa forma, a Administração da Companhia e de suas controladas entende estar protegida ao risco de mercado pela alteração na taxa de câmbio, uma vez que todos os seus passivos financeiros relevantes registrados em moeda estrangeira estão atrelados a contratos de NDF e de Câmbio Futuro .

	Notional	Vencimento	Indexador de proteção	Taxa média	Valor justo do ativo	Valor justo do passivo
	19.710	Dez/2025	USD	5,66	136	(4.203)
	11.710	Jan/2026	USD	5,65	119	(1.614)
	10.790	Fev/2026	USD	5,63	160	(1.040)
	8.250	Mar/2026	USD	5,61	130	(270)
	6.800	Abr/2026	USD	5,58	317	-
	2.100	Mai/2026	USD	5,55	227	-
31 de dezembro de 2025	<u>59.360</u>			<u>5,63</u>	<u>1.089</u>	<u>(7.127)</u>
	Notional	Vencimento	Indexador de proteção	Taxa média	Valor justo do ativo	Valor justo do passivo
	21.580	Dez/2024	USD	5,55	11.758	-
	16.980	Jan/2025	USD	5,75	7.633	(6)
	13.025	Fev/2025	USD	5,78	5.808	-
	11.025	Mar/2025	USD	5,85	4.424	-
	9.555	Abr/2025	USD	5,98	2.906	-
	8.225	Mai/2025	USD	6,05	2.287	-
	6.400	Jun/2025	USD	6,17	1.319	-
31 de dezembro de 2024	<u>86.790</u>			<u>5,80</u>	<u>36.135</u>	<u>(6)</u>

Notas Explicativas**Solar Bebidas S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

20. Instrumentos financeiros--Continuação**20.4. Gerenciamento de riscos financeiros--Continuação**iii) Risco de câmbio--Continuação

	Notional	Vencimento	Indexador d e proteção	Taxa média	Valor justo do ativo	Valor justo do passivo
	1.436	Jan/2026	EUR	6,76	-	(374)
	1.367	Fev/2026	EUR	6,74	-	(246)
	298	Mar/2026	EUR	6,72	-	(29)
31 de dezembro de 2025	<u>3.101</u>			<u>6,75</u>	-	<u>(649)</u>

iv) Risco de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido às variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia e de suas controladas ao risco de taxas de juros refere-se principalmente aos equivalentes de caixa, aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos e debêntures que possuem taxas de juros variáveis.

O risco de taxa de juros é gerenciado por meio do monitoramento das projeções futuras das taxas que incidem sobre seus empréstimos e financiamentos e debêntures. Para mitigar esse risco, são utilizados instrumentos financeiros que visam reduzir eventuais impactos negativos das variações de taxas de juros.

v) Risco de preço de commodities

A Companhia e suas controladas compram açúcar e alumínio em base contínua uma vez que suas atividades operacionais exigem fornecimento ininterrupto de açúcar e alumínio para a produção de refrigerante. A fim de proteger-se da volatilidade de preço do mercado internacional deste insumo, bem como daqueles contratados em moedas estrangeiras, a Companhia e suas controladas estabeleceram uma política de gestão de riscos que permite a utilização de instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de diminuir o impacto decorrente de um aumento do preço de tais "commodities".

Com o estabelecimento desses contratos espera-se reduzir a volatilidade do preço do insumo (açúcar/alumínio). Tais contratos pretendem oferecer cobertura contra o risco de volatilidade dos preços de compra do açúcar com base nos contratos de compra existentes.

Notas Explicativas**Solar Bebidas S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

20. Instrumentos financeiros--Continuação**20.4. Gerenciamento de riscos financeiros--Continuação**v) Risco de preço de commodities--Continuação

Os instrumentos financeiros derivativos designados para *hedge* de fluxo de caixa para proteção da exposição ao risco de “*commodities*” estão demonstrados na tabela a seguir:

	Notional	Vencimento	Indexador de proteção	Taxa média	Valor justo do ativo	Valor justo do passivo
	9.419	Fev/2026	Açúcar	18,25	167	(9.328)
	672	Mar/2026	Açúcar	15,92	118	(122)
	2.632	Abr/2026	Açúcar	16,72	9	(2.517)
	952	Jun/2026	Açúcar	16,82	256	(433)
	1.176	Set/2026	Açúcar	18,24	255	(1.051)
	672	Out/2026	Açúcar	18,50	168	(441)
	672	Dez/2026	Açúcar	18,50	198	(471)
	7.325	Fev/2027	Açúcar	16,64	431	(3.367)
	560	Jun/2027	Açúcar	17,05	-	(426)
	728	Fev/2028	Açúcar	16,06	178	-
	448	Abr/2028	Açúcar	16,02	53	-
	448	Jun/2028	Açúcar	15,98	62	-
31 de dezembro de 2025	<u>25.704</u>			<u>17,37</u>	<u>1.895</u>	<u>(18.156)</u>
	Notional	Vencimento	Indexador de proteção	Taxa média	Valor justo do ativo	Valor justo do passivo
	2.016	Jan/2025	Açúcar	21,31	83	(136)
	6.126	Fev/2025	Açúcar	20,03	1.545	(488)
	560	Mar/2025	Açúcar	22,30	43	(69)
	7.818	Abr/2025	Açúcar	19,70	1.073	(1.562)
	1.232	Mai/2025	Açúcar	20,23	414	(505)
	6.306	Jun/2025	Açúcar	18,91	592	(1.903)
	448	Jul/2025	Açúcar	21,50	64	(200)
	3.517	Set/2025	Açúcar	18,84	1.023	(813)
	896	Out/2025	Açúcar	20,13	531	(317)
	1.344	Dez/2025	Açúcar	19,67	1.175	(442)
	9.789	Fev/2026	Açúcar	18,60	(1.194)	(1.159)
	336	Abr/2026	Açúcar	17,74	-	(154)
	4.133	Fev/2027	Açúcar	16,48	1.268	(138)
	560	Jun/2027	Açúcar	17,05	-	(157)
31 de dezembro de 2024	<u>45.081</u>			<u>19,13</u>	<u>6.617</u>	<u>(8.043)</u>

Notas Explicativas**Solar Bebidas S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

20. Instrumentos financeiros--Continuação**20.4. Gerenciamento de riscos financeiros--Continuação**v) Risco de preço de commodities--Continuação

	Notional	Vencimento	Indexador de proteção	Taxa média	Valor justo do ativo	Valor justo do passivo
	25	Dez/2025	Alumínio	2.400,00	65	-
	125	Jan/2026	Alumínio	2.767,20	145	-
	125	Fev/2026	Alumínio	2.768,40	149	-
	100	Mar/2026	Alumínio	2.861,25	72	-
	100	Abr/2026	Alumínio	2.862,38	74	-
	100	Mai/2026	Alumínio	2.863,50	76	-
	100	Jun/2026	Alumínio	2.864,50	77	-
	100	Jul/2026	Alumínio	2.866,13	77	-
	100	Ago/2026	Alumínio	2.867,75	78	-
31 de dezembro de 2025	<u>875</u>			<u>2.823,29</u>	<u>813</u>	<u>-</u>

	Notional	Vencimento	Indexador de proteção	Taxa média	Valor justo do ativo	Valor justo do passivo
	75	Jan/2025	Alumínio	2.487,00	40	(16)
	75	Fev/2025	Alumínio	2.497,00	34	(16)
	25	Mar/2025	Alumínio	2.440,00	16	-
	25	Abr/2025	Alumínio	2.445,00	17	-
	25	Mai/2025	Alumínio	2.445,00	16	-
31 de dezembro de 2024	<u>225</u>			<u>2.475,78</u>	<u>123</u>	<u>(32)</u>

Notas Explicativas**Solar Bebidas S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

20. Instrumentos financeiros--Continuação**20.4. Gerenciamento de riscos financeiros--Continuação**vi) Risco de liquidez

Risco de liquidez pode ser definido como a possibilidade de a Companhia e suas controladas não serem capazes de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Visando assegurar o cumprimento de suas obrigações financeiras, a Companhia e suas controladas observam critérios específicos para: (i) mensuração e manutenção de um saldo mínimo de disponibilidades e aplicações financeiras “caixa mínimo”; (ii) destinação deste saldo em investimentos financeiros; e (iii) contratação de novas operações.

A seguir, estão apresentadas as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

Passivos financeiros	Contábil	Fluxo contratual	Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 10 anos
Fornecedores	1.986.379	2.022.652	2.022.652	-	-
Fornecedores risco sacado	331.984	339.997	339.997	-	-
Empréstimos e financiamentos	1.410.187	1.469.623	317.756	203.976	947.891
Subvenções governamentais	5.795	6.018	1.981	1.562	2.475
Instrumentos financeiros derivativos	60.482	60.482	60.482	-	-
Partes relacionadas	112.939	112.939	112.939	-	-
Passivo de arrendamento	362.139	484.730	143.716	117.101	223.913
Em 31 de dezembro de 2025	4.269.905	4.496.441	2.999.523	322.639	1.174.279

Passivos financeiros	Contábil	Fluxo contratual	Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 10 anos
Fornecedores	1.917.430	1.961.900	1.961.900	-	-
Fornecedores risco sacado	380.752	388.445	388.445	-	-
Empréstimos e financiamentos	1.194.512	1.214.817	162.193	284.882	767.742
Subvenções governamentais	6.490	6.992	2.629	897	3.466
Instrumentos financeiros derivativos	27.592	27.592	27.592	-	-
Partes relacionadas	148.723	148.723	148.723	-	-
Passivo de arrendamento	302.245	410.977	104.118	80.387	226.472
Em 31 de dezembro de 2024	3.977.744	4.159.446	2.795.600	366.166	997.680

Notas Explicativas**Solar Bebidas S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

20. Instrumentos financeiros--Continuação**20.5. Contabilidade de *hedge***

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado, com exceção da parcela eficaz dos *hedges* de fluxo de caixa, que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido como outros resultados abrangentes e posteriormente reclassificada para o resultado quando o item de *hedge* afetar o resultado.

Para fins de contabilidade de "*hedge*" (*hedge accounting*) existem as seguintes classificações:

- *Hedge* de valor justo, ao fornecer proteção contra a exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido, ou de parte identificada de tal ativo, passivo ou compromisso firme que seja atribuível a um risco particular e possa afetar o resultado.
- *Hedge* de fluxo de caixa, ao fornecer proteção contra a variação nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável e que possa afetar o resultado; e
- *Hedge* de investimento líquido numa unidade operacional estrangeira.

	31/12/2025	31/12/2024
Contratos de swap:		
Ativo		
IPCA x Taxa Pré	77.231	23.975
Passivo		
CDI x Taxa Pré	(34.550)	(19.511)
Subtotal swap	42.681	4.464
Contratos de termo/NDF:		
Ativo		
Compra de termo de mercadorias	1.895	6.617
Compra de termo de moeda	1.089	36.135
Contratos a termo de alumínio	813	123
Passivo		
Compra de termo de mercadorias	(18.156)	(8.043)
Compra de termo de moeda	(7.776)	(6)
Contratos a termo de alumínio	-	(32)
Subtotal termo	(20.546)	34.794

Notas Explicativas**Solar Bebidas S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

20. Instrumentos financeiros--Continuação**20.5. Contabilidade de *hedge*--Continuação**

Os efeitos das relações de *hedge* de fluxo de caixa formalmente designadas estão demonstrados a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Ajustes de valor justo - Ganhos reconhecidos no patrimônio líquido	(97.880)	(243.461)
Ajuste de valor justo - Perdas reconhecidas no patrimônio líquido	200.813	159.071
Efeito tributário sobre o valor justo do instrumento de hedge	(20.614)	17.222
Reclassificação do patrimônio líquido para o resultado	(58.130)	47.493
	24.189	(19.675)

A parte eficaz do ganho ou perda do investimento de "*hedge*" é reconhecida diretamente no patrimônio líquido como outros resultados abrangentes, enquanto a parte ineficaz do "*hedge*" é reconhecida no resultado do exercício.

20.6. Análise de sensibilidade

A Administração da Companhia e suas controladas efetuaram a análise do impacto das variações das taxas de juros sobre os valores de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, instrumentos financeiros derivativos, empréstimos e financiamentos e debêntures. A dívida foi segregada em três partes, dívidas atreladas ao CDI, dívidas atreladas ao IPCA, e à SELIC, as quais podem ter movimentações distintas de acordo com a taxa inerente.

Esse estudo utilizou como base a taxa efetiva DI que em 31 de dezembro de 2025 era 14,90% a.a., impactando proporcionalmente as dívidas e aplicações financeiras da Companhia. Sobre o IPCA, o cenário considerado provável pela Companhia é de manutenção da taxa de 4,26% a.a. em 31 de dezembro de 2025. Sobre a TJLP, o cenário considerado pela Companhia é a manutenção da taxa de 12,08% a.a.

Para as subvenções governamentais, nos estados de Alagoas, Ceará e Rio Grande do Norte não há atualização da parcela financiada e no estado do Maranhão é 100% do IGPM.

	Saldo contábil em 31/12/2025	Risco (taxa)	Cenário provável	Cenário I 25%	Cenário II 50%
Equivalentes de caixa	858.090	Baixa do CDI	120.817	90.613	60.408
Aplicações financeiras	8.633	Baixa do CDI	1.286	965	643
Conta vinculada	19.443	Baixa do CDI	2.849	2.137	1.425
Empréstimos e financiamentos	1.410.187	Alta do CDI	(204.423)	(255.529)	(306.635)
Exposição líquida (despesas financeiras)	-		(79.471)	(161.814)	(244.159)

Notas Explicativas

Solar Bebidas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

20. Instrumentos financeiros--Continuação

20.6. Análise de sensibilidade--Continuação

A Companhia não apresenta instrumentos financeiros suscetíveis à variação cambial ou do preço da “commodity”, uma vez que mediante contratação de operações a termo “Non-Deliverable Forward - NDF” e ordens de compra tem um preço travado para o valor futuro. Entretanto, é possível que o valor de mercado do dólar ou das “commodities” oscile para baixo, isto é, abaixo das taxas contratadas. A administração da Companhia considera como um risco a possibilidade de pagar taxas acima do mercado devido à compra antecipada das operações em termo ou opção. Embora essas oscilações não afetem as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração realizou uma análise de sensibilidade dos contratos firmados em 31 de dezembro de 2025 com a possibilidade da redução do valor a mercado de dólar, açúcar e alumínio em 25% e 50%. Segue abaixo:

Balanco	Commodities	Notional	Taxa contratada	Provável	Redução da Taxa MTM	
					25%	50%
Ativo	USD/BRL	21.850	5,53	1.089	(29.462)	(60.049)
Passivo	USD/BRL	37.510	5,69	(7.127)	(58.737)	(110.347)
Passivo	EUR/BRL	3.101	6,75	(649)	(5.718)	(10.786)
Ativo	Açúcar	45.743	17.37	1.895	1.421	947
Passivo	Açúcar	70.901	17.37	(18.156)	(22.695)	(27.234)
Ativo	Alumínio	875	2.823	813	(2.860)	(6.568)

21. Subvenções governamentais

A Companhia possui incentivos fiscais estaduais e federais enquadrados em determinados programas de desenvolvimento industrial na forma de subvenções governamentais que tem natureza de subvenções para investimento, sendo todas monetárias e registradas pelos seus valores nominais.

As subvenções para investimento são de caráter oneroso (em função de determinadas condições) e concedidas por prazo específico. Para a valoração das subvenções para investimento que deve transitar no resultado, a Companhia utiliza o regime de competência reconhecendo as subvenções independentemente do momento em que as realiza em termos financeiros.

Notas Explicativas

Solar Bebidas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

21. Subvenções governamentais--Continuação

Incentivos fiscais federais

A Companhia é beneficiária de incentivos fiscais de redução do imposto de renda.

Esses incentivos possuem alíquotas de reduções de até 75% e prazos de validade de até 10 anos dependendo do produto e da unidade de fabricação.

Os incentivos são calculados sobre o lucro da exploração decorrente da ampliação, diversificação e modernização parcial ou total de sua capacidade instalada. Os incentivos fiscais do imposto de renda são reconhecidos mensalmente no resultado do período na data de sua apuração.

Incentivos fiscais estaduais

A Companhia possui regimes especiais de tributação relativos ao ICMS concedido pelos Estados de Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Rondônia que implicam na redução da carga tributária nesses Estados, em contrapartida a diversos compromissos assumidos pela Companhia. A Companhia tem atendido sistematicamente essas exigências.

Em 29 de dezembro de 2023, o Governo Federal publicou a Lei nº 14.789/2023 no Diário Oficial da União, revogando o artigo 30 da Lei Federal nº 12.973/2014 e, trazendo assim, novas regras envolvendo as subvenções governamentais.

As controladas da Companhia são beneficiárias de incentivo fiscal de crédito presumido concedido por estados membros da federação e em virtude de decisões proferidas pelos Tribunais Superiores, entendemos que:

(1)Com relação à não tributação pelo IRPJ e pela CSLL, a matéria já se encontra pacificada pela 1ª turma do STJ (EResp nº. 1.517.492/PR), bem como tem sido reafirmada em julgamentos sob a sistemática de recursos repetitivos. Portanto, a Companhia não acredita que o cenário favorável sofrerá algum revés nos julgados proferidos nos Tribunais Superiores;

(2)Quanto ao PIS e à COFINS, o tema está pendente de julgamento do STF (RE nº. 835.818/PR), o qual está, até o presente momento, com maioria dos votos em favor dos contribuintes.

Notas Explicativas**Solar Bebidas S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

21. Subvenções governamentais--Continuação

Destaca-se, ainda, que todas as controladas da Companhia possuem ações judiciais para garantir o seu direito a não incidência do IRPJ, da CSLL, do PIS e da COFINS sobre a parcela recebida a título de valores de benefício fiscal recebido dos Estados-membros da Federação, independentemente do cumprimento dos requisitos previstos no artigo 30 da Lei nº 12.973/2014, porque a parcela dos benefícios estaduais não representa acréscimo patrimonial, faturamento ou receita, mas violação ao princípio/pacto federativo

Os financiamentos incentivados registrados líquidos dos abatimentos recebidos têm a seguinte composição:

Indexadores	31/12/2025			31/12/2024		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Estado de Alagoas - Prodesin	1.220	580	1.800	2.144	1.565	3.709
Estado do Ceará - Provin	682	3.313	3.995	363	2.418	2.781
	1.902	3.893	5.795	2.507	3.983	6.490

Os financiamentos incentivados tiveram as seguintes movimentações no exercício:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	6.490	9.922
Captações com parcela dilatada	1.595	1.243
Captações incentivadas	991.790	808.910
Juros apropriados	294	306
Amortização de principal	(2.576)	(5.232)
Juros pagos	(286)	(440)
Subvenções incentivadas	(991.790)	(808.910)
Ajuste a valor presente	278	691
Saldo final	5.795	6.490

Os financiamentos incentivados não circulantes têm os seguintes vencimentos:

Vencimentos	31/12/2025	31/12/2024
2026	-	1.925
2027	2.064	1.984
2028	1.829	74
	3.893	3.983

Notas Explicativas

Solar Bebidas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

22. Provisão para contingências e depósitos judiciais

No curso normal de suas operações, a Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e administrativas que envolvem questões tributárias, trabalhistas, cíveis e de outras naturezas perante tribunais e órgãos governamentais.

Periodicamente, a Administração avalia os riscos cíveis, trabalhistas e tributários, tendo como base fundamentos jurídicos, econômicos e tributários com o objetivo de classificá-los segundo suas chances de perda em prováveis, possíveis ou remotas. A análise é feita em conjunto com os escritórios de advocacia que patrocinam as causas da Companhia e suas controladas.

Desses, somente os riscos classificados como prováveis são provisionados em valores considerados como suficientes para cobrir as perdas estimadas.

As provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários registradas representam a melhor estimativa da Administração quanto aos riscos de perda envolvidos.

Existem situações em que a Companhia e suas controladas questionam a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria Administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas apresentavam as seguintes provisões para contingências e depósitos judiciais relacionados aos processos cíveis, trabalhistas e tributários:

	Depósitos judiciais		Provisão para contingências	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Trabalhistas	39.363	35.449	177.501	171.206
Cíveis	7.752	16.036	54.051	62.984
Tributárias (a)	208.183	182.610	247.882	139.378
	255.298	234.095	479.434	373.568

- (a) Cabe elucidar que a Companhia e suas controladas possuem processos tributários em trâmite na esfera judicial. Esses processos apesar de possuírem prognósticos possíveis ou remotos devem ser garantidos para dar continuidade à discussão tributária junto ao Poder Judiciário e garantir a suspensão da exigibilidade do crédito tributário e/ou manutenção da regularidade da Companhia e de suas controladas. Conforme determina o art. 855 da Lei nº 13.105/2015 e o art. 9º da Lei nº 6.830/1980, a Companhia e suas controladas utilizam das três principais modalidades de garantia judicial: depósito judicial, fiança bancária ou seguro garantia judicial.

Notas Explicativas**Solar Bebidas S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

22. Provisão para contingências e depósitos judiciais—Continuaçãoi) Movimentação da provisão para contingências

	Trabalhista	Cíveis	Tributárias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	167.413	87.238	145.473	400.124
Provisão/reversão	32.400	155	3.895	36.450
Atualização	18.862	11.671	(5.624)	24.909
Pagamento/outros	(47.469)	(36.080)	(4.366)	(87.915)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	171.206	62.984	139.378	373.568
Provisão/reversão	6.756	(3.176)	27.731	31.311
Atualização	2.415	(5.203)	70.274	67.486
Pagamento/outros	(2.876)	(554)	10.499	7.069
Saldo em 31 de dezembro de 2025	177.501	54.051	247.882	479.434

ii) Naturezas dos processos*Trabalhistas*

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia figura como réu em 1.341 processos (1.555 em 31 de dezembro de 2024) de natureza trabalhista cuja probabilidade de perda é classificada como provável no valor de R\$177.501 em 31 de dezembro de 2025 (R\$171.206 em 31 de dezembro de 2024). As principais matérias discutidas nos processos trabalhistas envolvem pedidos relacionados à jornada de trabalho (hora extra; intervalos intrajornada e inter jornada; e respectivos reflexos), à indenização por acidente de trabalho ou à doença ocupacional, ao modelo de remuneração, à indenização por danos morais e materiais.

Cíveis

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia figura como réu em 194 processos (245 em 31 de dezembro de 2024) de natureza cível cuja probabilidade de perda é classificada como provável no valor de R\$54.051 em 31 de dezembro de 2025 (R\$62.984 em 31 de dezembro de 2024). A maioria das ações cíveis envolvem problemas usuais e peculiares do negócio, relativos a pedidos de indenização por inscrição indevida nos órgãos de proteção ao crédito, às ações de rescisão de cláusulas de contratos de distribuição e ações de reparação de danos.

Notas Explicativas**Solar Bebidas S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

22. Provisão para contingências e depósitos judiciais--Continuaçãoii) Naturezas dos processos--Continuação*Tributárias*

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, as provisões para processos judiciais tributários estão demonstradas conforme segue:

	31/12/2025		31/12/2024	
	Processos judiciais	Depósitos judiciais	Processos judiciais	Depósitos judiciais
PIS/COFINS	-	24.233	-	5.316
ICMS	141.926	69.443	42.304	66.958
INSS	105.956	105.211	97.074	96.208
IPI	-	4.124	-	3.963
IRPJ	-	1.653	-	3.475
Outros	-	3.519	-	6.690
Total	247.882	208.183	139.378	182.610

Passivos contingentes - risco de perda possível

Adicionalmente às provisões constituídas, a Companhia e suas controladas possuem diversas contingências trabalhistas, cíveis e tributárias em andamento nas quais figuram no polo passivo e cuja perda, segundo a opinião da Administração, apoiada pelos seus consultores jurídicos internos e externos, é possível conforme demonstrado no quadro abaixo:

	31/12/2025	31/12/2024
Cíveis	210.716	247.301
Trabalhistas	67.122	59.952
Tributária	4.552.141	3.947.562
	4.829.979	4.254.815

Notas Explicativas

Solar Bebidas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

22. Provisão para contingências e depósitos judiciais--Continuação

Apresentamos abaixo os principais processos possíveis existentes em 31 de dezembro de 2025:

Restituição de créditos fiscais

O fisco reconheceu apenas parte do crédito pleiteado dos créditos habilitados e compensados são decorrentes de decisão judicial transitada em julgado no Mandado de segurança nº 0000170-78.2007.4.05.8300 (exclusão ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS) - sob alegação de que o contribuinte realizou apuração de quase todos os valores devidos de PIS e de COFINS por meio da aplicação de alíquotas ad valorem sobre volume e insuficiência documental (período glosado de 01/2002 a 12/2010).

A Administração, apoiada pelos seus consultores jurídicos, classificou a probabilidade de perda como possível no montante atualizado de R\$289.400 em 31 de dezembro de 2025.

Auto de Infração lavrado por utilização indevida do crédito presumido do PRODEPE

O Auto de Infração tem como acusação: utilização indevida do crédito presumido do PRODEPE, pois, no exercício de 2019, estaria impedida de utilizar o referido benefício em razão de suposto não recolhimento integral do ICMS normal e do ICMS-ST.

A Administração, apoiada pelos seus consultores jurídicos, classificou a probabilidade de perda como possível no montante atualizado de R\$240.089 (R\$210.595 em 31 de dezembro de 2024).

Auto de Infração lavrado por retenção e recolhimento a menor de ICMS-ST

O Auto de Infração lavrado pelo Estado do Pará, tem como acusação: retenção e recolhimento a menor de valores a título de ICMS-ST, em razão da utilização: (a) de base de cálculo variável calculada a partir de preço médio a consumidor Final (PMPF), em detrimento da Margem de Valor Agregado (MVA), prevista no art. 40-A do RICMS/PA, (b) de base de cálculo inferior ao PMPF, e (c) para os produtos sem PMPF, utilizar base de cálculo de MVA inferior à devida.

A Administração, apoiada pelos seus consultores jurídicos, classificou a probabilidade de perda como possível no montante atualizado de R\$209.838 (R\$201.702 em 31 de dezembro de 2024).

Notas Explicativas

Solar Bebidas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

22. Provisão para contingências e depósitos judiciais--Continuação

Incidência de tributos federais sobre incentivos fiscais concedidos pelos Governos Estaduais

A Companhia e sua controlada foram autuadas pela Receita Federal do Brasil em decorrência de entendimento fiscal relacionado ao tratamento tributário de incentivos fiscais recebidos para investimento, especialmente quanto à constituição de reserva de incentivos fiscais reflexa na controladora e seus reflexos na apuração do IRPJ e da CSLL.

A controvérsia refere-se à interpretação da legislação aplicável à exclusão de subvenções/incentivos fiscais da base de cálculo do Lucro Real, condicionada à constituição de reserva reflexa específica no patrimônio líquido. O processo administrativo foi julgado no âmbito do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, que proferiu decisão desfavorável à Companhia.

Até a data de aprovação destas demonstrações financeiras:

- Não houve trânsito em julgado na esfera judicial;
- Permanecem disponíveis medidas judiciais cabíveis;
- A Administração, assessorada por consultores jurídicos externos, avalia a viabilidade de discussão judicial da matéria.

Com base na opinião de seus assessores jurídicos externos, a Administração entende que:

- Existem fundamentos jurídicos relevantes para sustentar a regularidade do tratamento adotado;
- A matéria envolve interpretação normativa e precedentes ainda não uniformizados nos tribunais superiores;
- O desfecho definitivo dependerá de apreciação judicial.

A Administração, apoiada pelos seus consultores jurídicos, classificou a probabilidade de perda como possível no montante atualizado de R\$195.612 (R\$181.507 em 31 de dezembro de 2024).

Notas Explicativas

Solar Bebidas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

22. Provisão para contingências e depósitos judiciais--Continuação

Multa por não instalação do Sistema Medidor de Vazão (SMV)

No final de 2007, a Unidade Simões Filho / BA iniciou a operação de uma nova linha de produção, mas só teve homologado o Sistema Medidor de Vazão (SMV) para controle da produção no final de 2008. Ao identificar a ocorrência, a Receita Federal do Brasil aplicou multa da ordem de R\$35 milhões sob o fundamento de que não era possível iniciar a produção antes da homologação do SMV.

A Administração, apoiada pelos seus consultores jurídicos, classificou a probabilidade de perda como possível no montante atualizado de R\$132.389 (R\$117.707 em 31 de dezembro de 2024).

Auto de Infração para cobrança de débitos de ICMS-ST

Auto de Infração nº 182024510000009-0 lavrado pelo Estado do Pará que cobra supostos débitos de ICMS-ST no período de 02/2019 a 11/2019 nos casos em que o valor da operação própria praticada foi superior a 75% do PMPF estabelecido para a mercadoria. Valor envolvido atualizado corresponde a R\$122.478 (R\$117.794 em 31 de dezembro de 2024).

Auto de Infração por aproveitamento indevido de PIS/COFINS

Auto de Infração exigindo PIS, COFINS, multa e juros por aproveitamento indevido de crédito e falta de recolhimento das contribuições sobre os valores recebidos a título de rateio de despesas. Valor envolvido atualizado corresponde a R\$112.625 (R\$128.996 em 31 de dezembro de 2024).

Auto de Infração sobre apresentação de EFD-ICMS/IPI

Apresentação de EFD-ICMS/IPI com informações inexatas, incompletas ou omitidas, em relação aos fatos geradores ocorridos entre 30/11/2013 e 20/03/2015.

A Administração, apoiada pelos seus consultores jurídicos, classificou a probabilidade de perda como possível no montante atualizado de R\$109.200 (R\$95.785 em 31 de dezembro de 2024).

Incidência de tributos federais sobre incentivos fiscais concedidos pelos Governos Estaduais

Tem sido bastante discutida a incidência do IRPJ e da CSLL sobre os incentivos fiscais concedidos pelos Governos Estaduais na forma de redução do ICMS como estímulo à implantação e manutenção de indústria nos Estados concedentes.

A Receita Federal do Brasil entende que apenas os incentivos fiscais qualificados como "subvenções para investimento", e desde que atendidos diversos requisitos formais, não sofreriam a incidência do IRPJ e da CSLL. Por isso, vem autuando as empresas beneficiárias de incentivos fiscais estaduais sistematicamente.

Notas Explicativas

Solar Bebidas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

22. Provisão para contingências e depósitos judiciais--Continuação

Incidência de tributos federais sobre incentivos fiscais concedidos pelos Governos Estaduais--Continuação

Em novembro de 2017 foi publicada a Lei Complementar nº 160 e a tendência é encerrar a discussão já que em seu texto ficou definido que os incentivos fiscais vinculados ao ICMS concedidos pelos Estados serão qualificados como “subvenção para investimentos” e não serão tributados pela RFB (em especial IRPJ e CSLL) se forem validados na forma prevista naquele normativo.

A Administração, apoiada pelos seus consultores jurídicos, classificou a probabilidade de perda como possível no montante atualizado de R\$105.301 (R\$93.111 em 31 de dezembro de 2024).

Auto de Infração para cobrança de débitos de ICMS-ST

Auto de Infração nº 18203510000006-8 lavrado pelo Estado do Pará que cobra supostos débitos de ICMS-ST no período de 02/2018 a 12/2018 nos casos em que o valor da operação própria praticada foi superior a 75% do PMPF estabelecido para a mercadoria. Valor envolvido atualizado corresponde a R\$99.790 (R\$95.897 em 31 de dezembro de 2024).

Ação anulatória de autos de infração

Ação anulatória visando desconstituir os autos de infração lavrados pelo estado do Maranhão que cobram o ICMS/ST recolhido supostamente a menor nos períodos compreendidos entre set/2016 a dez/2016 e mai/2017 a out/2017. A exigência decorre da divergência de base de cálculo utilizada para fins de cálculo do ST: a empresa utilizou pauta fiscal e o fisco entende que deveria ser margem de valor agregado - MVA.

A Administração, apoiada pelos seus consultores jurídicos, classificou a probabilidade de perda como possível no montante atualizado de R\$82.631 (R\$72.480 em 31 de dezembro de 2024).

Execução fiscal de débitos de IRPJ

Execução Fiscal que tem por objeto a cobrança de IRPJ e reflexos em razão da subvenção de ICMS. Valor envolvido atualizado corresponde a R\$81.283 (R\$75.619 em 31 de dezembro de 2024).

Notas Explicativas

Solar Bebidas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

22. Provisão para contingências e depósitos judiciais--Continuação

Auto de Infração por emissão de notas fiscais valores de base de cálculo de ICMS-ST inferiores

O Auto de Infração lavrado pelo Estado do Maranhão, tem como acusação: empresa vem emitindo notas fiscais eletrônicas cujos valores de base de cálculo do ICMS Substituição Tributária são inferiores a 130% dos valores da base de cálculo do ICMS da operação própria repercutindo em pagamento a menor do ICMS/ST, fato este que caracteriza descumprimento do parágrafo único do art. 4-A do Anexo 4.2 do Regulamento do ICMS. Período autuado: novembro e dezembro de 2017; janeiro, fevereiro, março e abril de 2018.

A Administração, apoiada pelos seus consultores jurídicos, classificou a probabilidade de perda como possível no montante atualizado de R\$74.963 (R\$65.754 em 31 de dezembro de 2024).

Auto de Infração lavrado por não adição do lucro real e base de cálculo da CSLL

O Auto de Infração lavrado pela Receita Federal do Brasil. O Fisco aponta foi que a empresa não procedeu a adição ao lucro real e a base de cálculo da CSLL da pessoa jurídica de diferenças - variação positiva - verificada nos trimestres autuados, oriundas de avaliação a valor justo de operações de hedge, sem o devido controle por subconta contábil. Período autuado: 1º, 2º e 3º trimestres de 2021. Infração: adições não computadas na apuração do lucro real - ajustes de Avaliação Patrimonial (AVP).

A Administração, apoiada pelos seus consultores jurídicos, classificou a probabilidade de perda como possível no montante atualizado de R\$72.801 (R\$63.858 em 31 de dezembro de 2024).

Restituição de créditos fiscais

O fisco reconheceu apenas parte do crédito pleiteado dos créditos habilitados e compensados são decorrentes de decisão judicial transitada em julgado no Mandado de segurança nº 0000170-78.2007.4.05.8300 (exclusão ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS) - sob alegação de que o contribuinte realizou apuração de quase todos os valores devidos de PIS e de COFINS por meio da aplicação de alíquotas ad valorem sobre volume e insuficiência documental (período glosado de 01/2002 a 12/2010).

A Administração, apoiada pelos seus consultores jurídicos, classificou a probabilidade de perda como possível no montante atualizado de R\$64.375 em 31 de dezembro de 2025.

Notas Explicativas

Solar Bebidas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

22. Provisão para contingências e depósitos judiciais--Continuação

Auto de Infração lavrado por retenção e recolhimento a menor de ICMS-ST

O Auto de Infração lavrado pelo Estado do Pará, tem como acusação: retenção e recolhimento a menor de valores a título de ICMS-ST, em razão da utilização: (a) de base de cálculo variável calculada a partir de preço médio a consumidor final (PMPF), em detrimento da Margem de Valor Agregado (MVA), prevista no art. 40-A do RICMS/PA, (b) de base de cálculo inferior ao PMPF, e (c) para os produtos sem PMPF, utilizar base de cálculo de MVA inferior a devida.

A Administração, apoiada pelos seus consultores jurídicos, classificou a probabilidade de perda como possível no montante atualizado de R\$60.031 (R\$57.688 em 31 de dezembro de 2024).

Auto de Infração lavrado por falta de recolhimento de ICMS

Auto de infração lavrado pelo Estado de Pernambuco, cujo objeto é: falta de recolhimento de ICMS normal nos períodos de 2006 e 2007, em razão da utilização de incentivo concedido pelo PRODEPE, modalidade ampliação, sendo que nesse período a empresa não atingiu o volume de produção necessária para a fruição do benefício.

A Administração, apoiada pelos seus consultores jurídicos, classificou a probabilidade de perda como possível no montante atualizado de R\$57.855 (R\$50.748 em 31 de dezembro de 2024).

Execução fiscal por recolhimento a menor de ICMS

Execução Fiscal cobrada pelo estado do Piauí os AI nº. 1514563000237, 1514563000238, 1514563000239, relativos a cobrança de ICMS recolhido a menor e de e de conformidade com a(s) Certidão(ões) de Inscrição da Dívida Ativa n(s).º 2511218000169-4, 2511218000170-8, 2511218000168-6.

A Administração, apoiada pelos seus consultores jurídicos, classificou a probabilidade de perda como possível no montante atualizado de R\$56.245.

Auto de Infração lavrado por suposto recolhimento a menor de ICMS-ST

O Auto de Infração lavrado pelo Estado do Amapá, tem como acusação: cobrança do ICMS devido por substituição tributária, supostamente recolhido a menor, em virtude da utilização de base de cálculo variável calculada a partir de preço médio a consumir final, em detrimento da MVA de 140% estabelecido pelo Estado, em operações de venda de produção própria de refrigerantes (CFOP 5.401).

A Administração, apoiada pelos seus consultores jurídicos, classificou a probabilidade de perda como possível no montante atualizado de R\$53.381(R\$51.034 em 31 de dezembro de 2024).

Notas Explicativas**Solar Bebidas S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

22. Provisão para contingências e depósitos judiciais--ContinuaçãoAuto de Infração para cobrança de débitos de ICMS-ST

Trata-se de auto de infração lavrado em 20/04/2023 pelo Estado de Alagoas com acusação de que o contribuinte deixou de reter e de recolher o ICMS ST e FECOEP ST, no período de dezembro de 2022 a março de 2023, na qualidade de sujeito passivo por substituição tributária, relativo às operações subsequentes das vendas realizadas para contribuintes localizados no Estado. A exigência decorre da divergência de base de cálculo utilizada para fins de cálculo do ST: a empresa utilizou pauta fiscal e o fisco entende que deveria ser margem de valor agregado - MVA.

A Administração, apoiada pelos seus consultores jurídicos, classificou a probabilidade de perda como possível no montante atualizado de R\$53.257.

23. Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferido

A Companhia e suas controladas, fundamentadas na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, reconhecem os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O imposto de renda diferido foi registrado à alíquota de 15% com o adicional de 10%. A contribuição social diferida foi registrada à alíquota de 9%.

O imposto de renda e contribuição social diferidos apresentam as seguintes naturezas:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Ativo		
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	10.066	13.388
Provisão para perdas esperadas com contas a receber	7.295	4.665
Provisão para contingências	162.965	137.253
Provisão para perdas e outras	1.243	10.702
	181.569	166.008
Passivo		
Derivativos	19.372	31.991
Mais valia e intangíveis decorrentes de combinação de negócio	618.785	650.971
Ajuste a valor presente de ativos e passivos, líquido	4.585	7.664
Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS	544	544
Provisão para perdas e outras	90.589	104.864
	733.875	796.034
Saldos classificados no:		
Ativo	40.951	36.731
Passivo	593.257	666.757
Imposto de renda e contribuição social diferido, líquido	552.306	630.026

(a) A Companhia e suas controladas estimam utilizar os créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa a compensar em até três anos.

Notas Explicativas**Solar Bebidas S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

23. Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferido--Continuação

A movimentação dos saldos de tributos e contribuições sociais diferidos é a seguinte:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	630.027	529.846
Impacto no resultado do exercício	(57.107)	82.958
Impacto no patrimônio líquido (Outros resultados abrangentes)	(20.614)	17.222
Saldo final	552.306	630.026

Uso de estimativas

Com base no estudo técnico das gerações de lucros tributários futuros e estimativas da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia estima a realização dos tributos diferidos ativos nos seguintes exercícios:

	31/12/2025	31/12/2024
01 - 05	27.528	11.967
05 - 10	115.600	115.600
Acima de 10 anos	38.441	38.441
	181.569	166.008

Os valores reconhecidos correspondem as melhores estimativas da Companhia, com base no prazo provável de realização e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento tributário.

A Companhia prepara anualmente seu plano estratégico para os anos seguintes, no qual projeta os resultados operacionais e financeiros futuros para a Companhia, baseados numa visão macroeconômica que leva em consideração aspectos como crescimento econômico do país, taxa básica de juros, inflação, índice de alavancagem, demanda por seus produtos. Com base nessas projeções, são realizados estudos técnicos conservadores de viabilidade de realização dos créditos fiscais diferidos da Companhia.

O estudo de realização dos créditos fiscais diferidos é realizado considerando a capacidade de absorção anual projetada das diferenças temporárias e do prejuízo fiscal acumulado, observada na estimativa de lucros tributáveis futuros, juntamente com suas estratégias de planejamento tributário.

A Companhia e suas controladas, com base em projeções realizadas e aprovadas pela Administração relativas à estimativa de lucros tributáveis futuros, reconheceram os créditos tributários sobre prejuízos fiscais de períodos anteriores e diferenças temporárias que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros tributáveis. A utilização dos créditos tributários é revisada anualmente.

Notas Explicativas

Solar Bebidas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

23. Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferido--Continuação

A composição da despesa com imposto de renda e contribuição social é a seguinte:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Corrente		
Imposto de Renda	(294.134)	(413.219)
Redução de incentivo fiscal	271.258	355.184
Contribuição social	(104.446)	(142.544)
	(127.322)	(200.579)
Diferidos		
Imposto de Renda	43.912	(63.144)
Contribuição social	13.194	(19.814)
	57.106	(82.958)
	(70.216)	(283.537)

A conciliação da despesa do imposto de renda e contribuição social, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes, e os valores refletidos no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estão demonstrados a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.464.460	1.930.031
	1.464.460	1.930.031
Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal (34%)	(497.916)	(656.211)
Ajuste para cálculo da taxa efetiva:		
Redução de incentivo fiscal de imposto de renda	271.258	355.184
Resultado de incentivos fiscais exercícios anteriores	(235.253)	(278.578)
Equivalência patrimonial	8.698	6.391
Exclusão de incentivos fiscais de ICMS	344.174	234.924
Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS - Financeiras	13.225	53.092
Crédito Reintegra - Principal	11.437	-
Crédito Reintegra - Financeiras	18.504	-
Outras exclusões (adições), líquidas	(4.343)	1.661
	(70.216)	(283.537)
Alíquota efetiva	4,79%	14,69%

Notas Explicativas

Solar Bebidas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

24. Patrimônio líquido (Controladora)

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o capital social subscrito e integralizado era de R\$2.289.529 representado por 1.190.097.985 ações ordinárias e 1.140.951.274 ações preferenciais, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

b) Ajuste de avaliação patrimonial

A parte eficaz do ganho ou perda do instrumento de hedge é reconhecida diretamente no patrimônio líquido. Adicionalmente, o efeito reflexo dos resultados abrangentes percebidos pelas coligadas são registrados na conta de ajuste de avaliação patrimonial (de forma reflexa). Em 31 de dezembro de 2025, o montante registrado era de (R\$23.163) (R\$1.089 em 31 de dezembro de 2024).

c) Distribuição de dividendos e lucros

De acordo com o Estatuto Social da Companhia é assegurado aos acionistas, dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício, diminuído da reserva legal, bem como dos demais ajustes previstos no artigo 202 da Lei 6.404/76.

	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	1.644.848
Base de cálculo da reserva legal	1.644.848
Reserva legal (5%)	-
Base de cálculo para dividendos mínimos obrigatórios	1.644.848
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	411.212
Dividendos mínimos por ação	0,18
	31/12/2025
Lucro líquido do exercício	1.393.683
Base de cálculo da reserva legal	1.393.683
Reserva legal (5%) (a)	-
Base de cálculo para dividendos mínimos obrigatórios	1.393.683
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	348.421
Dividendos mínimos por ação	0,15

(a) A Companhia optou pela não constituição de reserva legal para o exercício de 2025, conforme previsão do Art. 193 da lei 6.404/76.

Notas Explicativas**Solar Bebidas S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

24. Patrimônio líquido--Continuação

A movimentação dos dividendos no exercício foi a seguinte:

Saldo em 31 de dezembro de 2023	-
Provisões:	
Dividendos colocados à disposição, aprovados na AGE	396.220
Dividendos intercalares	300.596
Dividendo mínimo obrigatório	411.212
	<u>1.108.028</u>
Pagamentos:	
Dividendos distribuídos	(396.220)
Dividendo mínimo obrigatório	(411.212)
Dividendos intercalares distribuídos	(300.596)
	<u>(1.108.028)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-
Provisões:	
Dividendos distribuídos	933.040
Dividendos Intercalares aprovados em AGE	1.020.576
Dividendo mínimo obrigatório	348.421
	<u>2.302.037</u>
Pagamentos:	
Dividendos distribuídos	<u>(882.131)</u>
	<u>(882.131)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2025	<u>1.419.906</u>

Em 25 de abril, 29 de agosto de 2025 e 22 de dezembro de 2025, foram pagos, respectivamente, R\$280.000, R\$302.131 e R\$300.000 a título de distribuição de dividendos referentes ao exercício de 2024.

Em 18 de dezembro de 2025 foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a destinação de R\$1.368.997 a título de distribuição de dividendos intercalares referentes ao resultado do período de janeiro a novembro de 2025.

Notas Explicativas**Solar Bebidas S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
 31 de dezembro de 2025
 (Valores expressos em milhares de reais)

25. Receita operacional líquida

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Receita bruta de vendas		
Não alcoólicos	15.627.839	13.797.321
Alcoólicos	1.626.978	1.754.834
	17.254.817	15.552.155
Deduções da receita bruta		
Deduções e abatimentos de vendas de produtos e revenda	(639.709)	(434.113)
Impostos sobre o faturamento	(3.995.258)	(3.606.133)
	(4.634.967)	(4.040.246)
Receita operacional líquida	12.619.850	11.511.909

26. Custo dos produtos vendidos

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Matérias-primas e embalagens	(6.534.507)	(5.994.886)
Pessoal	(314.452)	(286.213)
Depreciação e amortização	(303.334)	(243.950)
Materiais e serviços de manutenção	(276.916)	(219.155)
Custos gerais	(324.772)	(240.695)
Total de custos dos produtos vendidos	(7.753.981)	(6.984.899)

27. Despesas gerais e administrativas

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Salários e encargos	(149.898)	(141.137)
Outras despesas com pessoal	(120.449)	(95.179)
Depreciação e amortização	(178.634)	(163.844)
Aluguéis, seguros, materiais e manutenção	(43.429)	(45.709)
Serviços de terceiros	(132.123)	(116.349)
Água, energia e telecomunicação	(44.765)	(40.482)
Contingências	(33.427)	(5.226)
Outras despesas	(21.484)	(38.386)
Total de despesas gerais e administrativas	(724.209)	(646.312)

Notas Explicativas**Solar Bebidas S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

28. Despesas com vendas

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Salários e encargos	(797.556)	(711.909)
Outras despesas com pessoal	(348.472)	(333.642)
Depreciação e amortização	(293.317)	(235.892)
Aluguéis, seguros, materiais e manutenção	(360.282)	(387.206)
Serviços de terceiros	(430.997)	(339.319)
Despesas e serviços com marketing	(124.947)	(119.030)
Água, energia e telecomunicação	(26.630)	(23.735)
Outras despesas	(127.561)	(114.712)
Total de despesas com vendas	(2.509.762)	(2.265.445)

29. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Exclusão do ICMS da base de cálculos do PIS/COFINS	25.637	353.106
Nota - Incentivo Reintegra	58.683	-
Provisão para perdas de imobilizado	(12.610)	(4.246)
Investimentos de mercado	135.055	55.871
Outras	(1.780)	10.836
Total de outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	204.985	415.567

Notas Explicativas**Solar Bebidas S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

30. Resultado financeiro

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Despesas Financeiras		
Despesa de juros sobre empréstimos e financiamentos	(146.775)	(138.374)
Despesa de IOF	(2.695)	(7.745)
Tarifas, taxas e comissões	(2.036)	(7.100)
Seguro garantia e fiança	(6.662)	-
Juros de arrendamento mercantil	(49.322)	(30.588)
Ajuste a valor presente	(340.870)	(230.891)
PIS/COFINS sobre receita financeira	(12.618)	(14.937)
Variações monetárias passivas	(93.864)	(24.909)
Resultado negativo de MTM de juros sobre empréstimos	(30.815)	(2.078)
Resultado negativo de SWAP	(116.332)	(91.774)
Outras despesas financeiras	(4.776)	(13.677)
	(806.765)	(562.073)
Receitas Financeiras		
Receitas de juros ativos recebidos	54.049	48.501
Rendimentos de aplicações financeiras	64.897	70.609
Rendimentos de aplicações de reinvestimento	1.381	1.751
Variações monetárias ativas	6.413	6.122
Resultado positivo de MTM de juros sobre empréstimos	15.462	63.428
Resultado positivo de SWAP	112.971	33.329
Descontos obtidos	119	54
Adicional financeiro	35.941	35.980
Crédito da exclusão ICMS da base de cálculos PIS/COFINS - juros	38.898	156.152
Incentivo Reintegra - Juros	54.425	-
Outras receitas financeiras	24.205	26.562
	408.761	442.488
Total do resultado financeiro	(398.004)	(119.585)

31. Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas do setor. Para cobrir eventuais sinistros as coberturas de seguros estão resumidas a seguir:

Notas Explicativas**Solar Bebidas S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

31. Cobertura de seguros--Continuação

Coberturas	31/12/2025	31/12/2024
Empresarial / Lucros cessantes	1.234.674	1.355.739
Responsabilidade civil geral	20.000	15.698
Responsabilidade civil para administradores	50.000	50.000
	1.304.674	1.421.437

- (a) Visa cobrir riscos com bens do ativo imobilizado, incêndio, raio, explosão, danos elétricos, furtos qualificados e danos eventualmente causados por mercadorias transportadas e por produtos próprios ingeridos por consumidores.
- (b) Visa cobrir quantias pelas quais vier a ser responsabilizada civilmente em sentença judicial transitada em julgado.

A Companhia e suas controladas não preveem quaisquer dificuldades para renovar nenhuma das apólices de seguro e acreditam que a cobertura seja razoável em termos de valor e compatível com os padrões do setor no Brasil. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão de informações trimestrais e, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

32. Lucro por ação**a) Básico e diluído**

O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação considerando a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Companhia não possui uma categoria de ações ordinárias potenciais que provocariam diluição.

	31/12/2025	31/12/2024
Quantidade de ações ordinárias	1.190.097.985	1.190.097.985
Quantidade de ações preferenciais	1.140.951.274	1.140.951.274
Total de ações	2.331.049.259	2.331.049.259
Lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia	1.393.683	1.646.494
Lucro básico por ação - em (R\$)	0,60	0,71
Lucro diluído por ação - em (R\$)	0,60	0,71
Lucro por ações ordinárias - em (R\$)	1,17	1,38
Lucro por ações preferenciais - em (R\$)	1,22	1,44
Lucro total por ações - em (R\$)	0,60	0,71

Notas Explicativas

Solar Bebidas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

33. Demonstrações dos fluxos de caixa

33.1. Transações não envolvendo caixa

O CPC 03 (R2) - Demonstrações de Fluxo de Caixa, em sua revisão, trouxe que as transações de investimento e financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalente de caixa devem ser excluídas das demonstrações de fluxo de caixa e apresentadas separadamente em nota explicativa.

Todas as demonstrações que não envolveram o uso de caixa ou equivalente de caixa, ou seja, que não estão demonstradas nas demonstrações de fluxo de caixa, estão demonstradas na tabela abaixo:

Controladora	Efeito não caixa
Atividades de investimento	
Ajuste de avaliação patrimonial sem mudança de participação	(24.251)
Total atividades de investimentos	(24.251)
Total	(24.251)
Consolidado	Efeito não caixa
Atividades de investimento	
Ajuste de avaliação patrimonial sem mudança de participação	61
Novos contratos e remensuração de contratos de arrendamento	(189.730)
Remensuração das obrigações com antigos acionistas	(2.049)
Total atividades de investimentos	(191.718)
Atividades de financiamento	
Hedge accounting de fluxo de caixa	44.804
Total atividades de financiamento	44.804
Total	(146.914)

33.2. Mudanças nos passivos de atividades de financiamento

	Consolidado						
	31/12/2024	Fluxo de caixa	Pagamento de juros(*)	Novos arrendamentos	Mudança no valor justo	Outros (**)	31/12/2025
Empréstimos e financiamentos	1.194.512	166.391	(112.552)	-	15.353	146.483	1.410.187
Instrumentos financeiros derivativos	27.592	(102.201)	-	-	24.063	111.028	60.482
Passivos de arrendamento	302.245	(129.202)	(49.409)	189.730	-	48.775	362.139
Dividendos a pagar	1.307	-	-	-	-	1.419.552	1.420.859
Total	1.525.656	(65.012)	(161.961)	189.730	39.416	1.725.838	3.253.667

(*) A Companhia e suas controladas classificam juros pagos como fluxos de caixa das atividades operacionais; e

(**) As movimentações incluídas na coluna de "Outros" incluem os efeitos das apropriações de encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas, capitalização de juros e o reconhecimento de dividendos a pagar ainda não pagos no fim do período. A Companhia e suas controladas classificam juros pagos como fluxos de caixa das atividades operacionais.

Notas Explicativas

Solar Bebidas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

34. Outros assuntos

Decisão do Supremo Tribunal Federal ("STF") sobre "coisa julgada" em matéria tributária

Em 08 de fevereiro de 2023, o Plenário do STF concluiu e finalizou o julgamento dos Temas 881 e 885, decidindo, por unanimidade, que uma decisão definitiva, a chamada "coisa julgada", sobre tributos recolhidos de forma continuada, perde automaticamente os efeitos das decisões transitadas em julgado caso exista pronunciamento divergente e contrário, quando ocorrer em controle concentrado ou sob regime de repercussão geral.

A Companhia e suas controladas avaliaram os efeitos reflexos dessa decisão e não identificaram processos judiciais impactados pela referida decisão da Suprema Corte por não possuir decisões judiciais que resultem na supressão de seus tributos cuja matéria tenha sido posteriormente julgada em sentido contrário pela Suprema Corte em ação de controle concentrado ou sob regime de repercussão geral. Adicionalmente, a Companhia entende que a decisão não possui aplicação direta ou reflexa à Solar Bebidas S.A. ou às suas controladas para a data base de 31 de dezembro de 2025 e continua monitorando a evolução do assunto.

Reforma tributária

Em 20 de dezembro de 2023 foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132, que instituiu a Reforma Tributária sobre o consumo no Brasil, introduzindo um modelo de IVA dual, composto pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) - tributo federal destinado a substituir o PIS e a COFINS - e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) - tributo de competência estadual e municipal que substituirá o ICMS e o ISS. A Reforma também prevê o Imposto Seletivo (IS), de competência federal, aplicável a bens e serviços considerados prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, cuja disciplina dependerá de regulamentação por lei complementar.

Em 17 de dezembro de 2024 foi concluída a tramitação do PLP nº 68/2024, que regulamenta parte relevante do novo sistema tributário. O referido projeto foi sancionado com vetos em 16 de janeiro de 2025, convertendo-se na Lei Complementar nº 214/2025. Embora a criação e a estrutura do Comitê Gestor do IBS tenham sido inicialmente tratadas no PLP nº 108/2024, ainda em apreciação pelo Senado Federal, parte das diretrizes relacionadas à governança e à operacionalização do IBS foi incorporada ao PLP nº 68/2024. Nos termos da legislação aprovada, procedeu-se à instalação do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CGIBS) em 2 de agosto de 2025, ainda que, àquela data, não houvesse sido concluído o processo de indicação dos representantes municipais. A Companhia vem adequando seus processos, inclusive de emissão de documentos fiscais, às normas já disponibilizadas.

Notas Explicativas

Solar Bebidas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

34. Outros assuntos--Continuação

Decisão do Supremo Tribunal Federal ("STF") sobre "coisa julgada" em matéria tributária--Continuação

O novo modelo de tributação será implementado de forma gradual ao longo do período de transição compreendido entre 2026 e 2032, durante o qual coexistirão o regime atual e o sistema resultante da Reforma Tributária. Os potenciais efeitos da Reforma na apuração dos tributos mencionados dependerão da conclusão do processo de regulamentação infraconstitucional, incluindo normas complementares que permanecem pendentes.

Considerando que, até 31 de dezembro de 2025, não havia base normativa suficiente para permitir estimativas confiáveis sobre eventuais impactos decorrentes da Reforma, não foram reconhecidos efeitos nas Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício findo nessa data. A Administração continuará monitorando a evolução do processo regulatório e avaliará os impactos contábeis à medida que novas definições sejam formalizadas em legislação complementar.

* * *

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da
Solar Bebidas S.A.
Fortaleza - CE

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Solar Bebidas S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Recuperabilidade de ágio ("goodwill")

A Companhia e suas controladas são requeridas a efetuar, ao menos anualmente, o teste de recuperabilidade do valor registrado em ágio na aquisição de investimentos, cujo saldo em 31 de dezembro de 2025 era de R\$ 1.519.790 mil, conforme divulgado na nota explicativa 15.

Esse assunto foi considerado significativo para nossa auditoria, tendo em vista que o processo de avaliação da recuperabilidade do ágio na aquisição de investimentos é complexo e envolve um alto grau de subjetividade por parte da diretoria da Companhia em relação às principais premissas tais como: determinação da unidade geradora de caixa, taxas de descontos, taxas de crescimento, custos e despesas projetadas e rentabilidade dos negócios, em um horizonte de projeção de longo prazo.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) testes sobre os princípios e integridade dos modelos de fluxo de caixa futuros descontados elaborados pelo especialista da diretoria da Companhia; (ii) comparação das projeções do ano anterior com os respectivos resultados realizados no exercício corrente, como forma de avaliar a efetividade dos planos de negócio e o nível de aderência das projeções realizadas anteriormente; (iii) teste das principais premissas utilizadas pela Companhia durante o horizonte da projeção, tais como as variáveis macroeconômicas, as taxas de crescimento esperadas para o período de 5 anos e para a perpetuidade, o nível de investimentos de capital e o capital de giro necessários, assim como a taxa de desconto, comparando as referidas premissas com dados obtidos externamente e nossas próprias avaliações de dados relevantes, como o crescimento econômico projetado no período de 5 anos e na perpetuidade, inflação de custos e taxas de desconto; e (iv) envolvimento de nossos especialistas em avaliação para nos auxiliar na revisão e avaliação das premissas e métodos utilizados pela Companhia para testar as taxas de desconto e avaliar o modelo que calcula os fluxos de caixa futuros. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações

efetuadas pela diretoria da Companhia na nota explicativa 15.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste de valor recuperável do ágio na aquisição de investimentos, que está consistente com a avaliação da diretoria da Companhia, consideramos que os critérios e premissas relacionados ao teste de valor recuperável do ágio, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 15, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Controles internos relacionados aos procedimentos de inventário

A Companhia e suas controladas como engarrafadoras do Grupo Coca-Cola produzem uma quantidade significativa de bebidas, bem como recebem e revendem um alto volume de produtos. A quantidade de estoque é determinada a partir das entradas de ordens de produção para produtos de produção própria e, para produtos de revenda, a partir da entrada sistêmica dos documentos fiscais e recebimento físico dos estoques. Mensalmente são realizados inventários físicos para garantir a integridade de quantidades, condições e existência física dos estoques. O saldo de estoque em 31 de dezembro de 2025 era de R\$ 942.226 mil, conforme divulgado na nota explicativa 8.

Atualmente, a estrutura da Companhia e suas controladas envolvem 12 fábricas e 67 centros de distribuição nos 18 estados de atuação, com diferentes níveis de maturação de controles internos relacionados aos inventários de estoque, tendo em vista a distribuição geográfica. Os riscos relacionados aos processos de inventário físico e a correta implementação dos controles internos relacionados podem resultar em quantidades de estoque incorretas, inclusive para as informações utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Devido à importância da estrutura de controle interno para a Companhia, consideramos essa área como relevante para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Por meio de observação, entrevistas e reexecução, avaliamos em base de amostragem a adequação dos controles internos da Companhia e de suas controladas para o processo de inventário físico de estoques, inclusive segurança física, entrada e saída de material, contabilização, análise e contagem de estoque. Com base nesses procedimentos, não identificamos exceções na execução dos controles internos da Companhia e de suas controladas.

Comparecemos a contagens físicas de estoque para verificar a aderência ao processo, acompanhamos os procedimentos de contagem física, aprovação de ajustes e os registros contábeis do estoque. Avaliamos a movimentação dos estoques da data da contagem do estoque até a data de encerramento do exercício, com o objetivo de avaliar o potencial de distorção.

Nossos procedimentos consideraram ainda:

- Acompanhamento dos inventários físicos, em base amostral, das fábricas e centros de distribuição; Quando do acompanhamento dos inventários físicos, atentamos para a exatidão dos registros de inventário, nível de ganhos e perdas identificados nas contagens, bem como existência dos estoques; e
- Efetuamos testes nas movimentações dos estoques, em bases amostrais, confrontando os registros de entradas e saídas dos estoques com as respectivas documentações suporte.

Com base na aplicação de nossos procedimentos de auditoria, consideramos que os aspectos relacionados com a existência e avaliação dos estoques, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 8, são razoáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, individual e consolidada, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no

trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Fortaleza, 26 de março de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.

CRC CE-001042/F

Carlos Santos Mota Filho
Contador CRC PE-020.728/O

Pareceres e Declarações / Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)

RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA, RISCOS E COMPLIANCE DA SOLAR BEBIDAS S.A. - EXERCÍCIO SOCIAL 2025

O presente relatório é emitido em observância às regras estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e ao Regimento Interno do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance da Solar Bebidas S.A. ("CARC").

Notas introdutórias sobre o CARC

O CARC é um órgão estatutário de funcionamento permanente, vinculado ao Conselho de Administração da Solar Bebidas S.A. ("Companhia").

O CARC tem por finalidade assessorar a análise e manifestação sobre (i) a qualidade, transparência e integridade das demonstrações financeiras da Companhia; (ii) a efetividade dos processos de controles internos para a produção de relatórios financeiros; e (iii) a atuação, independência e qualidade dos trabalhos dos auditores independentes e dos auditores internos.

O CARC também fornece supervisão regular de governança de risco e garante a eficácia dos planos de tratamento de risco e estratégias para os principais riscos; da aderência da Companhia às normas legais, estatutárias e regulatórias e cumprimento das políticas internas, incluindo a política de transação com partes relacionadas.

O CARC foi instalado na Reunião do Conselho de Administração realizada em 10 de agosto de 2021 e se encontra plenamente funcional. O CARC é composto por 3 (três) membros, com mandato coincidente com o mandato dos membros do Conselho de Administração, sendo permitida a reeleição por um período máximo de 10 (dez) anos.

Os atuais membros do CARC foram eleitos pelo Conselho de Administração em 10 de agosto de 2025, com mandato até 30 de abril de 2027.

A maioria do CARC é independente, segundo o critério definido pelo Estatuto Social da Companhia, em linha com a regulamentação aplicável.

Os atuais membros do CARC são:

- Carlos Biedermann – coordenador do Comitê, membro independente e especialista em assuntos de contabilidade e finanças.
- Daniel Sledge Herbert – membro independente.
- Manuela Vaz Artigas – membro externo.

Os Srs. Carlos Biedermann e Daniel Sledge Herbert também integram o Conselho de Administração da Companhia.

As análises do CARC são baseadas nas informações fornecidas pela administração da Companhia, pela auditoria independente e pelas áreas de auditoria interna, compliance, gerenciamento de riscos e controles internos, bem como pelos gestores do canal de ética/ouvidoria da Companhia.

O CARC possui dotação orçamentária própria, conforme limites aprovados pelo Conselho de Administração, para conduzir ou determinar a realização de consultas, avaliações e investigações dentro do escopo de suas atividades, inclusive com a contratação e utilização de especialistas externos.

A Ernst&Young Auditores Independentes S/S é a responsável pela auditoria independente da Companhia, nos termos regulamentação em vigor. Os trabalhos de auditoria interna são realizados por equipe própria.

Conforme o seu Regimento Interno, o CARC deve se reunir, de forma ordinária, ao menos bimestralmente, conforme calendário anual aprovado, e, extraordinariamente, por solicitação do Conselho de Administração, considerando que as informações financeiras devem ser apreciadas pelo Comitê antes da divulgação.

Trabalhos Realizados pelo CARC – exercício de 2025

O CARC se reuniu ordinariamente 8 (oito) vezes no período de janeiro de 2025 a março de 2026 (sendo a reunião de março de 2026 aquela em que as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 2025 foram objeto de manifestação favorável). As reuniões do CARC ocorreram antes das reuniões do Conselho de Administração da Companhia, seguindo calendário corporativo.

Participaram das reuniões do CARC, além de seus membros, o Presidente do Conselho de Administração, o Diretor Presidente, o Diretor Financeiro e o Diretor de Relação com Investidores, representantes das áreas de auditoria interna, compliance, gestão de riscos, canal de ética e, conforme ordem do dia e necessidade, representantes dos auditores independentes e outros membros Diretoria Executiva e consultores.

Todas as reuniões foram registradas em atas e assinadas por seus membros, sendo devidamente arquivadas na sede social. Os trabalhos e recomendações do CARC foram reportados nas reuniões do Conselho de Administração da Companhia.

Dentre os trabalhos realizados pelo CARC em 2025 e 2026 referentes ao exercício de 2025, os seguintes itens são destacados:

- Revisão, juntamente com os auditores independentes, das informações trimestrais, das demonstrações intermediárias e das demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 2025 da Companhia, bem como documentos correlatos, incluindo relatório da administração, previamente às suas respectivas divulgações.

- Aprovação do plano de auditoria interna e seu acompanhamento periódico com a área.
- Acompanhamento dos trabalhos dos auditores independentes.
- Revisão, junto com os auditores independentes, do processo de alinhamento de práticas contábeis na Companhia e suas subsidiárias.
- Revisão das propostas apresentadas por auditores independentes para a prestação de serviços à Companhia.
- Monitoramento do cumprimento da política de transação com partes relacionadas da Companhia.
- Monitoramento do cumprimento e sugestão de aprimoramento ou elaboração de políticas internas da Companhia.
- Monitoramento dos processos de segurança de informação/segurança cibernética da Companhia, compreendendo sugestões de aprimoramento e plano de ação, com assessoria de consultores externos.
- Monitoramento periódico do mapa integrado de riscos da Companhia, bem como da efetividade e suficiência dos sistemas de controles e gerenciamento de riscos.
- Monitoramento periódico das exposições de risco da Companhia e fatores de riscos do ambiente interno e externo - incluindo: riscos estratégicos, risco empresarial, operacional, fiscal, jurídico e ambiental - e seus mecanismos de controle.
- Monitoramento periódico da efetividade do sistema de controles internos da Companhia, seus processos de melhoria e monitoramento de riscos de fraudes.
- Análise periódica dos pontos de atenção e das recomendações decorrentes dos trabalhos de auditoria interna e acompanhamento das medidas saneadoras adotadas pela administração.
- Acompanhamento periódico das denúncias recebidas no canal de ética da Companhia, suas respectivas apurações, aplicação das sanções e volumetria das manifestações, respeitando a confidencialidade e independência do processo.
- Elaboração do relatório anual das atividades do CARC contendo (i) resumo de suas atividades, os resultados e as conclusões alcançados e as recomendações feitas; e (ii) parecer sobre as demonstrações financeiras auditadas da Companhia referentes ao exercício de 2025.

Parecer sobre as Demonstrações Financeiras Auditadas da Companhia – exercício de 2025

Os membros do CARC, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, bem como daquelas previstas no seu Regimento Interno, procederam ao exame e à análise das demonstrações financeiras, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, do relatório anual da administração e da proposta de destinação do resultado, todos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Considerando as informações prestadas pela administração da Companhia e o exame da auditoria, o CARC recomenda, por unanimidade, a aprovação dos documentos acima pelo Conselho de Administração da Companhia para o encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

26 de Março de 2026

Carlos Bidermann
Manuela Vaz Artigas
Daniel Sledge Herbert

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declarações dos diretores

Em cumprimento às disposições constantes no artigo 27 da Instrução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, os Diretores responsáveis pela elaboração das demonstrações financeiras da Companhia declaram que (a) revisaram, discutiram e concordaram com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025; e (b) revisaram, discutiram e concordaram com a opinião apresentada no relatório de auditoria da Ernst & Young Auditores Independentes S.S. sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Fortaleza, 26 de março de 2026.

André Leonardo Alves Seabra Salles
Diretor Presidente

Aderson Couto Uchoa
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declarações dos diretores

Em cumprimento às disposições constantes no artigo 27 da Instrução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, os Diretores responsáveis pela elaboração das demonstrações financeiras da Companhia declaram que (a) revisaram, discutiram e concordaram com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025; e (b) revisaram, discutiram e concordaram com a opinião apresentada no relatório de auditoria da Ernst & Young Auditores Independentes S.S. sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Fortaleza, 26 de março de 2026.

André Leonardo Alves Seabra Salles
Diretor Presidente

Aderson Couto Uchoa
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores